



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS - GESPOL**

BRUNO OLIVEIRA SANTOS

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO UM INSTRUMENTO DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UMA PROPOSTA PARA O INSTITUTO FEDERAL DO
TOCANTINS**

**Palmas, TO
2025**

Bruno Oliveira Santos

**Orçamento Participativo como um Instrumento de Gestão Democrática: Uma Proposta
para o Instituto Federal do Tocantins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL), da Universidade Federal do Tocantins (UFT)-Câmpus Universitário de Palmas como requisito à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Elvio Quirino Pereira

**Palmas, TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237o Santos, Bruno Oliveira.

Orçamento participativo como um instrumento de gestão democrática:
uma proposta para o Instituto Federal do Tocantins. / Bruno Oliveira Santos.
– Palmas, TO, 2025.

199 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2025.

Orientador: Elvio Quirino Pereira

1. Políticas Públicas. 2. Orçamento Participativo. 3. Democracia. 4.
Governança. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



BRUNO OLIVEIRA SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Gestão de
Políticas Públicas da Universidade
Federal do Tocantins para obtenção do
título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Elvio Quirino
Pereira.

Aprovada em 14/11/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Elvio Quirino Pereira – Orientador (UFT)

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia de Medeiros - Membro interno (UFT)

Prof. Dr. Alan Kardec Martins Barbiero - Membro externo (UFT)



Documento assinado eletronicamente por **Alan Kardec Martins Barbiero, Servidor(a)**, em 17/11/2025, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Medeiros, Servidor(a)**, em 22/11/2025, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elvio Quirino Pereira, Servidor(a)**, em 04/12/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0518385** e o código CRC **8B6F1A98**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23101.009105/2025-58

SEI nº 0518385

Dedico este trabalho, primeiramente, aos meus pais, que me ensinaram o valor da honestidade, da perseverança e do esforço diário. À minha esposa, companheira incansável, cuja compreensão, carinho e apoio incondicional foram fundamentais em cada etapa desta caminhada. Aos meus dois filhos, fonte inesgotável de inspiração e motivo maior para seguir em frente. Ao meu orientador, pela oportunidade de aprendizado, pelo suporte contínuo e, sobretudo, pela paciência e confiança ao longo de todo o processo. Sua orientação foi essencial para que este estudo se tornasse uma realidade.

Por fim, Deus, fonte de toda sabedoria e força. Foi Ele quem iluminou meu caminho, concedeu-me discernimento nos momentos difíceis e sustentou-me quando as limitações pareciam intransponíveis. Sem Sua presença, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e força para concluir mais esta etapa da minha vida. Foi Sua presença constante que me guiou, me deu serenidade nas horas de incerteza e me sustentou diante dos desafios.

Aos meus pais, pela formação moral, pelo amor incondicional e pelo exemplo de dignidade e perseverança. Tudo o que sou é reflexo dos ensinamentos que me transmitiram com tanta dedicação e carinho.

À minha esposa, pelo amor, compreensão e apoio inabalável durante todo este percurso. Sua paciência, incentivo e fé em mim foram fundamentais para que eu permanecesse firme, mesmo diante das dificuldades.

Aos meus filhos, que com sua alegria e inocência renovaram minhas forças e me lembraram, a cada dia, o motivo de lutar e seguir em frente. Este trabalho também é para vocês, como prova de que o esforço e a fé sempre nos conduzem a grandes conquistas.

Ao meu orientador, por sua orientação sábia, pela confiança depositada e pela paciência em cada etapa da pesquisa. Seu conhecimento e disponibilidade foram essenciais para o amadurecimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

À UFT, ao Gespol, aos professores e aos colegas, que contribuíram com sugestões, palavras de incentivo.

Aos servidores e membros da comunidade acadêmica do IFTO que colaboraram direta ou indiretamente com a pesquisa, participando das entrevistas, das rodas de conversas, respondendo aos questionários e contribuindo com reflexões valiosas para a construção deste estudo.

E, por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, estiveram presentes nesta caminhada, com palavras de apoio, amizade, gestos de carinho ou simples demonstrações de confiança, o meu mais sincero muito obrigado.

Este trabalho é fruto da união, da paciência e do amor de todos vocês.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo propor um modelo de Orçamento Participativo para o Instituto Federal do Tocantins, que possibilite a participação ativa da comunidade acadêmica nos segmentos TAEs, docentes e discentes, no processo de planejamento e decisão sobre a alocação dos recursos orçamentários. A técnica utilizada foi a pesquisa-ação do tipo diagnóstica, utilizando-se as fases exploratória e de planejamento. O campo de pesquisa se deu compreendido em uma amostra de três unidades do IFTO, nos Campis de Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional que representaram respectivamente as regiões norte, central e sudeste tocantinense. A abordagem foi predominante qualitativa, sendo complementada quantitativamente, mostrando-se robusta e adequada à complexidade do tema. Os instrumentos de coletas dados utilizados foram a aplicação de questionários para o levantamento quantitativo das percepções da comunidade acadêmica; análise documental de relatórios orçamentários e normativas; entrevistas semiestruturadas com gestores; e rodas de conversa com representantes dos segmentos TAEs, docentes e discentes. Os aspectos éticos foram rigorosamente observados, e a pesquisa foi submetida e aprovada nos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) da UFT e IFTO, com os pareceres de aprovação: UFT: Parecer 7.646.107 / CAEE 88399525.6.0000.5519; IFTO: Parecer 7.682.170 / CAEE 88399525.6.3003.8111. O estudo partiu da constatação de que, embora o IFTO apresente estabilidade orçamentária e crescimento de recursos entre 2023 e 2025, há redução expressiva nos investimentos, com aumento dos restos a pagar e concentração de despesas em pessoal e custeio. Esses elementos indicam fragilidades na gestão e execução orçamentária, revelando a necessidade de maior democratização e transparência nas decisões orçamentárias. Os resultados quantitativos do questionário, aplicado com a comunidade acadêmica, evidenciam a distância entre o processo orçamentário formal e a comunidade acadêmica, bem como o potencial de necessidade participativo existente. Os resultados das entrevistas com gestores, mostraram uma convergência entre as limitações técnicas e estruturais da execução orçamentária e a necessidade de aprimorar a gestão participativa. As rodas de conversa permitiram um diálogo aberto e colaborativo entre os segmentos da comunidade acadêmica, revelando dimensões qualitativas que complementaram os demais instrumentos. Nelas, os participantes ressaltaram o desejo de serem ouvidos e de participar das decisões sobre prioridades orçamentárias; e apontaram a falta de comunicação e transparência; sugeriram a implantação e gestão orçamentária participativa constante, além de contribuírem para a formulação coletiva das diretrizes do modelo de Orçamento Participativo proposto, destacando a importância da representatividade e do retorno das decisões. Os resultados apontam que a maioria da comunidade acadêmica desconhece o funcionamento do orçamento institucional, mas demonstra interesse e disposição em participar de forma ativa. Com base nessas evidências, o estudo apresentou uma proposta de Orçamento Participativo adaptado à realidade multicampi do IFTO, estruturado em etapas que envolvem diagnóstico participativo, assembleias consultivas e deliberativas, priorização de demandas, criação de conselhos e acompanhamento da execução orçamentária. O modelo propõe a integração do OP ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o uso de ferramentas digitais para ampliar a transparência e o acesso à informação. Em síntese o Orçamento Participativo é um instrumento viável, factível e transformador, capaz de fortalecer a gestão democrática, a transparência, a eficiência administrativa e o engajamento social, sempre alinhando a sustentabilidade orçamentária às reais necessidades da instituição como um todo.

Palavras-chaves: Democracia. Orçamento Público. Orçamento Participativo. Transparência

ABSTRACT

This dissertation aims to propose a participatory budgeting model for the Federal Institute of Tocantins. This model enables the active participation of the academic community—TAEs, faculty, and students—in the planning and decision-making process regarding the allocation of budget resources. The technique used was diagnostic action research, with exploratory and planning phases. The research field comprised a sample of three IFTO units—the Colinas do Tocantins, Dianópolis, and Porto Nacional campuses, representing the northern, central, and southeastern regions of Tocantins, respectively. The approach was predominantly qualitative, complemented by quantitative approaches, proving robust and appropriate for the complexity of the topic. The data collection instruments used were questionnaires for a quantitative survey of the academic community's perceptions; documentary analysis of budget reports and regulations; semi-structured interviews with managers; and discussion groups with representatives of the TAEs, faculty, and students. Ethical considerations were strictly observed, and the research was submitted to and approved by the Research Ethics Committees (CEPs) of UFT and IFTO, with the following approval reports: UFT: Opinion 7.646.107 / CAEE 88399525.6.0000.5519; IFTO: Opinion 7.682.170 / CAEE 88399525.6.3003.8111. The study was based on the observation that, although IFTO presents budgetary stability and resource growth between 2023 and 2025, there is a significant reduction in investments, with an increase in outstanding payments and a concentration of expenses on personnel and operating costs. These elements indicate weaknesses in budget management and execution, revealing the need for greater democratization and transparency in budgetary decisions. The quantitative results of the questionnaire, administered to the academic community, highlight the gap between the formal budgeting process and the academic community, as well as the potential need for participatory management. The results of the interviews with managers revealed a convergence between the technical and structural limitations of budget execution and the need to improve participatory management. The discussion groups enabled open and collaborative dialogue among segments of the academic community, revealing qualitative dimensions that complemented the other instruments. Participants emphasized their desire to be heard and to participate in decisions regarding budgetary priorities; they highlighted the lack of communication and transparency; they suggested the implementation and ongoing participatory budget management; and they contributed to the collective formulation of guidelines for the proposed Participatory Budgeting model, highlighting the importance of representation and feedback on decisions. The results indicate that the majority of the academic community is unfamiliar with how the institutional budget works but demonstrates interest and willingness to participate actively. Based on this evidence, the study presented a proposal for a Participatory Budget adapted to IFTO's multi-campus environment, structured in stages involving participatory assessment, consultative and deliberative assemblies, prioritization of demands, creation of councils, and monitoring of budget execution. The model proposes the integration of the OP with the Institutional Development Plan (PDI) and the use of digital tools to increase transparency and access to information. In summary, the Participatory Budget is a viable, feasible, and transformative instrument capable of strengthening democratic management, transparency, administrative efficiency, and social engagement, always aligning budgetary sustainability with the real needs of the institution as a whole.

Key-words: Democracy. Public Budget. Participatory Budget. Transparency

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Comparativo das espécies orçamentárias.....	42
Figura 2 - Evolução histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	68
Figura 3 - Mapa de localização dos Reitoria, Campi e Campi Avançados.	73
Figura 4 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 1.....	120
Figura 5 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 2.....	120
Figura 6 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 3.....	121
Figura 7 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 4.....	121
Figura 8 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 5.....	122
Figura 9 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 6.....	122
Figura 10 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 7.....	123
Figura 11 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 8.....	123
Figura 12 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 9.....	124
Figura 13 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 10.....	124
Figura 14 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 11.....	125
Figura 15 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 12.....	126
Figura 16 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 13.....	126
Figura 17 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 14.....	127
Figura 18 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 15.....	127
Figura 19 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 16.....	128
Figura 20 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 17.....	128
Figura 21 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 18.....	129
Figura 22 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 19.....	130
Figura 23 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 20.....	130
Figura 24 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 21.....	131
Figura 25 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 22.....	131
Figura 26 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 23.....	132
Figura 27 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 24.....	132
Figura 28 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 25.....	133
Figura 29 - Fluxograma das etapas de execução do Orçamento Participativo.....	180
Quadro 1 - Principais características das técnicas orçamentárias.....	34

Quadro 2 - Conceitos de princípios orçamentários.....	36
Quadro 3 - Conceito de princípios de governança pública.	63
Quadro 4 - Detalhamento das fases e instrumentos usados na pesquisa-ação diagnóstica	89
Quadro 5 - Execução das rodas de conversas da pesquisa-ação diagnóstica	91
Quadro 6 - Riscos da pesquisa e suas medidas minimizadoras.....	103
Quadro 7 - Estrutura de questões do questionário	113
Quadro 8 - Estrutura do roteiro de entrevista semiestruturada.....	115
Quadro 9 - Estrutura do roteiro de conversa - Roda de Conversa.	118
Quadro 10 - Códigos extraídos das rodas de conversas e entrevistas.....	142
Quadro 11 - Categorias criadas a partir da seleção dos códigos extraídos das rodas de conversas e entrevistas.	144
Quadro 12 - Codificação e categorização da roda de conversa - <i>Campus Colinas do Tocantins</i>	145
Quadro 13 - Codificação e categorização da roda de conversa - <i>Campus Dianópolis</i>	149
Quadro 14 - Codificação e categorização da roda de conversa - <i>Campus Porto Nacional</i>	153
Quadro 15 - Codificação e categorização da entrevista - <i>Campus Colinas do Tocantins</i>	158
Quadro 16 - Codificação e categorização da entrevista - <i>Campus Dianópolis</i>	160
Quadro 17 - Codificação e categorização da entrevista - <i>Campus Porto Nacional</i>	162
Quadro 18 - Critérios de pontuação com pesos e notas.	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de Institutos Federais, Campus, Campus Avançando e novos Campi anunciados por Estado.....	69
Tabela 2 - Orçamento do IFTO 2023, 2024 e projeção para 2025 (PLOA).	75
Tabela 3 - Execução orçamentária do IFTO nos Campi e percentual de execução 2025 até 16 de outubro de 2025.....	77
Tabela 4 - Execução orçamentária do IFTO nos Campi 2024.	77
Tabela 5 - Execução orçamentária do IFTO nos Campi 2023.	77
Tabela 6 - Restos a Pagar do IFTO a serem processados.	79
Tabela 7 - Alunos matriculados nos cursos superiores dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.	95
Tabela 8 - Alunos matriculados nos técnicos integrados ao Ensino Médio dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.	95
Tabela 9 - Total de alunos maiores de idade matriculados nos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.	96
Tabela 10 - Servidores em exercício dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.	96
Tabela 11 - Total da população (TAEs, Docentes e Discentes) dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.....	96
Tabela 12 - Orçamento para custeio de atividades a aplicação da pesquisa.	109
Tabela 13 - Questão 1. Com qual gênero você se identifica?	120
Tabela 14 - Questão 2. Qual a sua faixa etária?	120
Tabela 15 - Questão 3. Qual o seu vínculo com o IFTO?.....	121
Tabela 16 - Questão 4. Há quanto tempo possui vínculo com o IFTO?	121
Tabela 17 - Questão 5. Em qual campus do IFTO você mantém vínculo atualmente?	122
Tabela 18 - Questão 6. Você conhece os conceitos básicos sobre orçamento público?	122
Tabela 19 - Questão 7. O orçamento público deve ser planejado considerando a opinião da população?.....	122
Tabela 20 - Questão 8. Você acredita que o orçamento do IFTO é bem planejado e executado?	123
Tabela 21 - Questão 9. Você já participou de alguma forma do planejamento do orçamento do IFTO?	124

Tabela 22 - Questão 10. Em sua opinião, o orçamento do IFTO deve ser planejado com participação da comunidade acadêmica?	124
Tabela 23 - Questão 11. Você acredita que a democracia representativa (através de gestores eleitos) é suficiente para tomar decisões sobre o orçamento público?	125
Tabela 24 - Questão 12. Você conhece ou já participou de algum modelo de democracia participativa, como audiências públicas ou orçamento participativo?.....	125
Tabela 25 - Questão 13. Você acredita que mecanismos de participação, como consultas públicas e votações, podem melhorar a gestão do orçamento público?	126
Tabela 26 - Questão 14. Você acha que a democracia e a transparência são importantes para o planejamento e gestão orçamentária do IFTO?	126
Tabela 27 - Questão 15. O IFTO disponibiliza informações claras sobre a gestão do orçamento?	127
Tabela 28 - Questão 16. Você acha que tem espaço para opinar sobre como o orçamento do IFTO é utilizado?	128
Tabela 29 - Questão 17. Na sua opinião, qual é o principal desafio para uma maior transparência e participação no orçamento do IFTO?	128
Tabela 30 - Questão 18. Você conhece os conceitos de Orçamento Participativo e para que serve?	129
Tabela 31 - Questão 19. Qual a principal vantagem do Orçamento Participativo?.....	129
Tabela 32 - Questão 20. Você acredita que o Orçamento Participativo pode melhorar a gestão financeira de instituições públicas?	130
Tabela 33 - Questão 21. Você gostaria de participar do planejamento do orçamento do IFTO?	130
Tabela 34 - Questão 22. Quais mecanismos de participação você considera mais eficientes para um modelo de Orçamento Participativo no IFTO?.....	131
Tabela 35 - Questão 23. Em quais áreas você acredita que o IFTO deveria investir mais? ..	131
Tabela 36 - Questão 24. Você acredita que a implementação de um Orçamento Participativo no IFTO pode melhorar a gestão dos recursos?	132
Tabela 37 - Questão 25. O que te motivaria a participar de um modelo de Orçamento Participativo no IFTO?.....	133
Tabela 38 - Frequências de códigos por categoria de análise.	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGOP	Assembleia Geral do Orçamento Participativo
ARO	Antecipação de Receita Orçamentária
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CCOP	Conselho Central do Orçamento Participativo
COPC	Conselho do Orçamento Participativo do Campus
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal
COP	Comissão do Orçamento Popular
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
Eafa	Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
ETF	Escola Técnica Federal
FIC	Formação Inicial e Continuada
GESPOL	Gestão de Políticas Públicas
GTEs	Grupos Temáticos Específicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBaiano	Instituto Federal Baiano
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFFarroupilha	Instituto Federal Farroupilha
IFFluminense	Instituto Federal Fluminense
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFGoiano	Instituto Federal Goiano

IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais
IFS	Instituto Federal de Sergipe
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSertão-PE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFSudesteMG	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense
IFSuldeminas	Instituto Federal do Sul de Minas
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
MTO	Manual Técnico de Orçamento
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OPD	Orçamento Participativo Digital
OPT	Orçamento Popular de Teresina

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PI	Plano de Investimento
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
RBOP	Rede Brasileira de Orçamento Participativo
RPNP	Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SECOM	Secretaria de Comunicação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional
SP	São Paulo
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAEs	Técnicos-Administrativos em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUBD	Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados
TCUD	Termo de Compromisso de Utilização de Banco de Dados
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
<i>et al.</i>	e outros
n.º	número

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Problema de Pesquisa.....	24
1.1.1	Delimitação de Escopo	26
1.1.2	Justificativa	27
1.2	Objetivos.....	28
1.2.1	Objetivo Geral.....	28
1.2.2	Objetivos Específicos	28
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1	Conceitos de Orçamento Público	29
2.2	Breve Histórico	30
2.3	Técnicas Orçamentárias.....	31
2.4	Princípios Orçamentários	35
2.5	Processo de Elaboração Orçamentária	37
2.5.1	Plano Plurianual	38
2.5.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	39
2.5.3	Lei Orçamentária Anual	40
2.6	Teoria da Democracia	42
2.6.1	Tipos de Democracia	43
2.6.2	Democracia Representativa e Democracia Participativa	44
2.6.3	Sistema de Participação	47
2.7	Orçamento Participativo.....	48
2.7.1	Definição.....	49
2.7.2	Breve Histórico	50
2.7.3	Orçamento Participativo no Brasil	52
2.7.4	Importância do Orçamento Participativo	57
2.7.5	Orçamento Participativo na Era Digital.....	60
2.8	Governança.....	61
2.9	Lei de Responsabilidade Fiscal	64
3	REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA	66
3.1	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	70
3.1.1	Execução Orçamentária do IFTO.....	73

3.1.1.1 Execução Orçamentária dos Recursos Funcionamento, Investimento e Assistência Estudantil do IFTO	75
4 METODOLOGIA	80
4.1 Caracterização da Pesquisa	82
4.1.1 Natureza da Pesquisa	82
4.1.2 Forma de Abordagem da Pesquisa	83
4.1.3 Pesquisa quanto ao Objetivo	84
4.1.4 Procedimentos Técnicos	85
4.1.4.1 Pesquisa-ação	85
4.2 Universo da Pesquisa.....	92
4.2.1 Local da Pesquisa	92
4.2.2 Sujeitos da Pesquisa	93
4.2.2.1 Critérios de Inclusão e Exclusão dos Sujeitos	96
4.2.2.2 Amostragem da Pesquisa	97
4.3 Aspectos Éticos	99
4.3.1 Cuidados Éticos.....	100
4.3.1.1 Riscos, Benefícios da Pesquisa e Medidas de Minimização	102
4.4 Financiamento da Pesquisa.....	108
4.5 Coleta de Dados.....	109
4.5.1 Questionário Estruturado	109
4.5.2 Entrevista Semiestruturada	114
4.5.3 Roda de Conversa.....	115
5 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA	119
5.1 Análise Quantitativa do Questionário Estruturado	119
5.1.1 Perfil dos Respondentes (Questões 1 a 5).....	133
5.1.2 Conhecimento e Percepções sobre o Orçamento e a Participação (Questões 6 a 17)	134
5.1.3 Anseios e Opiniões em Relação ao Orçamento Participativo (Questões 18 a 25).....	136
5.1.4 Análise Geral.....	137
5.2 Análise de Conteúdo de Bardin	137
5.2.1 Pré-análise.....	138
5.2.1.1 Leitura Flutuante	139
5.2.1.2 Organização e Seleção das Transcrições das Rodas de Conversa e das Entrevistas Semiestruturadas	140
5.2.2 Exploração do Material	141

5.2.2.1	Codificação	141
5.2.2.2	Categorização	142
5.2.2.3	Codificação e Categorização da Roda de Conversa no <i>Campus</i> Colinas do Tocantins.....	144
5.2.2.4	Codificação e Categorização da Roda de Conversa no <i>Campus</i> Dianópolis.....	149
5.2.2.5	Codificação e Categorização da Roda de Conversa no <i>Campus</i> Porto Nacional ...	152
5.2.2.6	Codificação e Categorização da Entrevista no <i>Campus</i> Colinas do Tocantins	157
5.2.2.7	Codificação e Categorização da Entrevista no <i>Campus</i> Dianópolis	160
5.2.2.8	Codificação e Categorização da Entrevista no <i>Campus</i> Porto Nacional	161
5.2.3	Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação dos Resultados	163
5.2.3.1	Interpretação dos Resultados da Roda de Conversas do <i>Campus</i> Colinas do Tocantins	164
5.2.3.2	Interpretação dos Resultados da Roda de Conversas do <i>Campus</i> Dianópolis	165
5.2.3.3	Interpretação dos Resultados da Roda de Conversas do <i>Campus</i> Porto Nacional..	166
5.2.3.4	Interpretação dos Resultados da Entrevista do <i>Campus</i> Colinas do Tocantins	167
5.2.3.5	Interpretação dos Resultados da Entrevista do <i>Campus</i> Dianópolis	168
5.2.3.6	Interpretação dos Resultados da Entrevista do <i>Campus</i> Porto Nacional.....	169
5.3	Triangulação dos Dados.....	169
6	PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA O IFTO	171
6.1	Justificativa.....	172
6.2	Objetivo Geral.....	172
6.3	Objetivos Específicos.....	172
6.4	Escopo e Recursos Envolvidos	173
6.5	Estrutura e Atores Envolvidos.....	173
6.5.1	Assembleia Geral do Orçamento Participativo (AGOP).....	173
6.5.2	Grupos Temáticos Específicos (GTEs)	174
6.5.3	Conselho do Orçamento Participativo do Campus (COPC).....	175
6.5.4	Conselho Central do Orçamento Participativo (CCOP)	176
6.5.5	Plenárias do Orçamento Participativo	176
6.5.5.1	Regras de convocação, registro e transparência.....	178
6.5.6	Metodologia de Priorização das Demandas e Critérios de Pontuação	178
6.5.6.1	Programa de Capacitação para o Orçamento Participativo do IFTO	179
6.5.7	Fluxograma do Orçamento Participativo.....	180
6.5.8	Cronograma do Orçamento Participativo	181
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182

7.1	Respostas aos Objetivos da Pesquisa	183
7.2	Contribuições.....	185
7.3	Dificuldades da Pesquisa.....	186
7.4	Trabalhos Futuros.....	187
	REFERÊNCIAS.....	189

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Público é um instrumento amplamente reconhecido no Brasil e no mundo, destinado a regular as finanças do Estado ao estabelecer as receitas e determinar as despesas, com a finalidade de promover o interesse coletivo, assim como a proteção de direitos e a provisão de condições essenciais ao bem-estar da sociedade (Silva; Santos; Santos, 2023).

Nessa conjuntura, Silva *et al.* (2021) discorrem que outros países tiveram seus marcos históricos para a concepção do orçamento público, tal qual a Inglaterra que criou a Declaração de Direitos por meio de parlamento, servindo para que este obtivesse controle sobre a soberania do Estado.

O conceito de orçamento público se consolidou ao longo do tempo, por volta do século XIX, onde na França a Assembleia Nacional estabeleceu diretrizes fundamentais para essa prática, incluindo-se a periodicidade anual do orçamento, assim como a elaboração de estimativas financeiras e a separação de categorias específicas entre receita e despesa (Silva *et al.*, 2021).

O Orçamento Público ao longo da sua evolução deixou de ser um simples instrumento contábil para se transformar, no âmbito constitucional, em uma peça fundamental para garantia de efetividade nas políticas públicas, sendo um mecanismo para articular e concretizar as necessidades sociais que o Estado deve priorizar. (Silva; Santos; Santos, 2023).

Santos (2019) discorre que no Brasil, a concepção de orçamento público teve seu início com a Constituição Imperial, evoluindo ao longo do tempo e se consolidando com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme o Portal da Transparência do Governo Federal Brasil (2024), a utilização do orçamento público serve como mecanismo empregado pelo governo para delinear estrategicamente a alocação de fundos adquiridos por vários meios, como impostos, taxas e contribuições para melhoria de políticas públicas. Esse planejamento estratégico desempenha um papel crucial na garantia da prestação de serviços públicos adequados, ao mesmo tempo em que delinea as despesas e investimentos específicos que receberam alta prioridade pelos órgãos governamentais.

Fontes do Portal do Governo do Estado do Tocantins, Tocantins (2024), mencionam que o orçamento funciona como uma ferramenta estratégica para a gestão no âmbito da administração pública, mostrando a importância das receitas e despesas orçamentárias na representação dos fundos arrecadados pelo Estado, por meio da tributação. Além disso, o

orçamento assume um papel fundamental em situações relacionadas à distribuição e utilização de receitas entre órgãos governamentais, ao mesmo tempo em que garante o cumprimento das restrições legais de despesas descritas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Manual Técnico de Orçamento (MTO) – 2021 Palmas (2021), enfatiza que o orçamento serve como uma ferramenta estratégica para todas as organizações, independentemente de estarem no setor público ou privado, descrevendo a renda projetada e a alocação de recursos em um período específico.

Quando se fala de orçamento público entramos na democratização dessa ferramenta, trazendo esta discussão para que a população possa participar ativamente das melhorias de políticas públicas. Nesse sentido, segundo dados do Governo Federal Brasil (2023), as entidades governamentais estão em processo de construção de uma estrutura orçamentária participativa, que será implementada em 2024 com o objetivo de formular o orçamento para 2025.

Lima e Medeiros (2018) consideram que o Orçamento Público tem como responsabilidade primordial atender a população de forma transparente e objetiva, sendo fundamental que os cidadãos estejam mais envolvidos no processo de planejamento orçamentário. Nesse contexto, os autores relatam que surge o Orçamento Participativo (OP), tendo como propósito incentivar a democracia, possibilitando que os cidadãos participem ativamente na criação das propostas orçamentárias. A metodologia apontada do OP é o gerenciamento na alocação de determinados recursos do orçamento com a participação direta da comunidade ou através de organizações civis, como associações de moradores.

Para Menezes (2016) o Orçamento Participativo, desde sua introdução no final dos anos 80, tem sido objeto de diversas pesquisas focadas, principalmente em destacar seu papel de transformação democrática nas relações entre o governo e a sociedade brasileira, com a finalidade de enfatizar que esses estudos buscam demonstrar como e até que ponto o OP contribui para o fortalecimento da democracia no Brasil. Esse novo método de governança não exclui nenhum grupo de participante, sendo acessível a toda a sociedade civil, independentemente de estar vinculada a alguma instituição social. As empresas, assim como a comunidade em geral têm a permissão para participar, uma vez que o programa foi elaborado com base em critérios que promovem uma participação transparente e clara, possibilitando a criação de modelos de participação para cada situação, e abrangendo todos os serviços públicos essenciais na região, tais como saúde, educação, segurança, entre outros.

A formulação da Lei Orçamentária Anual implicará em uma combinação de engajamento cívico presencial e online, embora a estrutura específica esteja atualmente em

fase de desenvolvimento, levando em consideração as metodologias utilizadas no PPA Participativo e as percepções obtidas nas interações com várias jurisdições nacionais e internacionais que incorporaram o envolvimento público em seus procedimentos orçamentários (Brasil, 2023).

De acordo com a Secretaria-geral da Presidência da República Brasil (2023), Nelson Dias, encarregado de supervisionar o Atlas Mundial do Orçamento Participativo, ressaltou a natureza transformadora inerente ao OP. Segundo ele, desde a sua criação, o OP tem como objetivo uma agenda transformadora que busca reorganizar as prioridades, combater as desigualdades e a corrupção, além de reavaliar os procedimentos administrativos. Ainda conforme dados do governo, Giovani Allegretti, acadêmico associado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, afirmou que o OP é percebido como uma estratégia política contemporânea em escala global. Ele elucidou que o envolvimento ativo dos cidadãos em diversos contextos ajuda a superar as limitações estruturais e cíclicas encontradas pelos países envolvidos no processo orçamentário.

Com o Governo do Tocantins não é diferente, de acordo com a Secretaria de Comunicação (SECOM) Tocantins (2023), durante discurso o governador Wanderlei Barbosa enfatizou a proposta de deliberar sobre o Plano Plurianual (PPA) em nível nacional com uma abordagem mais democrática, pois facilita que a sociedade organizada e os representantes da população expressem suas necessidades de priorização. Segundo o portal, inúmeras sugestões foram destacadas em vários setores, com foco em educação e infraestrutura rodoviária na integração de diferentes regiões, trazendo um ambiente propício para articulação dessas demandas e incorporá-las ao PPA.

Segundo o MTO - 2021 Palmas (2021) o objetivo da Prefeitura de Palmas é obter contribuições dos moradores sobre o OP, trazendo benefícios para a população ao demonstrar que o maior grau de envolvimento nas discussões do orçamento trará benefícios diretos no que tange aos serviços de manutenção, dentre os quais saneamento, paisagismo, saúde, iniciativas culturais, esportes e atividades recreativas. Os moradores são estimulados a apresentarem sugestões em treze áreas distintas, com as propostas mais favorecidas em cada categoria para serem priorizadas nas regulamentações orçamentárias.

Esse contexto político e democrático permite uma maior participação cidadã, e na análise de Monteiro, Moura e Lacerda (2015) essa participação é fundamental para eficácia da gestão pública, especialmente no contexto da democracia brasileira. A participação cidadã vem evoluindo na democracia brasileira, desde o período de centralização e clientelismo

durante as décadas de 70 e 80 até a promulgação da Constituição de 1988, que trouxe a democracia participativa como um novo modelo de cidadania.

Pacheco (2011) aborda a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC), em que fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), desempenhando um papel fundamental na oferta de ensino público de qualidade, focado em diversas áreas do conhecimento e na formação de profissionais para o mercado de trabalho. Essas instituições, fazem parte de todo o contexto democrático brasileiro, e proporcionam educação técnica, superior e de pós-graduação, fortalecendo a pesquisa e extensão para contribuir diretamente no desenvolvimento social e econômico das regiões onde estão inseridas.

No entanto, diante da diversidade de demandas e da limitação de recursos, a gestão orçamentária dessas instituições torna-se um desafio constante, e dentro desse contexto, a democracia na gestão orçamentária emerge como uma necessidade crítica, surgindo a demanda na adoção de modelos de orçamento participativo para que possam promover maior transparência, participação e inclusão, além de permitir que a comunidade acadêmica tenha voz ativa na definição de prioridades na condução dos recursos orçamentários.

Esse processo participativo, conforme Bogo (2022) fortalece a governança institucional, aumenta o comprometimento da comunidade com as decisões orçamentárias e garante que os recursos sejam alocados de forma mais justa e alinhada às necessidades da instituição. Além disso, a participação democrática na gestão dos recursos contribui para uma maior responsabilidade coletiva, ampliando a eficiência na aplicação do orçamento e reforçando o papel social dessas instituições.

1.1 Problema de pesquisa

Com a expansão da Rede Federal de Educação, transformando os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e as Escolas Agrotécnicas Federais nos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tornou-se necessário uma divisão otimizada dos recursos orçamentários que antes eram destinados em grande parte para as Universidades Federais (Souza; Meza, 2022).

Para Souza e Meza (2022), esse cenário de expansão da Rede Federal de Educação Profissional demandou em uma maior destinação de recursos orçamentários para as Instituições de Ensino Superior (IES), surgindo a necessidade de uma melhor gestão do orçamento público de forma eficiente e com foco em resultados.

Para tanto, os Institutos Federais passaram a depender cada vez mais do orçamento público para desenvolverem suas atividades, estando sujeitos às limitações e aos contingenciamentos orçamentários, devido às crises econômicas que assolam o país. Por isso, os modelos de gestão orçamentária necessitam serem aperfeiçoados.

Além disso, com o processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e consequentemente com o aumento da oferta de serviços educacionais, surgiu-se a necessidade de participação da sociedade no planejamento e gestão dos recursos públicos como forma de democratizar, dar maior transparência e entregar um serviço público de qualidade à sociedade.

Levando essa realidade para dentro do Instituto Federal do Tocantins, objeto deste estudo, o modelo de distribuição orçamentária não tem a participação ativa da comunidade acadêmica composta por alunos, professores e técnicos-administrativos, ficando de fora das discussões e decisões para a efetiva destinação do orçamento a ser utilizado.

O orçamento geral do Instituto Federal do Tocantins é planejado em reunião realizada na Reitoria denominada por Colégio de Dirigentes (Codir), em que participam os Diretores-gerais dos campi, Pró-Reitores e Reitor para definirem os gastos com despesas correntes, assistência estudantil e investimentos. Essa distribuição orçamentária feita em reunião do Codir é antecedida dos respectivos planejamentos dentro dos campi, em que estes elencam suas demandas com despesas básicas e àquelas ações que necessitam ser atendidas.

O orçamento do IFTO, uma vez discutido e decidido no Codir, demonstra que o planejamento das despesas e ações do IFTO fica restrita aos Gestores responsáveis pela sua execução, sem que haja uma participação ativa da comunidade acadêmica.

Nesse contexto, como forma de democratização e entrega de serviços públicos de qualidade, o orçamento do IFTO tem a necessidade de ser planejado com a participação de toda comunidade acadêmica, em forma de orçamento participativo, para que a utilização do recurso possa atender, de maneira globalizada, as prioridades e necessidades de investimentos da Instituição.

O Orçamento Participativo, torna-se vantajoso, pois traz maior transparência, oportuniza a formação de uma comunidade acadêmica consciente e, passa a exigir melhor gestão dos recursos públicos, aumentando a transparência e inibindo a corrupção. Para Lima e Medeiros (2018) uma das vantagens do OP é a promoção da democratização nas interações entre o governo e a população, através do qual nesse modelo de orçamento, o cidadão não se limita a ser um mero espectador, mas assume um papel proeminente na tomada de decisão da administração pública.

Diante disso, qual a importância do OP para o planejamento e gestão dos recursos no Instituto Federal do Tocantins?

O presente estudo visa relacionar o fenômeno do OP à gestão democrática. Para isso, percorreu-se pela literatura os principais conceitos e aspectos do Orçamento Público; as peculiaridades de Democracia Representativa e Democracia Participativa; os conceitos e principais aspectos acerca do Orçamento Participativo; aspectos de Governança e Lei de Responsabilidade Fiscal, além de um breve histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tal qual a aplicação do estudo desses conceitos no Instituto Federal do Tocantins.

1.1.1 Delimitação de Escopo

Desenvolver uma proposta de modelo de orçamento participativo para o Instituto Federal do Tocantins, com base na análise do processo orçamentário atual e na percepção da comunidade acadêmica.

A pesquisa visa detalhar as etapas envolvidas no processo orçamentário, incluindo a definição de prioridades, alocação de recursos e acompanhamento do processo orçamentário atual no IFTO. Pretende-se identificar os atores e setores responsáveis pela elaboração e execução do orçamento, além dos mecanismos de controle atualmente utilizados, quanto às práticas de transparência e prestação de contas no gerenciamento do orçamento.

Feito isso, propõe-se investigar a percepção e os anseios da comunidade acadêmica quanto ao processo orçamentário existente, bem como a construção de OP na instituição. Para viabilizar o estudo, pretende-se realizar pesquisas bibliográficas; pesquisas documentais; questionário; rodas de conversa com discentes, docentes e técnicos-administrativos do IFTO para entender como esses grupos avaliam o atual processo orçamentário.

Outro fator, torna-se imprescindível identificar as principais preocupações, demandas e sugestões da comunidade acadêmica em relação à gestão do orçamento, avaliando o nível de conhecimento e participação da comunidade acadêmica nos processos orçamentários vigentes.

Ao final da pesquisa, objetiva-se a elaboração de um modelo de Orçamento Participativo que seja adequado à realidade institucional do IFTO, promovendo maior envolvimento e transparência. Esse modelo deve estabelecer diretrizes para sua implementação, incluindo as etapas de consulta pública, participação coletiva e priorização de demandas, sem deixar de lado os mecanismos de controle e avaliação contínuos para garantir a eficácia e a sustentabilidade do modelo de OP.

O escopo dessa pesquisa pode encontrar desafios e limites dentre os quais: resistência cultural e institucional; baixo engajamento da comunidade acadêmica; limitações orçamentárias; complexidade burocrática; capacidade e preparação técnica; dependência de normas institucionais e legais; e prazos.

1.1.2 Justificativa

Essa pesquisa tem por finalidade uma proposta de modelo de Orçamento Participativo no Instituto Federal do Tocantins como instrumento de gestão democrática, devido ao atual modelo de distribuição orçamentária da instituição não permitir a ampla participação de servidores e alunos no processo de deliberação do orçamento da instituição.

O OP é uma necessidade de se dar maior transparência na gestão do orçamento do IFTO, possibilitando que a comunidade acadêmica participe das decisões quanto a alocação dos recursos públicos. Além de trazer modernização nos processos de gestão pública, faz com que a comunidade possa discutir e deliberar sobre quais projetos e necessidades são prioritários na instituição como um todo.

A importância do estudo, justifica-se pelo fato de o Orçamento Participativo ter se tornado uma referência nacional e internacional em democracia participativa nas gestões locais, com formato institucionalizado que perdura há mais de 30 anos. (Novaes; Santos, 2014).

OP é eficaz, pois conduz a destinação ampla dos recursos em um cenário de escassez orçamentária, mesmo diante do desafio de se manter uma máquina pública pesada. O Orçamento Participativo consiste na democratização dos processos institucionais, por meio da colaboração da sociedade junto ao poder público para auxiliar na elaboração e execução das políticas públicas quanto aos recursos financeiros.

Grande parte dos estudos e pesquisas encontradas na literatura nacional, no que tange ao OP, abrangem os governos municipal e estadual, sendo escassos no âmbito das Instituições de Ensino Superior, especialmente na Rede Federal de Ensino. Essa escassez se deve pela criação e expansão recente dos Institutos Federais e a falta da instrumentalização do Orçamento Participativo nessas instituições.

Desse modo, ao propor um estudo sobre a construção de um modelo de Orçamento Participativo no Instituto Federal do Tocantins, mostra-se a importância teórica desse tema, objetivando propor um modelo de OP que possa servir como um projeto de gestão a ser

seguido por todos os campi do IFTO, bem como por instituições que possam ter acesso ao objeto desse estudo.

Além disso, a proposição de um modelo de OP no IFTO reitera a necessidade de participação da comunidade acadêmica no processo decisório, de forma que contemple os anseios pouco atendidos e que possam trazer melhorias ou mudanças para a instituição como um todo. Essa proposta possibilitará a reformulação do modelo de planejamento das ações orçamentárias, atualmente existentes, para processos participativos desde a sua elaboração até a prestação de contas dos recursos orçamentários destinados à instituição.

A escolha pelo tema Orçamento Participativo está diretamente ligada com a experiência profissional do pesquisador. Este é servidor efetivo no cargo de Administrador do Instituto Federal do Tocantins e com exercício no *Campus* Dianópolis, há pouco mais de 9 anos, onde foi lotado nas funções comissionadas de Coordenação de Licitações e Contratos e Coordenador de Administração. Por último, exerceu o cargo de Gerente de Administração, em que era responsável por gerir os processos administrativos, recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais do *Campus* Dianópolis.

Dada a relevância social e institucional, na qual poderá instrumentalizar uma gestão democrática e transparente dos recursos públicos, justifico a importância de se pesquisar sobre o tema, com a finalidade de modernizar as políticas públicas existentes no IFTO, quanto ao orçamento público destinado à referida instituição.

1.2 Objetivos

Diante da problemática apresentada, para a construção de um modelo de orçamento participativo, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados nesta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Propor um modelo de orçamento participativo para o Instituto Federal do Tocantins, que contemple a participação da comunidade acadêmica no processo decisório.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Descrever o processo atual de planejamento, gestão e controle do orçamento no Instituto Federal do Tocantins;
2. Apresentar a percepção e os anseios da comunidade acadêmica acerca do atual processo orçamentário no Instituto Federal do Tocantins, além de sugestões para construção de um modelo de Orçamento Participativo para a instituição;
3. Construir um modelo de orçamento participativo para o Instituto Federal do Tocantins.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os principais conceitos básicos, históricos e aspectos de orçamento público e participativo, trazendo um embasamento teórico das principais publicações sobre o assunto. Além disso, serão estudados conceitos e aspectos quanto a democracia, governança, Lei de Responsabilidade Fiscal, Rede Federal de Educação e Instituto Federal do Tocantins.

2.1 Conceitos de Orçamento Público

Mesquita *et al.* (2020) discorrem que o Orçamento Público é um documento legal que, ao ser aprovado pelo poder legislativo, se transforma em lei com o objetivo de regulamentar as atividades financeiras do Estado, abrangendo tanto as receitas quanto as despesas. O autor ressalta ainda que o Orçamento Público é uma ferramenta de extrema relevância para a gestão pública, sendo que ao longo da história passou por diversas mudanças desde a promulgação da Constituição de 1824 até os dias atuais.

Giacomoni (2024) argumenta que o Orçamento Público abrange à estimativa de receitas a serem coletadas durante o período de planejamento, além da definição das despesas que serão alocadas aos responsáveis por executar as atividades de uma entidade específica. O orçamento é definido como um documento oficial que registra as previsões de receitas e as determinações de despesas, que um governo planeja executar em um determinado exercício financeiro, servindo como um instrumento para a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal na distribuição dos recursos públicos para execução de políticas públicas.

O Orçamento Público representa um instrumento de planejamento elaborado pelos entes da federação, que projetam as fontes de arrecadação de recursos e a distribuição desses recursos ao longo de um período específico. Essa estimativa de receitas e a determinação de

despesas são exigências essenciais para a manutenção de políticas públicas em todas as esferas de governo. Um orçamento bem elaborado é crucial para assegurar o equilíbrio nas finanças públicas, respondendo às necessidades da população e direcionando os recursos para as prioridades a serem definidas (Silva; Santos; Santos, 2023).

Costa (2017) destaca que o orçamento público serve como uma ferramenta estratégica para o gerenciamento das finanças públicas, permitindo que os administradores estabeleçam limites para as contas públicas de modo a não ultrapassar o total arrecadado. Essa premissa está profundamente relacionada à projeção das receitas e à determinação das despesas públicas, sendo a sua estrutura orçamentária reconhecida como uma norma. Na administração pública, tanto direta quanto indireta, a projeção de receitas e a organização das despesas para um exercício específico estão completamente conectadas ao orçamento.

O Orçamento Público é essencialmente o mecanismo pelo qual o governo capta recursos da sociedade e os direciona para áreas específicas. Esse processo de redistribuição não é isento de efeitos em relação à eficiência econômica e ao desenvolvimento sustentável no longo prazo. Os estímulos tanto microeconômicos quanto setoriais, bem como as variáveis macroeconômicas relacionadas à inflação, ao endividamento e ao emprego, são diretamente influenciados pela administração orçamentária (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Almeida e Costa (2018) comentam que o orçamento funciona como uma ferramenta de planejamento, servindo como uma análise geral do que foi definido para alcançar um objetivo específico.

2.2 Breve Histórico

Giacomoni (2024) faz uma análise sobre a evolução histórica no desenvolvimento do orçamento na Inglaterra, França, Estados Unidos e, também, no Brasil. A Magna Carta na Inglaterra impôs restrições ao poder real na cobrança de impostos, levando a um controle gradual exercido pelo Parlamento, especialmente após disputas com a monarquia no século XVII. Posteriormente, a revolução de 1688 e a promulgação da Lei do Fundo Consolidado em 1787 trouxeram mudanças significativas na gestão orçamentária, resultando em uma administração financeira pública mais eficaz.

Na França, a abordagem orçamentária começou a se moldar após a Revolução de 1789, quando a Assembleia Nacional assumiu o governo das finanças em 1815, e consequentemente sendo aprimorada ao longo do tempo, consagrando princípios

fundamentais como a anualidade, a universalidade e a ausência de alocação de receitas específicas (Giacomoni, 2024).

Giacomoni (2024) enfatiza ainda que após a Revolução da Independência, o sistema orçamentário dos Estados Unidos passou por mudanças significativas, inicialmente sob a supervisão da Comissão de Meios e Recursos, que cuidou das finanças até o século XIX. Em seguida, começaram a emergir iniciativas para reformar o orçamento, com destaque para a Comissão de Economia e Eficiência e para a promulgação da Lei de Orçamento e Contabilidade em 1921, que deu formato ao orçamento federal. No Brasil, a questão financeira começou a se destacar desde a época colonial, quando a Inconfidência Mineira surgiu em resposta à insatisfação com os impostos estabelecidos por Portugal.

Conforme Silva, Santos e Santos (2023) a estrutura que fundamenta o orçamento público atualmente no Brasil começou a se formar com a chegada de Dom João VI, que estabeleceu normas sobre as atribuições orçamentárias e o papel dos profissionais envolvidos a partir desse período.

Segundo Mesquita *et al.* (2020) o Orçamento Público no Brasil passou por transformações significativas, evoluindo ao longo do período até os dias atuais. O orçamento era elaborado pelo chefe do executivo, aprovado pela Assembleia Geral, e em 1891, a elaboração do orçamento passou a ser uma responsabilidade exclusiva do Congresso Nacional.

Nas Constituições subsequentes, a proposta orçamentária era feita pelo Presidente, votada pelo Legislativo e, a Constituição de 1988 veio a determinar que os aspectos relacionados à gestão orçamentária e financeira fossem regulamentados por Lei Complementar, ainda em discussão no Congresso Nacional (Mesquita *et al.*, 2020).

2.3 Técnicas Orçamentárias

Ao longo dos tempos, as necessidades de melhorias na aplicação dos recursos públicos para o atingimento dos objetivos sociais têm demandado diferentes estratégias de gestão, para a tomada de decisão seja em programas de saúde, educação ou outras finalidades institucionais. Isso exigiu que o orçamento público fosse aprimorado e planejamento em alguns formatos para melhor se adequar aos diversos campos de políticas públicas existentes, trazendo o surgimento das técnicas orçamentárias que identificassem e definissem o orçamento de determinada época ou período (Almeida; Costa, 2018).

Crepaldi e Crepaldi (2013) ao abordar a evolução do orçamento público, destacam três fases históricas principais, tais como Orçamento Tradicional, Orçamento de Desempenho e Orçamento Programa, sendo cada um desses refletindo em mudanças no contexto histórico e nas demandas por maior eficiência e controle na administração pública. O Orçamento Tradicional ou Clássico vigorou entre os séculos XIX e XX, tendo como principais características o foco na legalidade e no controle contábil das receitas e despesas públicas. O principal objetivo era garantir o equilíbrio financeiro, de modo a assegurar que os gastos fossem autorizados e que o processo estivesse em conformidade com a legislação vigente. Havia ausência de planejamento de médio e longo prazo e faltavam mecanismos de avaliação de eficiência.

O Orçamento de Desempenho teve início na década de 1940, sendo difundido mundialmente nos anos 1950 e 1960. Suas principais características eram o conceito de desempenho e a mensuração de resultados no orçamento, enfatizando a vinculação entre os recursos alocados e os resultados ou produtos gerados durante as ações governamentais. Esse orçamento tinha indicadores de desempenho para medir a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades públicas, impulsionado pela preocupação com a prestação de serviços públicos de qualidade (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Os autores Crepaldi e Crepaldi (2013), lecionam ainda acerca do Orçamento-Programa que surgiu nos anos 1960, com maior ênfase no planejamento como eixo central do processo orçamentário. Esse orçamento determina que as despesas devem ser organizadas por programas que contenham objetivos, metas e ações claramente definidos, objetivando em uma gestão mais estratégica dos recursos públicos. O Orçamento-Programa foi influenciado pela adoção de práticas de planejamento e orçamento em países como os Estados Unidos e, posteriormente, em países em desenvolvimento, como o Brasil, enfatizando o planejamento estratégico, onde as ações são vinculadas a políticas públicas de médio e longo prazo, e a alocação de recursos é feita com base em prioridades definidas de forma racional.

Conforme Silva, Santos e Santos (2023) essas fases representam a evolução dos métodos orçamentários no contexto de transformações nas exigências de controle, planejamento e eficiência no setor público, sendo que esse movimento percorreu do simples controle legalista no orçamento tradicional, passando pela busca de resultados com o orçamento de desempenho, até chegar à gestão estratégica e integrada com o orçamento-programa.

Atualmente, o sistema orçamentário adotado no Brasil é o Orçamento-Programa, servindo como uma ferramenta de planejamento formada por diversos programas

governamentais, cada um com metas e públicos-alvo definidos. Tais programas se baseiam nos serviços públicos oferecidos nas áreas de saúde, educação, agricultura, esportes, infraestrutura, cultura, segurança, assistência social, entre outras. Além de suas metas específicas, o orçamento-programático inclui indicadores que permitem avaliar e mensurar a efetividade dos resultados, estabelecendo, dessa forma, uma conexão entre o planejamento e a execução financeira (Silva; Santos; Santos, 2023).

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2013), o Orçamento Base Zero é uma técnica que busca realizar uma análise mais criteriosa e detalhada das despesas públicas ou privadas, partindo do princípio de que todas as atividades e gastos devem ser reavaliados periodicamente. Esse tipo de orçamento se distingue por não assumir automaticamente que as despesas anteriores sejam necessárias ou eficientes, trazendo a necessidade de a cada nova despesa ser justificada, o que promove uma análise mais cuidadosa sobre a real necessidade de cada gasto.

O orçamento Base Zero, segundo Giacomoni (2024), surgiu nos anos 1970, sendo formalmente desenvolvido e implementado por Peter Pyhrr, um executivo da empresa Texas Instruments. Ele criou o conceito de base zero como uma maneira de melhorar a eficiência e o controle orçamentário dentro da empresa, sendo esse método projetado para enfrentar as limitações do orçamento incremental, que simplesmente ajusta as despesas do ano anterior sem questionar sua necessidade.

Giacomoni (2024) aponta algumas vantagens associadas à utilização do orçamento base zero, principalmente no que diz respeito à eficiência e à transparência, além da possibilidade de eliminar desperdícios e garantir que os recursos sejam direcionados para atividades que realmente agreguem valor, trazendo eficiência na condução dos gastos, ou seja, garante que cada despesa seja avaliada cuidadosamente, eliminando-se as desnecessárias ou ineficazes.

Crepaldi e Crepaldi (2013) discorrem que o Orçamento Participativo é um mecanismo de gestão pública que permite que os cidadãos participem ativamente da definição das prioridades orçamentárias, sendo uma ferramenta estratégica e essencial para a promoção da democracia participativa e para a melhoria da transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

O OP, conforme os autores Crepaldi e Crepaldi (2013), carrega várias vantagens, dentre às quais, inclusão da população nas decisões orçamentárias, maior eficiência aumentando a eficácia das políticas públicas, redução da corrupção através da transparência e

do controle social, bem como legitimidade das decisões em políticas públicas formuladas com a participação da sociedade, refletindo à vontade da população.

Lima e Medeiros (2018) concluem que com o passar do tempo, as técnicas de elaboração do orçamento público foram sendo alteradas e acabaram evoluindo para que pudessem ser aprimoradas e racionalizadas quanto a sua utilização. Ainda conforme os autores, essa concepção trouxe uma visão moderna de administração pública, conceituando o orçamento como um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar para atingir objetivos e metas programadas. Essas alterações foram motivadas por novas teorias, das quais foram bastante discutidas por vários autores, conforme observa-se no Quadro 3 com um resumo das características das principais técnicas orçamentárias:

Quadro 1 - Principais características das técnicas orçamentárias.

TÉCNICA ORÇAMENTÁRIA		CARACTERÍSTICAS
Clássico	Orçamento Tradicional	→ Foco principal no controle rígido dos gastos públicos sem ênfase nos resultados; → Critério de alocação, baseado em despesas passadas; → Flexibilidade muito baixa, difícil de fazer ajustes; → Nenhuma participação popular, pois tudo é decidido internamente; → Baixa transparência, pois era difícil para os cidadãos entenderem para onde o dinheiro realmente estava indo; → Preocupado com os aspectos políticos e contábeis; → Não há planejamento.
	Orçamento por Desempenho	→ Foco principal nos resultados e metas de desempenho; → Critério de alocação, baseado em indicadores de desempenho; → Flexibilidade média, pois os recursos podem ser ajustados conforme os resultados; → Participação popular limitada, com algum nível de consulta; → Transparência maior que no orçamento tradicional, pois havia indicadores claros de sucesso; → Preocupado com o desempenho, por meio da eficiência e da eficácia das ações governamentais; → Existe planejamento, mas não é vinculado ao orçamento.
Moderno	Orçamento-Programa	→ Foco nos objetivos, metas específicas e estratégias claras; → Critério de alocação, baseado em objetivos de programas governamentais; → Flexibilidade alta, com a possibilidade de realocar

	recursos dentro dos programas; → Participação popular de forma técnica, com pouco envolvimento direto dos cidadãos; → Transparência alta, pois é fácil verificar quais programas estão recebendo recursos e quais metas eles têm; → Preocupado em resolver os problemas da sociedade; → Planejamento é flexível, mas não vinculado ao orçamento; → É meio de ligação entre o PPA e a LOA.
Orçamento Base-Zero	→ Foco principal em justificativas detalhadas de todas as despesas; → Critério de alocação na análise de custo-benefício de cada item; → Flexibilidade alta, pois todos os gastos são revistos a cada novo ciclo orçamentário; → Participação direta, pouca ou nenhuma; → Transparência alta, já que cada despesa precisa ser claramente justificada; → Exige que cada ciclo orçamentário comece do zero, com a necessidade de justificativa de todos os programas e eliminando os processos ineficientes; → Preocupado com a análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas e não apenas as das solicitações que ultrapassam o nível de gasto que já existe.
Orçamento Participativo	→ Foco principal na participação direta da população; → Critério de alocação baseado nas escolhas e demandas dos cidadãos; → Flexibilidade média, dependendo das decisões populares e da possibilidade de ajustes; → Participação popular alta, com a população diretamente envolvida; → Transparência muito alta, com o controle social e a participação ativa no processo; → Objetivo de democratizar o orçamento; → Conscientização político-orçamentária; → Redução da corrupção; → Não vincula o Gestor; → Maior número de experiências realizadas em municípios.

Fonte: Adaptado de Lima e Medeiros (2018) e atualizado de Giacomoni (2024) e Crepaldi e Crepaldi (2013).

2.4 Princípios Orçamentários

Giacomoni (2024) pontua que desde o início, o sistema orçamentário esteve envolto por diversas normas destinadas a garantir a eficácia no exercício de sua principal função, tal qual a de facilitar a supervisão legislativa sobre os poderes Executivos. Essas normas tiveram

uma importância significativa em um período em que os orçamentos tinham uma forte dimensão jurídica e, alguns deles, ainda estão presentes na legislação atual. Para regular a atividade financeira do Estado foram estabelecidos princípios ao orçamento público, para que os governos não viessem a violar essas regras com bastante frequência.

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento - MTO 2025 Brasil (2024), os princípios do orçamento visam estabelecer diretrizes essenciais que garantam a razão, a eficiência e a transparência nas etapas de planejamento, implementação e controle do orçamento público. Essas diretrizes são aplicáveis a todos os níveis de governo e entidades federativas, incluindo a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em que são definidas por normas que podem ser tanto constitucionais quanto infraconstitucionais, além de contar com apoio da doutrina. Dessa forma, o presente Manual Técnico de Orçamento abrange princípios orçamentários fundamentados e regulados por normativas legais.

O MTO 2025 Brasil (2024), elenca cinco princípios orçamentários decorrentes da aplicação de normas jurídicas, dentre os quais: unidade ou totalidade; universalidade; anualidade ou periodicidade; exclusividade; orçamento bruto e não vinculação da receita de impostos, conforme exposto no Quadro 4:

Quadro 2 - Conceitos de princípios orçamentários.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	
Unidade ou Totalidade	O orçamento deve ser único, o que significa que cada entidade governamental é responsável por elaborar apenas um orçamento. Essa diretriz está contida no caput do artigo 2º da Lei nº 4.320, de 1964, e tem como objetivo prevenir a existência de diversos orçamentos na mesma esfera política. Assim, todas as receitas estimadas e despesas estipuladas para cada ano fiscal devem constar em um único documento legal em cada esfera federativa, isto é, na LOA (MTO 2025 Brasil, 2024).
Universalidade	A LOA de cada ente de governo deve incluir todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações criadas e mantidas pelo Estado. Este conceito está presente no parágrafo inicial do artigo 2º da Lei nº 4.320, de 1964, que foi acolhido e regulamentado pelo § 5º do artigo 165 da Constituição Federal (MTO 2025 Brasil, 2024).
Anualidade ou Periodicidade	O exercício financeiro é o intervalo de tempo relacionado à estimativa das receitas e à definição das despesas consignadas na LOA. Esse princípio é destacado no caput do artigo 2º da Lei nº 4.320, de 1964. Consoante o artigo 34 dessa legislação, o exercício financeiro será idêntico ao ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro (MTO 2025 Brasil, 2024).
Exclusividade	O princípio da exclusividade, mencionado no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA não deverá incluir

	elementos que não estejam relacionados à previsão de receitas e à definição de despesas. Entretanto, não se aplicam a essa restrição as autorizações para a criação de créditos suplementares e a realização de operações de crédito, mesmo que sejam por meio de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), conforme o que está estabelecido na legislação (MTO 2025 Brasil, 2024).
Orçamento Bruto	O conceito de orçamento bruto, conforme estipulado no artigo 6º da Lei nº 4.320, de 1964, estabelece que as receitas e despesas na LOA devem ser contabilizadas pelo montante total, sem permitir qualquer tipo de dedução (MTO 2025 Brasil, 2024).
Não Vinculação da Receita de Impostos	Previsto no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal, esse princípio proíbe a destinação da receita proveniente de impostos a entidades, fundos ou gastos, exceto nos casos excepcionais previstos na própria Constituição.

Fonte: Adaptado de Lima e Medeiros (2018) e atualizado de Manual Técnico de Orçamento - MTO 2025 Brasil (2024).

2.5 Processo de Elaboração Orçamentária

Conforme Mesquita *et al.* (2020) na preparação do orçamento público, torna-se primordial atender a todas as exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pois esse instrumento é essencial ao planejamento em todos os níveis de governo, permitindo na adequada definição da destinação dos recursos obtidos através da arrecadação de impostos. Assim, são definidas as despesas essenciais, garantindo que o governo não ultrapasse os valores arrecadados, uma vez que essas receitas podem variar de um ano para outro. Com a clara definição das despesas, monitora-se as prioridades do governo anualmente, bem como fiscaliza a utilização dos recursos públicos e o atingimento das políticas públicas.

Conforme a Constituição Brasileira Brasil (1988) o processo de elaboração do orçamento público possui três etapas, tais como Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme artigo 165 e os seguintes incisos:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na

legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL. Constituição, 1988, cap. II, seq. II, art. 165).

O orçamento surge na Constituição Federal de 1988 com o objetivo de reforçar a democracia. Assim, o PPA, a LDO e a LOA são propostos pelo Poder Executivo, examinados pelo Poder Legislativo e podem contar com a apreciação da população (Costa, 2017).

2.5.1 Plano Plurianual

O Plano Plurianual é instituído por meio de uma legislação e define, de forma regional, as orientações, objetivos e metas para a gestão pública, especialmente no que tange a investimentos e outras despesas relacionadas, além de programas permanentes. Este documento elabora as ações e objetivos que o governo se propõe a alcançar ao longo de um ciclo de quatro anos, abrangendo investimentos, alocação de recursos financeiros e transferências de capital. Normalmente, o Plano Plurianual representa a formalização das propostas governamentais apresentadas pelo líder do Executivo durante a campanha eleitoral (Costa, 2017).

O PPA abrange um intervalo de quatro anos e é elaborado no ano inaugural da administração do líder eleito. A sua execução começa no segundo ano do mandato e se estende até o início da gestão do próximo governante (Giacomoni, 2024).

Giacomoni (2024) destaca ainda que o PPA representa a condensação das iniciativas de planejamento de toda a administração pública, servindo de guia para a criação dos demais planos e programas de governo, bem como na consolidação do orçamento anual. Dessa forma, nenhum projeto que implique investimentos e que ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem que esteja contemplado no Plano Plurianual ou sem a autorização da lei que o instituiu para a sua inclusão.

Para Crepaldi e Crepaldi (2013) o PPA é uma ferramenta de planejamento abrangente, conforme estipulado no artigo 165, § 1º da Constituição Federal, tendo como objetivo definir os programas e metas do governo para o longo prazo. Sua duração atual é de quatro anos, e uma de suas principais características é a regionalização, uma vez que funciona como um mecanismo para reduzir as desigualdades entre diversas regiões.

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico cujo propósito é apresentar de forma transparente os resultados que o administrador pretende atingir, devendo ser integrado ao progresso sustentável e à otimização das estruturas de gestão das entidades da administração pública. Além disso, a cada exercício será elaborado um orçamento-programa que compreenderá a etapa do programa plurianual a ser realizado no exercício seguinte, servindo de roteiro para a execução coordenada do programa anual (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Silva *et al.* (2021) descreve que o Plano Plurianual deve ser submetido até 31 de agosto do primeiro ano do mandato vigente, visando a aprovação pelo Congresso Nacional. Assim, pode-se afirmar que a execução do PPA começa apenas no segundo ano da gestão do atual governante, o que significa que o novo gestor, na prática, dará sequência ao Plano Plurianual de seu antecessor durante o primeiro ano.

O Plano Plurianual inclui quatro seções, tais como programas finalísticos, programas de gestão, investimentos plurianuais prioritário, bem como investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes. Para assegurar que a organização do PPA opere de maneira eficaz, é necessário a conformidade com as legislações orçamentárias vigentes e aquelas que tratam de créditos suplementares, já que a elaboração orçamentária se fundamenta nessas normas (Silva *et al.*, 2021).

2.5.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias

Com a finalidade de aprimorar a implementação do Plano Plurianual, a Constituição Federal estabeleceu a Lei das Diretrizes Orçamentárias, visando o planejamento orçamentário que é elaborado anualmente para direcionar as metas do gestor em exercício, incluindo-se a elucidação das prioridades e objetivos de governo (Silva *et al.*, 2021).

Costa (2017) traz o entendimento de que a Lei de Diretrizes Orçamentária é uma norma que antecede a lei de orçamento e estabelece as prioridades e objetivos em relação aos programas a serem executados pela administração pública, definindo os parâmetros do PPA para o período de um ano governamental. As diretrizes contidas nela recebem alocação

orçamentária somente após a aprovação da LOA, sendo essa dependente da LDO, que por sua vez está subordinada ao PPA. Essas legislações têm suas propostas elaboradas pelo chefe do Executivo, passam pela aprovação do Legislativo e podem ser modificadas pelos parlamentares.

A LDO orienta a elaboração da LOA, bem como trata sobre mudanças na legislação tributária e define a política de alocação dos fundos das agências de fomento, atuando como o vínculo entre o PPA e a LOA. A LDO direciona processo de confecção da LOA, incluindo os anexos referentes às metas fiscais e os riscos fiscais, além de determinar normas para a contratação de funcionários, autorização de benefícios ou aumentos salariais e criação de cargos públicos (Costa, 2017).

Para Giacomoni (2024) a Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento legal que define as orientações e prioridades para as ações governamentais que precisam ser executadas, atuando como uma ponte entre o PPA e a LOA. Sua função primordial é antecipar os conteúdos da LOA, determinando as áreas, os programas e os objetivos a serem alcançados no próximo exercício fiscal, assim como organizar o orçamento, fixar limites de gastos e indicar as fontes de recursos. O projeto da LDO deve ser enviado ao Legislativo até 15 de abril de cada ano e precisa ser aprovado antes do encerramento do primeiro semestre legislativo, por volta de julho, antes do recesso (Giacomoni, 2024).

A LDO é citada no artigo 165, parágrafo 2º da Constituição Federal, servindo como uma conexão entre o PPA e a LOA. Ela define de forma antecipada as diretrizes, prioridades de gastos, normas e critérios que servirão de base para a criação do projeto de lei orçamentária do ano seguinte. Abrange as metas e prioridades da administração federal para um ano, incluindo as despesas de capital previstas para o próximo exercício financeiro. Essa legislação só se torna válida após sua apreciação pelo Congresso Nacional e precisa ser elaborada antes do orçamento, pois define as metas e prioridades a serem incorporadas nesse (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Conforme Crepaldi e Crepaldi (2013) a norma também trata da harmonização das finanças governamentais, em consonância com o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo definidos parâmetros e métodos para limitar a implementação do orçamento, supervisionar gastos, mensurar resultados e estipular requisitos para a alocação de recursos.

2.5.3 Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento que contém as projeções de receitas e as previsões de gastos para um ano específico, servindo como o meio pelo qual os recursos necessários são designados para a realização dessas metas. Através da LOA, os poderes Executivo e Legislativo estabelecem as diretrizes para as políticas socioeconômicas e fiscais, ao planejar e detalhar a aplicação da receita pública, para a contemplação de políticas públicas e sociais a serem implementados (Costa, 2017).

Silva *et al.* (2021) argumenta que a LOA foi criada com a promulgação da Constituição Federal, atuando como um instrumento de curto prazo para planejar as receitas e despesas do governo durante o ano fiscal. Em resumo, o processo orçamentário se organiza em planejamento, diretrizes e implementação, sendo a implementação realizada pela Lei Orçamentária Anual. Esta lei deve ser elaborada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo antes do final de cada ano, conforme definido pela Constituição.

Costa (2017) relata que o Poder Executivo elabora o orçamento anualmente, em conformidade com a Constituição Federal e a Lei de Direito Financeiro, que estabelece diretrizes gerais para a criação, execução e supervisão orçamentária, sendo necessário seguir os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a fase de preparação e de execução do orçamento, incluindo-se o registro contábil e a divulgação dos relatórios exigidos. Além disso, a LOA foi criada para concretizar o planejamento feito pelo PPA, sempre acompanhada das regras constantes na LDO, e definindo a programação das atividades a serem realizadas com o intuito de atingir os objetivos estipulados, em que o cumprimento desses ocorrerá ao longo do exercício financeiro.

É imprescindível enfatizar que a Lei Orçamentária Anual deve englobar três componentes orçamentários, tais quais o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social. Caso seja necessário realizar gastos que ultrapassem os limites definidos, o Poder Executivo deve solicitar ao Poder Legislativo uma suplementação orçamentária, com o objetivo de cobrir despesas não contempladas ou que apresentam dotação inadequada na LOA. Além disso, a elaboração do projeto da LOA deve estar em conformidade com o PPA e a LDO, devendo incluir um anexo que evidencie a compatibilidade da programação orçamentária com as metas e objetivos traçados no anexo de metas fiscais da LDO.

Conforme Almeida e Costa (2018) a Constituição Federal de 1988, detalha como que é feita a composição da Lei Orçamentária Anual:

(...)

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL. Constituição, 1988, cap. II, seq. II, art. 165, § 5º).

Figura 1 - Comparativo das espécies orçamentárias



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2.6 Teoria da Democracia

A democracia, conforme Monteiro, Moura e Lacerda (2015) etimologicamente definida como “governo do povo”, constitui-se em um sistema político em que os cidadãos participam, diretamente ou por meio de representantes, das decisões fundamentais de uma sociedade. Desde a Grécia Antiga, o conceito evoluiu, originando modelos diferentes conforme contexto histórico e filosófico (Medeiros, 2015).

Nesse aspecto, para De Lima e Annunciato (2018), na teoria clássica grega, a democracia surge como uma das quatro formas de governo sistematizadas por Aristóteles: tirania, aristocracia, oligarquia e democracia. Contudo, o conceito de “povo” na Grécia antiga não correspondia ao entendimento moderno, pois apenas homens livres, nascidos na pólis e

proprietários eram considerados cidadãos. Mulheres, escravos e estrangeiros eram excluídos da vida política.

A teoria medieval, de característica romana, é introduzida nova dimensão à questão do problema da soberania. Nesse contexto, o poder passa a ser concebido como algo que pode ascender do povo ou descer do príncipe, surgindo a tensão entre a soberania popular e a soberania divina. Nesse aspecto, quando o poder deriva do povo, surge a ideia de governo representativo, contudo quando deriva do príncipe, reforça a autoridade monárquica e hierárquica (De Lima e Annunziato, 2018).

De Lima e Annunziato (2018) concluem que a teoria moderna, representada por Maquiavel, traz o pensamento político abandonando a concepção da autoridade e voltando-se para uma análise realista do poder. Essa teoria distingue duas formas fundamentais de governo: a monarquia e a república, sendo esta última o espaço onde se situam as democracias.

O debate sobre a democracia moderna começou com o modelo competitivo e minimalista, inicialmente influenciado por Max Weber. Weber via a democracia parlamentar, não como um espaço de participação popular, mas como um mecanismo essencial para limitar o poder da burocracia estatal e garantir a seleção de líderes políticos competentes por meio de eleições (Monteiro, Moura e Lacerda, 2015).

2.6.1 Tipos de Democracia

Segundo Belinot e Gomes (2020) a democracia representativa decorrente da corrente liberal, prevalecente desde o século XIX, tem como pilar a representação, a proteção dos direitos individuais e a limitação do poder estatal. Teóricos à época estabeleceram critérios mínimos, tais como liberdade de expressão, eleições livres, sufrágio universal e pluralismo de fontes de informação. Nessa vertente, a democracia depende da competição entre elites e do respeito estrito às regras institucionais, sendo o Parlamento o espaço privilegiado de deliberação e controle.

A democracia participativa para Monteiro, Moura e Lacerda (2015) emerge como melhoria das limitações do modelo representativo, propondo o envolvimento contínuo da sociedade civil em conselhos, assembleias tendo como experimentos o orçamento participativo. Para esse tipo de democracia, a participação ativa eleva a qualidade da cidadania, fortalece a legitimidade institucional e estimula o aprendizado coletivo.

Ainda segundo Monteiro, Moura e Lacerda (2015), nos anos 1990, ganha destaque a democracia deliberativa, com sendo abordado abordando o papel do debate público racional na reivindicação da legitimidade política. As decisões devem ser frutos de processos comunicativos abertos, transparentes e fundamentados em argumentos, superando interesses particulares e promovendo a justiça social em ambientes plurais.

Belinot e Gomes (2020) trazem os desafios práticos que as democracias enfrentam, como as desigualdades sociais, concentração de poder, resistência institucional e apatia política. A legitimidade democrática exige consenso, mas também inclusão, transparência e respeito às minorias. Nas democracias contemporâneas, a crise de representatividade e o conflito entre interesses individuais e coletivos revelam a necessidade de renovar instituições e ampliar práticas participativas (Moura e Lacerda, 2015).

2.6.2 Democracia Representativa e Democracia Participativa

Nos anos 70 e 80, a administração do Brasil era marcada pela concentração das decisões administrativas e econômicas no governo central, incentivando uma conexão clientelista entre os diversos níveis de governos estadual, municipal e federal, fundamentada na reciprocidade de benefícios (Codato, 2005).

Codato (2005) relata ainda que a sociedade viveu um período conturbado e caracterizado pela ausência de envolvimento da população na formulação de políticas públicas, na implementação de programas e na supervisão das atividades do governo. A partir da década de 80, as ações governamentais se caracterizaram pela preferência por grupos específicos, com a finalidade da proteção de interesses de corporações e pela burocracia excessiva.

Segundo Araújo *et al.* (2020) após a promulgação da Constituição Federal de 1988, um novo modelo para a cidadania foi estabelecido, trazendo consigo regras que incentivaram a mobilização da sociedade civil. Nesse contexto, a organização da sociedade se torna fundamental, possibilitando que de forma organizada, ela se estabeleça como um dos pilares nos processos de tomada de decisão em todas as instâncias governamentais. A partir desse ponto de virada histórico, a sociedade civil conquistou o direito de ter representantes dos vários setores na gestão pública, garantindo, assim, a sua participação nos processos e a sua capacidade de influenciar na elaboração e execução de políticas públicas.

Monteiro, Moura e Lacerda (2015) relatam que a democracia, como sistema político, tem evoluído ao longo dos anos, dando origem a diferentes modelos de organização e

participação cidadã. Dentre eles, destacam-se a democracia participativa e a democracia representativa, ambas buscam garantir a soberania popular, mas o fazem por meio de mecanismos e princípios distintos.

A democracia representativa é o modelo mais comum nas sociedades contemporâneas. Nela, os cidadãos elegem representantes para tomarem decisões em seu nome. Os representantes, por sua vez, são responsáveis por elaborar leis, políticas públicas e tomar decisões em nome do povo (Assis; Mendes, 2020).

Os autores Assis e Mendes (2020) enumeram que democracia representativa é baseada em quatro princípios fundamentais: os representantes são escolhidos pelos cidadãos, eles mantêm uma certa autonomia em relação às preferências dos eleitores, a opinião pública sobre questões políticas pode ser expressa sem interferência do governo e as decisões políticas são tomadas após discussão.

Segundo Vicente (2020) A democracia representativa, baseada na organização de partidos políticos, limita a liberdade dos cidadãos e torna difícil sua real participação na efetivação das políticas públicas. Esse modelo de democracia, predomina perante a vontade da sociedade, estando em desacordo com a verdadeira essência da política que deveria ser a garantia da liberdade.

A democracia representativa, da forma como é compreendida, consiste essencialmente em um ambiente no qual os governantes eleitos pelos cidadãos desfrutam de benefícios especiais. Quando esses governantes estão no poder, a população em geral é privada de sua liberdade política, ou seja, de sua capacidade de tomar decisões. Além do mais, um indivíduo não pode ser considerado politicamente ativo quando é impedido de agir, isto é, quando é privado da capacidade de se unir a outros e agir em conjunto (Vicente, 2020).

Para Zorzal (2014) o modelo de representação carrega consigo dois conceitos centrais sobre a representatividade. Um deles defende a ideia de substituição, onde os representantes assumem o papel dos cidadãos que estão ausentes. Enquanto o outro ponto de vista está ligado à identidade, argumentando que o representante reflete a identidade de seus eleitores. Essas abordagens geraram discussões que opuseram representação e participação, como se, ao votar, o cidadão transferisse sua autoridade para outro indivíduo de forma que não precisasse mais se engajar nas decisões públicas. Este é o desafio da democracia representativa em relação à participação: restringi-la ao âmbito do processo eleitoral.

Para Gasparido (2018) a participação democrática se tornou um lema autêntico, amplamente aceito e inovador na busca pela democratização. Estudos recentes revelam diversas interpretações já propostas sobre democracia, sendo a democrática participativa uma

das mais frequentes dentro das discussões atuais. Esse crescente interesse pela participação democrática surge paralelamente ao aumento das críticas ao sistema representativo de forma geral. No final da década de 1960, surgiram os primeiros sinais da democracia participativa, graças à atuação dos jovens da "Nova Esquerda"¹, e logo se espalhou entre os trabalhadores, que estavam cada vez mais insatisfeitos com a sociedade e a política vigentes naquela época.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios se tornaram cenários propícios para a implementação de práticas inovadoras de democracia participativa. Isso se deu em virtude das transformações institucionais já mencionadas e pela intensificação da relação entre movimentos sociais e a Administração Pública nesses locais. Dessa forma, as demandas sociais urbanas conseguiram representar de maneira mais eficaz a diversidade de atores e interesses envolvidos. Com o intuito de promover a garantia dos direitos sociais e aprimorar os serviços públicos, diferentes iniciativas foram desenvolvidas, tais como conselhos e conferências municipais de políticas públicas, audiências públicas e a implantação do orçamento participativo (Gaspardo, 2018).

Para Azevedo (2018), a democracia participativa tem como base principal a necessidade de criar mais espaços para a participação de indivíduos socialmente mais vulneráveis em decisões políticas, sociais e econômicas, que muitas vezes são excluídos mesmo estando formalmente incluídos. Busca-se, assim, alternativas para que todos possam participar de forma igualitária. Nesse sentido, os movimentos sociais têm um papel essencial na promoção da diversidade cultural e na ampliação da participação política, lutando contra práticas dominantes, fortalecendo a cidadania e envolvendo atores sociais que foram historicamente excluídos.

A democracia participativa emerge em um cenário de crise na representatividade da democracia indireta, sendo esse modelo caracterizado por decisões tomadas por representantes escolhidos pelo povo. Nesse cenário, as falhas no processo democrático em conjunto com questões sociais e ideológicas criaram uma lacuna entre eleitores e escolhidos, ocasionando desvios das finalidades no que tange as políticas públicas, deixando de garantir o avanço social. A democracia participativa se estabeleceu como um formato no qual o cidadão tem voz em todas as decisões e processos governamentais, sendo sua contribuição mais abrangente do que apenas o ato de votar. (Abraham, 2015).

¹ A Nova Esquerda foi um extenso movimento político que se destacou, especialmente, nas décadas de 1960 e 1970. Era composto por ativistas ocidentais que lutavam por diversas questões sociais, incluindo a defesa dos direitos civis e políticos, tais como o feminismo, os direitos a discussão sobre papéis de gênero, bem como as alterações nas políticas relacionadas às drogas.

Gaspardo (2018) menciona que as formas de democracia representativa e participativa não estão em lados opostos, e sim se complementam. A democracia participativa não tem por finalidade substituir a democracia representativa, mas sim de acrescentar a perspectiva de accountability². Isso se deve ao fato de que alguns problemas exigem algum tipo de representação e mediação institucional, uma vez que certas questões são tão complicadas que não podem ser resolvidas de modo direto, além de haver objetivos conflitantes. Além disso, os próprios espaços de participação, tais como conselhos, conferências e o próprio Orçamento Participativo, contam com representantes, e não funcionam exclusivamente com a participação direta da sociedade.

Mesquita *et al.* (2020) relata que a participação da população nas esferas governamentais vem se solidificando ao longo do tempo, sendo um assunto incontestável nas décadas anteriores. Atualmente, a participação cidadã é reconhecida como um componente essencial da democracia, em que a sociedade tem um papel ativo nas decisões governamentais. Nesse contexto, é importante destacar que a Constituição de 1988 estabeleceu, entre seus princípios básicos, a participação popular na administração pública como um direito inerente à dignidade humana, afirmando que o sistema político brasileiro é, além de representativo, também participativo.

Anjos, Vieira e Abrantes (2018) concluem que um novo padrão de interação entre o Estado e a sociedade civil tem se manifestado, por meio de diversas estratégias que promovam a participação ativa da população, dando lugar a um novo sistema de participação que valorize a inclusão dos cidadãos nas decisões governamentais.

2.6.3 Sistema de Participação

A expressão participação ganhou destaque no contexto político a partir da década de 1960, motivada pelas insatisfações e demandas de diferentes grupos sociais, abrangendo uma variedade de circunstâncias, contextos e realidades sociais. Em seguida, esse termo ganhou força nas discussões acerca da democracia participativa, que confrontava as concepções tradicionais utilizadas no seio da democracia representativa, enfatizando a ideia de inclusão e participação popular em detrimento da estabilidade do sistema político vigente à época (Novaes; Santos, 2014).

² Accountability significa responsabilidade, isto é o mecanismo que é utilizado para descrever as práticas relacionadas a um método de controle interno e à prestação de contas.

Para Novaes e Santos (2014) a finalidade da participação social é integrar indivíduos, grupos ou setores ao processo participativo, permitindo que eles possam, entre outras coisas, solicitar melhorias nas condições de vida de sua comunidade.

Segundo Lüchmann, Martelli e Taborda (2021) os sistemas participativos correspondem aos campos de articulações entre diferentes espaços, isto é, arenas e dispositivos de participação e atuação política, trazendo o rompimento do isolamento de arenas e formatos específicos ou individuais.

Nesse contexto surgem as inovações participativas que se referem aos diversos meios de engajamento que se inserem na democráticas, como por exemplo, os orçamentos participativos e as assembleias de cidadãos. Essas iniciativas utilizam uma variedade de plataformas de participação, incluindo reuniões em grupo, assembleias e votações online, além de proporcionar uma maior diversidade e acolhimento das demandas e interesses de diferentes segmentos sociais, bem como aumentando a eficácia por meio da troca de recursos e informações (Lüchmann; Martelli; Taborda, 2021).

Os autores Novaes e Santos (2014) reforçam que de certa forma, o debate sobre os modelos de democracia abriu caminho para o surgimento do OP. Na prática, esse debate trouxe o desafio de identificar outros espaços, tais como instituições, programas e plataformas de participação que promoveram algum tipo de diálogo e de articulação para a consolidação do sistema de participação na gestão do orçamento público.

2.7 Orçamento Participativo

Nos anos 70 e 80, iniciou-se o movimento do que seria o Orçamento Participativo, que consiste em um sistema de tomada de decisões e interações entre a população e as autoridades quanto a gestão do orçamento público, de maneira a oportunizar o debate dentro dos ambientes de participação, e aumentar a transparência durante seu processo, além de fortalecer a cidadania e o controle social (Anjos; Vieira; Abrantes, 2018).

O estudo abordará o conhecimento de diversos autores em suas obras teóricas, trazendo uma visão acerca dos temas relacionados a conceitos, histórico, principais pontos e experiências dentro do contexto brasileiro. Nesse sentido, Novaes e Santos (2014) ensinam que orçamentos participativos podem ser vistos como escolas de cidadania, propiciando em um aumento do entendimento sobre a realidade política e democrática, bem como causar mudanças nas percepções sobre as prioridades sociais.

2.7.1 Definição

O conceito de orçamento participativo tem sido objeto de exploração em vários trabalhos acadêmicos, particularmente nos domínios da Administração Pública e da Ciência Política. Além disso, o campo da Contabilidade deu ênfase significativa a esse conceito, principalmente, quanto à correlação existente entre o orçamento público e as práticas contábeis. O OP pode ser definido como um processo democrático, em que os cidadãos têm a oportunidade de influenciar diretamente na alocação de recursos públicos, tornando essa interação capaz de permitir que os indivíduos contribuam para os processos de tomada de decisão na definição de prioridades e na elaboração de partes específicas do orçamento governamental (Azevedo *et al.*, 2022).

O Orçamento Participativo pode ser categorizado como uma ferramenta de governança urbana, participação democrática e eficácia gerencial, abrangendo esses aspectos de forma tripartida, exigindo-se envolvimento da sociedade no debate do orçamento público, especialmente em nível do governo local (Bogo, 2022).

De acordo com Tiussi, Duarte e Duarte (2023) o OP é um mecanismo de democracia que incorpora diversos modos de envolvimento, sobretudo nas instituições governamentais municipais. Essa ferramenta é um componente da democracia participativa, por meio da qual os cidadãos têm o poder de monitorar e supervisionar as decisões relativas ao processo de utilização do orçamento público, permitindo o alocamento desses recursos ao atendimento de projetos e serviços essenciais e a garantia das políticas públicas necessárias ao bem-estar da comunidade.

Para Suett *et al.* (2021) o OP é considerado como um processo deliberativo que ocorre ao longo do exercício financeiro, durante assembleias estruturadas, em que a população em conjunto com os representantes da administração pública debate sobre temas relativos à distribuição de recursos e a definição de prioridades dentro das políticas públicas.

O OP é uma ferramenta democrática que implica na participação empenhada da população, na definição das políticas públicas no que tange ao orçamento público. A sua origem ocorreu com a soma de esforços, por parte da sociedade, destinados a revitalizar a democracia brasileira ao propor soluções para os desafios enfrentados pelo modo representativo de gestão pública. A ideia foi elaborada através do estabelecimento de estruturas governamentais que combinavam elementos da democracia representativa com princípios da democracia participativa (Gonçalves *et al.*, 2023).

De acordo com Costa (2017) o Orçamento Participativo constitui um método pelo qual a comunidade se envolve na avaliação, debate, questionamento e decisão em relação a temas ligados aos gastos públicos, visando à promoção da cidadania e à melhoria do planejamento. Compreende-se em uma ferramenta de natureza democrática, que garante a participação ativa dos cidadãos na escolha das prioridades para os investimentos que contemplarão às políticas públicas direcionadas à sociedade.

Segundo Maschio *et al.* (2017) o OP consiste na criação de um planejamento financeiro baseado nas necessidades apontadas pela comunidade, por meio de debates e conversas. Isso demanda o conhecimento de ideias e métodos que vão além do orçamento tradicional. Com o OP, indivíduos não eleitos têm a oportunidade de contribuir nas decisões e na distribuição dos recursos governamentais, incentivando a participação ativa da população na administração dos recursos públicos.

De acordo com Santos e Moura (2022), o OP é definido como um mecanismo de gestão pública, norteador dos princípios da participação democrática que permite à população ter participação nas decisões relacionadas aos recursos públicos, sobretudo no que diz respeito aos investimentos em nível local.

O processo de orçamento participativo constitui em uma ferramenta presente na estrutura da democracia participativa, que possibilita aos cidadãos participarem ativamente de debates e contribuírem para a definição das prioridades de desenvolvimento de sua região. Essa prática, engloba a comunidade na tomada de decisão anual sobre os principais investimentos em infraestrutura e serviços, utilizando os recursos do orçamento do governo local. Contudo, vai além de questões puramente financeiras, evoluindo para a ideia de estimular um sentimento de pertencimento em relação a um local específico e seus habitantes (Portella; Flexor; Pacheco, 2020).

É essencial que os cidadãos compreendam o conceito de OP como um instrumento de controle, permitindo uma participação efetiva na gestão municipal e assegurando a transparência na utilização dos recursos em diferentes áreas, além de questões relacionadas à comunidade. A fiscalização desse orçamento requer ações que conjugam o interesse coletivo com o engajamento ativo dos moradores, constituindo-se em um dever e uma atitude cívica (Diniz; Padoan; Cividat, 2022).

2.7.2 Breve Histórico

O início do Orçamento Participativo remonta à década de 1980 em um período em que os governos locais, em coordenação com os movimentos populares iniciaram programas destinados a estabelecer mecanismos transparentes para melhor gestão do orçamento público. O propósito desses esforços era facilitar o envolvimento ativo da população nos processos de tomada de decisões relativos às políticas públicas, conferindo-lhes a capacidade de moldar os resultados específicos dessas políticas e revitalizando a interação entre o governo e a sociedade, através de um quadro de democracia e governança (Gonçalves *et al.*, 2023).

Conforme Portella, Flexor e Pacheco (2020), antes do surgimento do OP, havia experiências semelhantes no Brasil a partir do final dos anos 70. Municípios como Lajes/SC e Boa Esperança/ES foram pioneiros nesse tipo de iniciativa entre 1978 e 1982, durante gestões de diferentes legendas partidárias. O objetivo era promover um maior diálogo e aproximação entre a prefeitura e a sociedade, principalmente em locais mais carentes de infraestrutura. Esses exemplos iniciais chamaram a atenção de todo o país, inspirando outras cidades a criarem associações de moradores com o propósito de aumentar a participação dos cidadãos na administração municipal.

Gonçalves *et al.* (2023), menciona ainda que no final do século XX, o OP surgiu como uma iniciativa inovadora em Porto Alegre, que se tornou pioneira na aplicação desse mecanismo. Nessa época, a cidade lidava com níveis elevados de desigualdade social e sofria um aumento nas ações de diversos grupos sociais que buscavam pressionar o Governo para que suas demandas fossem atendidas. Assim, em 1989, o primeiro Orçamento Participativo foi lançado como uma forma de dar resposta à crescente exigência dos cidadãos por uma maior participação nas decisões relacionadas às prioridades de gastos públicos.

O aparecimento do OP ganhou expressão com o advento da Lei 10.257, promulgada em 11 de junho de 2001, qualificada como Estatuto da Cidade, que visava disciplinar os dispositivos previstos nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, referentes às diretrizes gerais da política urbana executada pelo poder público municipal. Por meio do Estatuto, foi concedida aos cidadãos a oportunidade de participar na organização, implementação e supervisão de iniciativas de desenvolvimento urbano, bem como de participar nos processos de gestão dos recursos públicos. Esse envolvimento permitiu o planejamento estratégico das políticas urbanas municipais, estabelecendo princípios e diretrizes que moldam os procedimentos de construção e manutenção (Tiussi; Duarte; Duarte, 2023).

Ainda segundo os autores Tiussi, Duarte e Duarte (2023), o encontro inicial e mais duradouro com o Orçamento Participativo no Brasil ocorreu em Porto Alegre, em 1989, sob a

governança do Partido dos Trabalhadores (PT). Posteriormente, não somente os governos locais de tendência esquerdista, mas também vários outros partidos políticos que representavam diversas perspectivas ideológicas, e consequentemente mais de uma centena de municípios abraçaram o conceito de OP nos seus processos de tomada de decisão.

Para Bogo (2022) OP surgiu no final da década de 1980 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), onde virou modelo de política de participação popular, sendo replicado em várias cidades do país, se tornando referência como método no controle dos recursos públicos. Ainda, segundo o autor, o Orçamento Participativo foi uma inovação significativa no contexto da democracia participativa, trazendo mudanças significativas que permitiu que os cidadãos tivessem poder decisório e influenciassem a priorização dos gastos públicos de maneira inédita no Brasil.

Conforme Siqueira e Marzulo (2021) o OP em Porto Alegre, como experiência inovadora, teve início com a fundação de uma frente popular que consistia em uma forte mobilização social e comunitária conduzida por movimentos populares, estabelecidos principalmente para combater os despejos sofridos pela sociedade naquele período. O esforço para estabelecer conselhos populares contribuiu para promover um clima de mobilização popular crucial para as operações do que seria o futuro orçamento participativo. A base ideológica defendida pela frente popular se destacou pelo esforço de democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil, quanto a aplicação inadequada dos recursos públicos e consequentemente um discurso público sobre a estrutura orçamentária, reorganização tributária e do início da primeira reunião do OP de Porto Alegre.

2.7.3 Orçamento Participativo no Brasil

Após o processo de redemocratização do país que ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990, a participação popular passou a ser fator determinante nas lutas pela democratização em quase todos os municípios do Brasil. Observa-se que a legitimação dos interesses da população veio ganhando força com a promulgação da Constituição de 1988, trazendo um modelo de gestão pública descentralizada que promoveu a criação de ambientes propícios à deliberação e à tomada de decisões coletivas. A participação dos cidadãos apresentou opções atraentes para abordar questões de governança localizada relativas às políticas públicas (Suett *et al.*, 2021).

Recentemente o Brasil encontrou um aumento considerável na implementação de iniciativas de OP, porém, esse crescimento deu origem a desafios notáveis na dinâmica de

interação entre a população e os órgãos governamentais. As pesquisas indicam que a mudança para plataformas digitais teve um impacto tanto na viabilidade como na eficiência do processo de Orçamento Participativo (Lüchmann; Bogo, 2022).

Para Azevedo *et al.* (2022) o OP no Brasil é conhecido por ser uma inovação democrática que permite aos cidadãos participarem diretamente na alocação de recursos públicos. Desde sua implementação pioneira em Porto Alegre nos anos 1980, o modelo se espalhou por diversas cidades brasileiras e ao redor do mundo. Estudos indicam que, embora o OP tenha se expandido, ele também enfrenta instabilidade e declínio em vários municípios. A transição para plataformas digitais de participação e o foco em orçamentos participativos setoriais, como aqueles voltados para a juventude, têm apresentado tanto oportunidades quanto desafios significativos para a sustentabilidade desses programas.

Considerando as variações presentes em regiões brasileiras e as diversas estratégias aplicadas pelos gestores na execução desses programas, é crucial reconhecer que as iniciativas de implantação do OP não são formuladas de forma consistente em todos os municípios do Brasil. Estas discrepâncias decorrem dos ambientes sociais e políticos locais que têm um impacto significativo nos esforços para melhoria no processo de tomada de decisão (Saeger; Pinho Neto, 2020).

As diretrizes de orçamento participativo são ferramentas de ação governamental que têm como objetivo principal aumentar a participação da sociedade nas escolhas orçamentárias. Com a possibilidade de cidadãos não eleitos apresentarem propostas e tomarem decisões sobre projetos devem receber financiamento da administração municipal, estas diretrizes criam uma forma de envolvimento da população nas escolhas sobre o uso dos recursos públicos. No Brasil, cidades que implementam o OP geralmente reservam de 2 a 5% do seu orçamento para esse programa (Touchton; Wampler; Peixoto, 2019).

Conforme Souza (2001) a promulgação da Constituição introduziu novos fundamentos como descentralização e engajamento da sociedade, essenciais para o avanço dos programas de orçamento participativo no Brasil. Com isso, os municípios ganharam maior independência na alocação de verbas e se tornaram os principais provedores de serviços públicos para os cidadãos. Além disso, foram estabelecidas as diretrizes para a incorporação de organizações participativas no planejamento municipal, conforme estipulado na Constituição, destacando a relevância da presença de entidades participativas no planejamento municipal como um dos seus pilares.

Para Marquetti *et al.* (2012) durante a administração do Partido dos Trabalhadores, a cidade de Porto Alegre se destacou ao introduzir o Orçamento Participativo. Avaliações

posteriores destacaram a efetividade do programa ao incentivar a participação das classes menos favorecidas nas decisões públicas, redistribuindo os recursos públicos e aperfeiçoando os serviços prestados à população. Esse modelo foi reproduzido em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, com adaptações de acordo com as necessidades locais específicas, fazendo com que a experiência de Porto Alegre se tornasse um exemplo de gestão orçamentária, trazendo benefícios e impactos positivos quando implementados de maneira apropriada.

Segundo Tiussi e Oliveira (2020) a primeira experiência exitosa no Brasil com orçamento participativo foi em Porto Alegre, sendo considerada uma das mais bem sucedidas até hoje. Posteriormente, diversos municípios, sem levar em conta suas filiações partidárias, adotaram esse formato. Como resultado, houve um aumento significativo no número de cidades que incorporaram o OP em suas administrações orçamentárias.

Para Maschio *et al.* (2017) Porto Alegre, talvez, não tenha sido o pioneiro em adotar a participação direta da população na elaboração do orçamento público. No entanto, é considerado o mais conhecido nesse aspecto e, dentre todas as tentativas de aplicação desse modelo orçamentário, e é sem dúvida o mais duradouro já registrado. Por isso, essa prática é vista como um modelo nas experiências de envolvimento da população no planejamento e na gestão, com a transferência de poder, apesar de suas limitações.

Após o sucesso em Porto Alegre, as práticas de orçamento participativo se espalharam pelo Brasil, passando a ser comum na política brasileira, e refletindo na retomada de grupos políticos, bem como das iniciativas municipais de planejamento participativo que surgiram nas décadas de 70 e 80 (Maschio *et al.*, 2017).

Santos (2019) ressalta que outra iniciativa de destaque ocorreu em Belo Horizonte, tendo início em 1993. Desde então, os moradores da cidade já votaram e aprovaram mais de 1.652 projetos, sendo que mais de 1.215 deles já foram finalizados com sucesso.

Com a implementação do OP, em Belo Horizonte, esse se tornou um dos primeiros grandes municípios brasileiros a adotar essa prática após Porto Alegre. O modelo de Belo Horizonte é conhecido por sua abordagem descentralizada, permitindo a participação dos cidadãos em cada uma das nove regionais da cidade. Além de projetos de infraestrutura, destaca-se a criação do Orçamento Participativo Digital (OPD), que permite a participação online dos cidadãos, aumentando o alcance e a acessibilidade do processo (Cunha; Coelho; Pozzebon, 2013).

Santos (2019) destaca ainda que a implementação do orçamento participativo em Goiânia foi a primeira a ser registrada no estado, iniciando em 2001 e se inspirando no

modelo anteriormente adotado em Porto Alegre, reconhecido por ser uma experiência participativa que se aproxima da democracia que tem por finalidade ouvir a população.

Outra experiência de OP no Brasil ocorreu em Teresina, originariamente denominado de Orçamento Popular de Teresina (OPT). Esse teve seu marco inicial durante uma cerimônia especial em 1997, realizada no Centro de Convenções da cidade, sendo promulgado por meio de decreto municipal. A sua introdução representou, portanto, um ponto de passagem no processo de democratização da administração local, em que naquela ocasião, o então prefeito Firmino Filho, apresentou a proposta que definiu o funcionamento do OPT e constituiu a Comissão do Orçamento Popular (COP) (Santos; Moura, 2022).

Santos e Moura (2022) ressaltam ainda, que o Orçamento Participativo de Teresina foi fortemente inspirado pelo programa de OP implementado em Porto Alegre. Nesse momento, o secretário de planejamento da Prefeitura de Teresina visitou Porto Alegre, para conhecer o modelo de gestão orçamentária que serviu de exemplo para diversos outros municípios brasileiros. A partir disso, Teresina promoveu amplas discussões com a comunidade local, resultando em um maior envolvimento cívico, incentivando os moradores a expressarem suas opiniões sobre como os recursos deveriam ser alocados para resolver suas necessidades mais urgentes.

Menezes (2016) pontua que, em 2000, a chegada do governo petista à gestão local representou uma quebra com o histórico eleitoral de Maringá-PR, uma vez que foi a primeira ocasião em que um partido de esquerda comandou a administração municipal. Segundo ele, o triunfo nas eleições daquele ano, não pode ser compreendido sem considerar o panorama nacional que favorecia o PT e a crise política enfrentada pela cidade. Da mesma forma, reconhece-se que a candidatura do PT, em meio a essa situação de dificuldade, se apresentou como uma alternativa que conseguiu despertar o eleitor.

Ao analisar a realidade ocorrida no município de Maringá, depreende-se que a nova concepção de democracia possibilitou que a sociedade pudesse participar com maior frequência das decisões da gestão local. Em 2001, a administração de Maringá dedicou seus esforços políticos na construção e estruturação do orçamento participativo, realizando assembleias comunitárias para prestação de contas e encontros nos bairros para identificar as necessidades da população (Menezes, 2016).

Em Araraquara-SP, o OP não é uma obrigação legal, porém sua natureza participativa é assegurada por meio de um decreto, que estabelece o Conselho do Orçamento Participativo como um órgão de participação direta da comunidade. O principal objetivo é sugerir melhorias, fiscalizar e discutir temas relacionados ao Plano de Investimentos do Orçamento

Participativo, o qual faz parte da Lei Orçamentária Anual e é baseado nas prioridades estabelecidas durante o processo de participação da comunidade (Lüchmann; Martelli; Taborda, 2021).

Conforme as autoras Lüchmann, Martelli e Taborda (2021) acerca dos investimentos destinados ao OP, a comunidade prioriza as necessidades e a Prefeitura trabalha para viabilizar os projetos. O OP promove a participação popular trazendo de volta o poder ao povo, fortalecendo o pilar de que os eleitos para cargos públicos devem atuar como representantes da população, e não como seus substitutos.

As autoras Lüchmann, Martelli e Taborda (2021) relatam que as reuniões do OP, em Araraquara, são realizadas presencialmente, onde também são realizadas consultas online acerca dos temas que devem ser priorizados para a seleção de uma obra ou programa que reflita a cidade como um todo. A votação online é feita pelo site oficial do município, em que os cidadãos se registram utilizando o CPF e escolhem um único tema para ser discutido na Plenária da Cidade, e ao final, os três temas mais votados são apresentados na reunião presencial.

O OP opera principalmente por meio de divisões territoriais, onde o município é fragmentado em distritos que recebem uma parte do orçamento destinada a investimentos. Os moradores desses distritos são chamados a participar de assembleias e fóruns organizados pela prefeitura. Nessas reuniões, eles têm a oportunidade de participar ativamente e ser representados, podendo votar para decidir sobre a destinação dos recursos, bem como a devida fiscalização quanto sua utilização. As decisões são tomadas por maioria de votos, não sendo necessário um consenso, e podem abranger desde a priorização de determinados temas em uma região até a indicação de obras públicas a serem reformadas ou construídas (Tiussi; Oliveira, 2020).

É relevante destacar que o OP vai muito além de incentivar a presença em reuniões ou discussões públicas, uma vez que requer uma abordagem específica e necessita do comprometimento do Poder Executivo em dividir responsabilidades. Por essa razão, são poucas as cidades brasileiras que adotaram o OP, como evidenciado em levantamento realizado pela Rede Brasileira de Orçamento Participativo (RBOP) (Silva; Oliveira; Abreu, 2021).

Os autores Silva, Oliveira e Abreu (2021) relatam ainda que, conforme estudo da RBOP realizado em 2012, verificou-se que 353 municípios no Brasil adotaram iniciativas de OP, correspondendo a 6,34% do total de 5.565 cidades do país, sendo um cenário de pouca adesão ao OP.

2.7.4 Importância do Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo tem sido destacado como um modo de governança que oferece várias vantagens e benefícios tanto para os órgãos governamentais quanto para a sociedade. Isso é alcançado por meio do aumento da transparência e da responsabilidade na gestão dos fundos públicos, facilitando um engajamento mais direto dos cidadãos na alocação de recursos e, finalmente, fortalecendo o relacionamento entre o Estado e a sociedade. Esse processo efetivamente aproxima a tomada de decisões das pessoas, afastando-se da tradicional dependência da representação por meio de canais parlamentares ou legislativos, promovendo assim a ativação de práticas democráticas diretas (Peres, 2020).

Conforme Siqueira e Marzulo (2021), objetivo do OP era facilitar a democratização dos processos de tomada de decisão e a disseminação de informações sobre assuntos públicos, com ênfase específica no empoderamento político dos cidadãos. A iniciativa do OP introduz um esforço cooperativo, organizado em colaboração com o governo local e várias organizações da sociedade civil, em que as questões levantadas decorrem das comunidades locais e dos tópicos abordados na estrutura do orçamento participativo.

O OP é de extrema importância quanto ao seu processo operacional, abrangendo o chamado ciclo do OP, em que este se desenrola ao longo do ano, apresentando um cronograma estruturado que abrange agendas, atividades, sessões plenárias e reuniões. Os resultados das deliberações relacionadas ao orçamento estão incorporados nas demandas articuladas em nome da população. Essas demandas, formuladas coletivamente, estão documentadas no Plano de Investimento (PI) para deliberação junto às secretarias e à supervisão técnica do OP. Posteriormente, após essa fase, as demandas têm o potencial de moldar a Lei Orçamentária Anual do município, que é então submetida à Câmara Municipal (Siqueira; Marzulo, 2021).

A complexidade do processo orçamentário no setor público, nos seus vários estágios, traz a necessidade de se dar maior importância do momento da participação, quando se refere ao OP. O orçamento é formalizado dentro de um ciclo que abrange quatro estágios principais, abrangendo a formulação, aprovação, execução e avaliação. A participação é configurada em situações distintas, incluindo audiências públicas, workshops e fóruns de deliberação, em que o engajamento dos cidadãos tem mais peso durante a fase inicial, assim como quando os conselheiros fornecem informações, e durante a fase final quando envolve a avaliação do processo orçamentário (Azevedo *et al.*, 2022).

Ainda, conforme o autor Azevedo *et al.* (2022), o ciclo orçamentário é uma série de decisões tomadas no âmbito institucional do setor público, abrangendo a elaboração da proposta orçamentária, aprovação, execução e controle. Essa perspectiva do ciclo orçamentário destaca um dos principais desafios enfrentados pelo Orçamento Participativo, tal qual a necessidade de a participação atingir todas as fases do processo orçamentário.

O OP aproxima a população dos seus representantes políticos no diálogo gerado quanto as melhorias das políticas públicas, permitindo que os cidadãos expressem suas opiniões sobre a alocação de recursos e a efetiva participação nos processos de tomada de decisão, além de definirem a distribuição do orçamento público dentro de uma comunidade local (Tiussi; Duarte; Duarte, 2023).

Costa (2017) enuncia que através do OP, os cidadãos têm a oportunidade de expressar suas opiniões sobre a melhor forma de alocar os recursos gerados por seus tributos, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente. Ao reconhecer que o orçamento público é uma ferramenta essencial para o planejamento e a supervisão das ações governamentais, observa-se uma nova maneira de envolvimento da sociedade, por meio de um instrumento inovador. Isso possibilita que a comunidade colabore na elaboração do orçamento e defina, em parceria com as autoridades, quais áreas devem receber mais atenção, além de monitorar a aplicação desses recursos.

Participar da construção do orçamento é uma das maneiras mais significativas de praticar a cidadania. Essa colaboração pode ocorrer de forma conjunta e transparente, promovendo discussões sobre os desafios enfrentados pelas comunidades, identificando as necessidades da população e definindo quais propostas são fundamentais para o bem-estar geral (Costa, 2017).

Segundo Gonçalves *et al.* (2023), o OP em Porto Alegre, como instrumento inovador na elaboração de políticas públicas, serviu de modelo para várias cidades e países que o modificaram conforme suas necessidades locais e sistemas políticos, reorganizando seus mecanismos de participação cidadã. Dessa forma, passou a fazer parte de um conjunto de mudanças associadas às diretrizes de governança, recebendo notoriedade em nível nacional e internacional, estando na relação das 40 melhores práticas reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa relevância evidencia que diversos países, em diferentes partes do mundo, têm utilizado esse modelo como meio de envolver a população nas decisões relativas aos gastos públicos. O OP recebeu ajustes dentro das diversas realidades locais, visando atender às demandas e peculiaridades políticas, sociais e culturais de cada lugar.

Suett *et al.* (2021) observa que a implementação do orçamento participativo na governança municipal tem potencial para facilitar uma distribuição eficiente dos recursos públicos. Isso se deve ao fato de os processos de gestão do orçamento público, tornarem-se mais acessíveis e transparentes de maneira que as necessidades da população sejam atendidas. Além disso, esse instrumento é essencial para promover a devolução de poderes à sociedade, por meio de procedimentos transparentes e inclusivos, alinhando-se com as preferências do público que participa das iniciativas governamentais.

Outro fator, o OP expressa uma característica de controle social nas gestões governamentais, ajudando a diminuir a intervenção política enraizada em redes de clientelismo e facilitando o envolvimento colaborativo entre a administração e a população. Durante as deliberações relativas à formulação do plano orçamentário, os cidadãos têm a oportunidade de apresentar os seus pedidos, ao mesmo tempo que proporcionam às autoridades a oportunidade de elucidar a situação financeira e os desafios operacionais. Através desse envolvimento, existe uma tendência para melhoria tanto nos aspectos de supervisão social quanto na efetividade das políticas públicas. Através do OP, os indivíduos passam de meros expectadores a agentes ativos na gestão da administração pública (Portella; Flexor; Pacheco, 2020).

Ressalta-se que através da implementação do orçamento participativo, a população envolvida no processo passa a compreender a verdadeira dimensão e relevância da participação popular. Desse modo, os gestores públicos e a sociedade envolvida no desenvolvimento do orçamento aprendem a arte da negociação, principalmente em um cenário onde os recursos são sempre limitados. A prática leva o governo a abandonar gradualmente a imposição ao expor sua opinião e, ao mesmo tempo, a população desenvolve uma compreensão mais ampla da escassez de recursos e da diversidade de demandas que o governo enfrenta (Maschio *et al.*, 2017).

Conforme Costa (2017) o OP transforma a concepção tradicional de política num espaço novo e democrático, abandonando a teoria de que a atuação do cidadão se limita essencialmente ao ato de votar, enquanto os governantes eleitos têm liberdade para administrar os recursos públicos como bem entendem, e frequentemente através de políticas públicas de curto prazo voltadas para atender interesses específicos. Nesse novo modelo orçamentário, o cidadão assume um papel central e dinâmico na administração pública, deixando de ser um simples espectador.

Costa (2017) pontua ser crucial ressaltar a relevância do OP, que demonstra que a teoria da democracia representativa não é mais adequada para entender as inovações e

transformações nas práticas políticas. Atualmente, o foco está na ampliação da participação dos cidadãos nos espaços públicos, ao passo que a abordagem tradicional limita a participação popular ao simples ato de votar, encarando a democracia como um sistema de escolha de representantes políticos baseado na concorrência entre partidos por meio das eleições.

Santos (2019) menciona que o OP está intrinsecamente ligado às políticas públicas, pois essas devem estar contempladas no planejamento orçamentário de modo que contemplem as reivindicações da população. Com isso, para a criação das políticas públicas, a sociedade deve ser ouvida de modo a identificar as demandas prioritárias a serem contempladas no orçamento público.

A execução do OP com base na participação, busca investir recursos em regiões que carecem mais de serviços públicos, desde que essas áreas estejam envolvidas nas decisões. Não existe a certeza de que o Orçamento Participativo, por si só, resulte em uma redistribuição de renda. Entretanto, é fundamental enxergar o OP como parte da evolução social do Brasil, em que estimula a educação cívica, conferindo poder à comunidade para decidir sobre o interesse coletivo. Esse instrumento é revolucionário, ultrapassando a simples representação e colocando os cidadãos com diferentes interesses no centro do debate político, promovendo a comunicação, a negociação com benefícios mútuos e, consequentemente, a efetivação de políticas públicas aos mais carentes (Silva; Oliveira; Abreu, 2021).

Na democracia participativa, a população se engaja em um sistema de liberdade de participação, estabelecendo vias de comunicação com o governo que anteriormente não existiam. Dessa forma, o OP passou a ser não apenas um instrumento de administração, mas também de participação popular (Diniz; Padoan; Cividat, 2022).

Outro ponto importante apontado por Abraham (2015) é que além da democracia participativa, o OP traz o estímulo para a prestação de contas, accountability, aumentando-se a responsabilização dos agentes políticos que participam da elaboração do orçamento. Desse modo, a inclusão da população nas decisões orçamentárias torna os políticos e suas ações mais suscetíveis a avaliação e exigências por parte da sociedade.

Silva, Oliveira e Abreu (2021) relatam que estudos efetuados nos últimos anos, referentes ao OP no Brasil, evidenciam uma mudança em direção às plataformas online, além das habituais reuniões físicas, com a esperança de que essa ferramenta possa encurtar a lacuna entre os gestores públicos e os cidadãos, superando obstáculos que dificultam a participação ativa da comunidade em busca de cidadania.

2.7.5 Orçamento Participativo na Era Digital

As pesquisas acerca da democracia digital têm se concentrado em mudanças nas interações entre o Estado e a sociedade, impulsionadas pelas tecnologias digitais. O rápido progresso tecnológico e os avanços em inteligência artificial acarretam efeitos imprevisíveis, modificando tanto a dinâmica social quanto as relações políticas e institucionais (Lüchmann; Martelli; Taborda, 2021).

Diante desse contexto, Lüchmann, Martelli e Taborda (2021) observam que é fundamental refletir e explorar as potencialidades democráticas dessas ferramentas, promovendo uma maior transparência nas ações do governo e aumentando os meios de participação da sociedade com a utilização das plataformas digitais.

Oliveira, Barboza e Kronemberger (2023) conceituam democracia digital, a partir da combinação das práticas democráticas às tecnologias da informação e comunicação, levando a uma nova concepção dos elementos da teoria democrática como um sistema político e inovações tecnológicas.

Silva, Oliveira e Abreu (2021) relatam que estudos efetuados nos últimos anos, referentes ao orçamento participativo no Brasil, evidenciam uma mudança em direção às plataformas online, além das habituais reuniões físicas, com a esperança de que essa ferramenta possa encurtar a lacuna entre os gestores públicos e os cidadãos, superando obstáculos que dificultam a participação ativa da comunidade em busca de cidadania.

Conforme Anjos, Vieira e Abrantes (2018) uma experiência prática de orçamento digital é o caso de Belo Horizonte que apresenta uma abordagem diferente no contexto de participação da população, trazendo a ferramenta de Orçamento Participativo Digital. Esse modelo permite a interação popular no processo democrático através da internet com expectativa de utilização de diferentes plataformas para satisfazer a crescente necessidade de envolvimento nos assuntos públicos.

2.8 Governança

Sousa, Silva e Santos (2023) pontuam que as recentes crises financeiras mundiais levaram os governos a repensarem suas funções e suas responsabilidades sociais. Nesse contexto, surgiram a Nova Gestão Pública e diversos movimentos amplos, assim como uma nova abordagem na administração pública denominada de Governança Pública, com o objetivo de melhorar de forma efetiva os processos sociais relacionados às políticas públicas.

Para Buta e Teixeira (2020) o termo governança pode ser interpretado de diversas maneiras, pois suas origens estão nos estudos de teorias analisadas na separação entre as funções de propriedade e o controle como uma maneira de otimizar a eficiência das organizações. Essas funções, que antes eram exercidas pelo mesmo indivíduo, agora são tratadas de forma independentes, sendo relacionadas a um conjunto de contratos que visa coordenar e distribuir recursos para gerar e compartilhar resultados. O principal fator é a relação que envolve a transferência do gerenciamento de recursos e a autoridade para tomar decisões por parte dos burocratas, que nem sempre agiram de acordo com os interesses da sociedade.

Fukuyama (2013) faz uma abordagem prática do conceito de governança, ressaltando a sua relevância para a gestão eficaz dos recursos e o aprimoramento das instituições estatais. Essa definição considera governança como a habilidade dos governos em aplicar políticas e garantir a execução das leis, destacando a importância da qualidade das instituições e da eficiência na oferta de serviços públicos como elementos fundamentais.

Segundo Fukuyama (2013) a governança diz respeito à capacidade do Estado de formular e executar políticas de forma eficiente e com responsabilidade. Ele diferencia a governança de conceitos como democracia ou o Estado de direito, sugerindo que a governança está mais relacionada com a capacidade técnica e operacional das instituições.

A qualidade da governança não está necessariamente ligada ao regime político, democracia ou autoritarismo, mas sim à capacidade estatal. Fukuyama (2013) argumenta que um Estado forte, com instituições robustas, é essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país, pois instituições fracas tendem a ser menos capazes de implementar políticas eficazes, o que pode levar ao subdesenvolvimento e à instabilidade. Nesse aspecto a Governança diz respeito a capacidade técnica e burocrática, bem como capacidade político-relacional.

Nardes (2018) explora o conceito de governança pública como um conjunto de mecanismos e práticas que garantem o funcionamento eficaz das instituições públicas, destacando ser essencial para a transparência, prestação de contas e a entrega de resultados à sociedade. Ele defende ainda que a boa governança é a chave para a transformação do setor público e a promoção de um futuro mais promissor para o Brasil, propondo uma gestão centrada em valores éticos e eficazes, bem como estar diretamente ligada à melhoria das políticas públicas.

O Decreto 9.203 Brasil (2017) conceitua a governança pública como um conjunto de instrumentos de orientação, planejamento e supervisão implementados para analisar, guiar e

acompanhar a administração, visando à implementação de políticas públicas e à oferta de serviços relevantes para a população, conforme dispositivo a seguir:

Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade; (BRASIL. Decreto 9.203, art. 2º).

De acordo com Santos e Rover (2019) os princípios de governança são fundamentais para garantir que as instituições públicas sejam geridas de maneira eficiente, transparente e responsável. Esses princípios formam a base para uma administração sólida, que gera confiança e promove o desenvolvimento sustentável. Para que a governança eficaz se concretize, é essencial a atuação engajada de todos os participantes, como líderes, políticos, órgãos de controle e, especialmente, da sociedade civil organizada. O autor conceitua os princípios de governança pública conforme Quadro 5 abaixo:

Quadro 3 - Conceito de princípios de governança pública.

PRINCÍPIO	CONCEITO
Transparência	A governança consiste em oferecer aos cidadãos uma quantidade maior de informações e acesso às atividades governamentais e aos processos decisórios, o que favorece consideravelmente uma transparência ampliada na gestão pública (Santos; Rover, 2019).
Accountability	Diz respeito à exigência de que os gestores prestem contas sobre suas decisões e ações à comunidade que lhes conferiu autoridade, o que implica, obrigatoriamente, a aplicação de sanções em casos de comportamentos inadequados (Santos; Rover, 2019).
Participação	A excelência, relevância e eficiência das políticas estão diretamente ligadas ao envolvimento abrangente em todas as etapas do processo político, desde a sua criação até a execução. O apoio à participação estimula a confiança, tanto nos resultados alcançados quanto nas instituições responsáveis pela elaboração das políticas (Santos; Rover, 2019).
Integridade / Ética	Fundamenta-se na transparência e na imparcialidade, juntamente com altos critérios de ética e moralidade na aplicação dos recursos, sejam eles públicos ou privados, e na condução das atividades de uma organização. Sua manifestação está ligada à eficiência dos sistemas de controle, além dos padrões de conduta pessoal e ao profissionalismo dos membros da entidade. Essa característica se evidencia tanto nas práticas de decisão da organização quanto na excelência de suas demonstrações financeiras e de desempenho (Santos; Rover, 2019).
Conformidade legal	Refere-se à observância das normas e regulamentos estabelecidos para a gestão pública. Além de seguir o princípio da legalidade, o

	administrador deve garantir que suas ações sejam realizadas de maneira eficiente e eficaz, sempre visando o interesse coletivo, ou seja, com resultados concretos (Santos; Rover, 2019).
Equidade	A ideia de equidade está profundamente conectada ao princípio da justiça, implicando um tratamento diferenciado para aqueles que são diferentes, com o objetivo de alcançar a igualdade. Isso reflete uma clara consciência das disparidades existentes na sociedade (Santos; Rover, 2019).
Efetividade	Diz respeito aos resultados produzidos por produtos, serviços, processos ou projetos. Ela está relacionada ao nível de satisfação ou ao valor que é adicionado (Santos; Rover, 2019).

Fonte: Adaptado de Santos e Rover (2019).

2.9 Lei de Responsabilidade Fiscal

Crepaldi e Crepaldi (2013) pontuam que a Lei Complementar nº 101 de 2000, intitulada de Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu diretrizes sobre a gestão fiscal, exigindo uma abordagem que seja tanto planejada quanto transparente, com o objetivo de minimizar riscos e corrigir eventuais desvios que possam afetar o equilíbrio das contas governamentais.

Ainda segundo os autores Crepaldi e Crepaldi (2013), essa estratégia incluiu o cumprimento de metas relacionadas às receitas e despesas, bem como a observância de limites e condições referentes à renúncia de receitas, despesas com pessoal, seguridade social e outros fatores, tais como dívidas consolidáveis e mobiliárias, operações de crédito, concessão de garantias e o registro de restos a pagar em todos os níveis de governo, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público. Esse preceito constitucional foi regulamentado pelo inciso I do artigo 163 da Constituição Federal, que determina a necessidade de uma Lei Complementar para normatizar as finanças públicas.

Crepaldi e Crepaldi (2013) reforçam ainda que a LRF abrange todos os organismos da administração direta, além de fundos e entidades da administração indireta como autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, com exceção das empresas estatais que são independentes do Tesouro Central, e cuja maioria do capital social com direito a voto pertença a empresa e não ao governo.

Conforme preceituado na Constituição Federal Brasil (1988) a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, em abrangência nacional, parâmetros a serem seguidos no que tange às contas públicas em cada ente federativo. Essas restrições orçamentárias têm o propósito de salvaguardar a situação fiscal da União, Estados e Municípios e de quem destes

dependem para garantir que a cada aumento de despesas deverá se obter receita, sendo que os gestores devam respeitar os limites permitidos relativos aos gastos públicos, com base nos seguintes dispositivos:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização das instituições financeiras;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional. VIII - sustentabilidade da dívida, especificando: (Acrescentado pela EC 109/2021)

a) indicadores de sua apuração;

b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida;

c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação;

d) medidas de ajuste, suspensões e vedações;

e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida (BRASIL. Constituição, 1988, cap. II, seq. I, art. 163).

O objetivo central da LRF é criar diretrizes para a gestão das finanças públicas, focadas na responsabilidade fiscal. Isso envolve a implementação de ações planejadas e claras, a identificação de riscos e a correção de desvios que possam comprometer o equilíbrio das contas públicas, assegurando o cumprimento de metas que relacionem receitas e despesas. (Lei Complementar 101; Brasil, 2000).

Abraham (2015) relata que a LRF traz o ideal de participação ao estipular que qualquer pessoa, partido político, entidade ou sindicato é um agente legítimo para comunicar ao Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público sobre a violação das normas que ela determina, conforme prevê o artigo 73-A da Lei Complementar 101 de 2020:

Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar. (BRASIL. Lei Complementar nº 101, 2020, cap. X, art. 73-A).

Abraham (2015) evidencia ainda o ideal participativo da Lei de Responsabilidade Fiscal, através de seu artigo 49, estabelecendo que as demonstrações financeiras apresentadas pelo líder do Poder Executivo estarão acessíveis ao longo de todo o exercício, tanto no Poder

Legislativo pertinente quanto no órgão técnico encarregado de sua elaboração, permitindo que cidadãos e instituições da sociedade possam consultá-las e avaliá-las.

Santos (2019) menciona que a LRF legitima o Orçamento Participativo, por meio do inciso I, parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 2020:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (BRASIL. Lei Complementar nº 101, 2020, cap. IX, seq. I, art. 48).

Silva, Santos e Santos (2023) concluem que a LRF instituiu a necessidade de engajamento da população nas etapas de criação e debate dos planos orçamentárias, estimulando às práticas de participação cidadã em níveis municipais e estaduais, trazendo a implementação do OP em muitos governos locais.

3 REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica representa um dos mais importantes pilares da educação pública no Brasil, com mais de um século de existência, consolidando-se como um mecanismo de promoção de inclusão social e desenvolvimento regional ao oferecer ensino técnico, tecnológico e superior de qualidade. A RFEPCT originou-se por meio da promulgação, pelo presidente Nilo Peçanha, do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas a formar trabalhadores para a indústria e outras atividades manuais, direcionadas aos jovens das camadas mais pobres da população, para capacitar mão de obra e contribuir para o desenvolvimento industrial do Brasil (Colombo, 2020).

Segundo Mineiro e Lopes (2020) em 1937, por meio da Lei nº 378, foi criado o Liceus Industriais com o objetivo de oferecer ensino técnico e industrial, formando profissionais capacitados para atuar em áreas relacionadas ao setor produtivo. Pacheco (2011) discorre que os Liceus Industriais surgiram no contexto de uma crescente demanda por trabalhadores qualificados, acompanhando o desenvolvimento industrial do país ao longo do século XX.

Em seguida, conforme os ensinamentos de Mineiro e Lopes (2020) os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas através do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, ofertando formação profissionalizante correspondente ao ensino secundário, sendo, de acordo com Turmena e Azevedo (2017) fundamentais para o projeto de industrialização e modernização do Brasil.

Mineiro e Lopes (2020) descrevem que em 1959, as Escolas Técnicas Industriais deram lugar às Escolas Técnicas Federais, tendo por objetivo a formação de técnicos especializados em áreas como mecânica, eletricidade, química industrial, metalurgia e construção civil para garantir o sucesso do projeto de industrialização no qual o país sofria.

Em 1978, a Lei nº 6.545 transformou as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica levando uma nova configuração à Rede Federal de Educação Profissional. Pacheco (2011) relata que essa transformação teve por objetivo promover o ensino técnico e tecnológico, formando profissionais qualificados para atender às demandas do mercado de trabalho e do processo de modernização da economia, com foco na formação da aprendizagem prática.

Finalmente, em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em um contexto de expansão da educação pública e de ampliação da oferta de ensino técnico e tecnológico no país. Os IFs representam uma das inovações mais significativas no sistema de ensino do Brasil nas últimas décadas, surgindo com a missão principal de articular a educação profissional e tecnológica ao desenvolvimento local e regional para propiciar a inclusão social, a cidadania e as oportunidades de crescimento econômico (Pacheco, 2011).

O objetivo central dessas instituições é integrar educação profissional e tecnológica ao desenvolvimento local e regional, promovendo inclusão social, cidadania e oportunidades de crescimento econômico (Pacheco, 2011).

De acordo com Colombo (2020) todo esse contexto temporal, trouxe transformação e expansão da Rede Federal, passando por diversas adaptações até alcançar o formato atual dos Institutos Federais de Educação, espalhados por todo o território nacional, conforme cronologia mostrada na Figura 3:

Figura 2 - Evolução histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024). Imagens: Fonte: IFF (2018); CEFET/MG (1939); IFPB (2021); IFMG (2023); CEFET/RJ (2024); IFTO (2019).

Os Institutos Federais de Educação foram criados pelo mesmo ato que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conforme o seguinte dispositivo (Lei 11.892; Brasil, 2008):

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; (BRASIL. Lei nº 11.892, 2008, cap. I, art. 48, I).

Segundo a Agência Gov Brasil (2024), atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é formada pelos Institutos Federais; Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades; e pelo Colégio Pedro II, totalizando 682 unidades espalhadas pelo país, e com o anúncio do Governo federal, a Rede Federal sofrerá uma nova expansão na criação de 100 novos campi, esse total passará a ser de 782 unidades, sendo 702 campi de IFs. Dados do Ministério da Educação e da Agência Gov Brasil (2024), listados e atualizados na Tabela 2, mostram a relação de campi dos Institutos Federais por Unidade Federativa (UF) espalhados pelo país.

Tabela 1 - Relação de Institutos Federais, Campus, Campus Avançando e novos Campi anunciados por Estado.

 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 					
UF	Instituto Federal	Campus	Campus Avançado	Novo Campus	Total ³
Acre	IFAC	5	1	1	7
Alagoas	IFAL	15	1	3	19
Amapá	IFAP	4	1	1	6
Amazonas	IFAM	15	2	2	19
Bahia	IFBA	23	1		24
Bahia	IFBaiano	14		8	22
Ceará	IFCE	29	4	6	39
Distrito Federal	IFB	10		2	12
Espírito Santo	IFES	23	1	1	25

³ Os novos campi dos IFs foram anunciados pelo Governo Federal em 12 de março de 2024 com um total de 100 novas unidades. A quantidade de campi dos Institutos Federais até a data de anúncio das novas unidades era 602 unidades existentes. Após essa data, foi publicada a Portaria nº 360, de 18 de abril de 2024 elevando a quantidade para 604 unidades existentes. Com isso, a soma da quantidade existente de campi atuais com novas 100 unidades elevava esse total para 704 unidades.

Goiás	IFG	14		3	17
Goiás	IFGoiano	11	1		12
Mato Grosso	IFMT	17	2	3	22
Maranhão	IFMA	28	3	4	35
Mato Grosso do Sul	IFMS	10		2	12
Minas Gerais	IFMG	13	5	8	26
Minas Gerais	IFSuldeminas	8			8
Minas Gerais	IFNMG	11			11
Minas Gerais	IFSudesteMG	7	3		10
Minas Gerais	IFTM	8	1		9
Pará	IFPA	17	1	5	23
Paraíba	IFPB	16	5	3	24
Paraná	IFPR	21	5	5	31
Pernambuco	IFPE	16		6	22
Pernambuco	IFSertão-PE	7			7
Piauí	IFPI	17	3	3	23
Rio de Janeiro	IFFluminense	10	2		12
Rio de Janeiro	IFRJ	13	2	6	21
Rio Grande do Norte	IFRN	20	2	3	25
Rio Grande do Sul	IFSul	12	2		14
Rio Grande do Sul	IFRS	16	1	5	22
Rio Grande do Sul	IFFarroupilha	11			11
Rondônia	IFRO	9	1	1	11
Roraima	IFRR	4	1	1	6
São Paulo	IFSP	37	4	12	53
Santa Catarina	IFSC	21	1	3	25
Santa Catarina	IFC	14	1		15
Sergipe	IFS	10		2	12
Tocantins	IFTO	8	3	1	12
Total		544	60	100	704

Fonte: Adaptado de Turmed e Azevedo (2017) e atualizado de Brasil: Agência GOV (2024); Brasil: MEC (2024); Rede Federal (2024).

3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Pacheco (2011) relata que a formação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia evidencia uma união de aspectos que refletem a percepção do governo sobre a importância da educação profissional e tecnológica para gerar políticas públicas à sociedade. Essa visão atribui um caráter estratégico à educação profissional e tecnológica, como um componente que impulsiona o crescimento econômico e tecnológico do país, bem como um elemento essencial para o fortalecimento da inclusão da sociedade no contexto educacional brasileiro.

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, IFTO (2022), e estudado no tópico anterior, o início dos Institutos Federais decorre do ato de criação das Escola de Aprendizes Artífices, por meio de decreto presidencial em 1909, pelo então Presidente da República Nilo Peçanha. Com essa experiência e destaque no cenário educacional do país, essas instituições se tornaram um modelo de qualidade na formação profissional, que por consequência foi surgindo a necessidade de transformações educacionais, devido ao crescente desenvolvimento nacional em que o país passava. Logo surgiram as Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica, que, atualmente são denominados de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins surgiu através da incorporação entre a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa), sendo que sua origem se deu por meio da Lei n.º 11.892/2008, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, conforme o disposto no artigo 5º da Lei 11.892 (Brasil, 2008):

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:
(...)
XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (BRASIL. Lei nº 11.892, 2008, cap. II, seção I, art. 5º, XXXVIII).

De acordo com o portal institucional, o Instituto Federal do Tocantins IFTO (2021) oferece educação superior, básica e profissional, composto por vários campi, centros de polos à distância para o desempenho do papel fundamental na formação educacional e no desenvolvimento econômico e social do estado do Tocantins.

O IFTO foi criado com o intuito de oferecer educação de qualidade e inclusiva, além de fomentar a pesquisa aplicada e a inovação, contribuindo diretamente para o fortalecimento da indústria, agricultura e outros setores produtivos da região. O Instituto Federal do Tocantins IFTO (2021), tem como propósito de existência a seguinte missão e visão e valores listados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (IFTO, 2022):

5.3.1. Missão

PROPORCIONAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, PREZANDO PELA EFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.

5.3.2. Visão

SER REFERÊNCIA NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E SERVIÇOS, PROPORCIONANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.

5.3.3. Valores

- I. Desenvolvimento Regional
- II. Produtividade e Eficiência
- III. Sustentabilidade
- IV. Estímulo à criatividade
- V. Gestão democrática
- VI. Foco no mercado de trabalho
- VII. Respeito aos princípios pedagógicos
- VIII. Gestão por resultados
- IX. Inovação tecnológica
- X. Pontualidade (IFTO, 2022, p. 53).

O IFTO é uma Autarquia que possui autonomia administrativa e pedagógica, conferidas pela lei que instituiu a Rede Federal de Educação, conforme art. 1º da Lei 11.892 de 2008:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

(...)

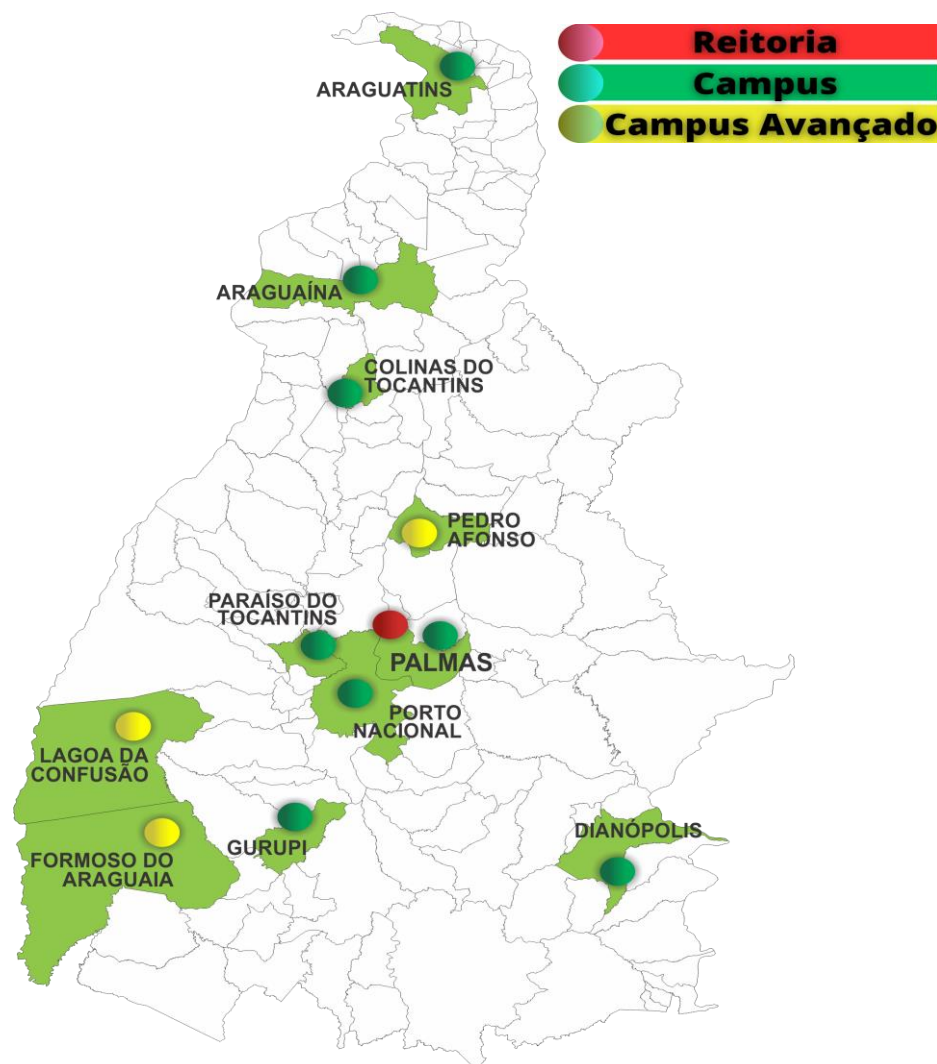
Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL. Lei nº 11.892, 2008, cap. I, art. 1º, Parágrafo único).

Pacheco (2011) conceitua essa ideia de autonomia dos Institutos Federais como a capacidade de agir por conta própria, ou seja, a habilidade de se autogerir e se autodeterminar, trazendo a noção do elemento de relatividade, uma vez que a autonomia se define em relação a outros entes. Dessa forma, percebe-se que a autonomia se manifesta nas ações que demandam interação e gerenciamento de seus recursos necessários ao seu funcionamento. A própria lei que criou os Institutos Federais, deixou de maneira expressa a natureza jurídica como autarquias independentes até mesmo para criação e ou fechamento de cursos, bem como expedição de diplomas.

Atualmente, segundo o PDI 2020-2024, IFTO (2022), o Instituto Federal do Tocantins é formado por doze unidades, distribuídas em uma Reitoria situada na cidade de Palmas/TO, bem como o *Campus* Palmas que herdou a instalações da antiga Escola Técnica Federal de Palmas. Além disso, fazem parte do IFTO os Campi de Araguaína, Colinas do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis, e o *Campus* Araguatins que passou a ocupar às instalações da antiga Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, bem como os

Campi Avançados de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso, em consonância com a ilustração na Figura 4:

Figura 3 - Mapa de localização dos Reitoria, Campi e Campi Avançados.



Fonte: Adaptado de Página Vestibular 2024/2 IFTO (2024).

3.1.1 Execução Orçamentária do IFTO

Segundo o PDI 2025-2029, IFTO (2024), O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, para cumprir sua missão educacional e social, é financiado por recursos do Orçamento Público, sendo que este é o instrumento de planejamento estatal usado para destinar verbas às despesas de manutenção e aos investimentos necessários, permitindo que o Estado alcance seus objetivos.

Como uma Autarquia Federal, o IFTO deve operar sua gestão financeira em estrita conformidade com os limites de crédito orçamentário definidos pela Lei Orçamentária Anual.

Além disso, as despesas do IFTO na LOA são divididas em três categorias principais: Pessoal e Encargos Sociais, Investimentos e Outras Despesas Correntes previstos no PDI 2025-2029 (IFTO, 2024).

Ainda conforme o PDI 2025-2029, IFTO (2024) o valor para despesas com pessoal é determinado por projeções da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC). O orçamento de investimentos é geralmente definido pela Secretaria de Educação Profissional do MEC (SETEC/MEC). Já o custeio operacional é distribuído de acordo com a Matriz Orçamentária do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal), que é usada para dividir os recursos entre todos os Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II.

A Matriz CONIF, mencionada no PDI 2025-2029, IFTO (2024) é estruturada nos seguintes blocos:

A Assistência Estudantil: Refere-se à assistência aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, aos alunos em Regime de Internato Pleno - RIP e aos alunos decursos de Formação Inicial e Continuada, com foco no acesso, na permanência e no êxito. É calculada com base na Renda Familiar Per Capita - RFP dos estudantes em curso. Quanto menor a renda per capita do grupo, maior é o peso de sua participação no cálculo de distribuição do orçamento (IFTO, 2024, p. 302).

Funcionamento Campi: Após dedução da parcela orçamentária destinada à Assistência Estudantil, o orçamento da Rede é dividido para os eixos de Funcionamento e Qualidade e Eficiência. Para a definição do orçamento dos campi, são utilizadas, como base, informações referentes a matrículas, cursos e campi extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. A partir desse sistema, são extraídos o número de matrículas de cada instituição, que, posteriormente, passam por equalização, ponderação e bonificação, chegando a uma variável chamada Matrículas Totais. Para os campi, o valor do orçamento é proporcional às matrículas totais e para os campi em implantação (com menos de cinco anos de funcionamento), há um piso orçamentário e um complemento por matrícula total. O eixo Funcionamento Campi equivale a 80% do orçamento destinado para as Instituições, após dedução da Assistência Estudantil (IFTO, 2024, p. 302).

Funcionamento Reitoria: O orçamento das reitorias é definido a partir do número de campi do Instituto e a partir do desempenho dos seus campi no cálculo de Matrículas Totais. Para custeio das despesas das Reitorias é destinado o equivalente a 10% do orçamento da Matriz (IFTO, 2024, p. 302).

Qualidade e Eficiência: Atividades desenvolvidas pelas instituições, aferidas, a partir de indicadores disponíveis, na Plataforma Nilo Peçanha. Sendo eles: Índice de Eficiência Acadêmica - IEA; Relação Aluno-Professor Presencial - RAPP e Marcos Legais do Curso Técnico, da Formação de Professores e da Educação de Jovens e Adultos - IAML. O bloco Qualidade e Eficiência equivale a 10% (dez por cento) do orçamento total a ser distribuído, após dedução do valor destinado à assistência estudantil (IFTO, 2024, p. 302 e 303).

O IFTO prevê o recebimento de orçamento extra através de receitas próprias, provenientes especialmente de taxas de inscrição em processos seletivos, receita agropecuária, bem como recursos extraordinário com captação de recursos externos e projetos de ensino, pesquisa e extensão IFTO (2024).

Ademais, segundo o PDI 2025-2029, IFTO (2024) a instituição conta com a expectativa do recebimento de verbas de emendas parlamentares (federais ou estaduais), onde os congressistas especificam as ações ou projetos a serem financiados. O orçamento geral, do IFTO, tem sua previsão na PLOA sendo efetivado por meio de dotações orçamentárias ao longo dos exercícios financeiros, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Orçamento do IFTO 2023, 2024 e projeção para 2025 (PLOA).

GRUPO DE DESPESA	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	
	2025	2024	2023
Investimento	300.000,00	1.648.872,00	2.418.172,00
Outras Despesas Correntes	73.295.931,00	70.232.481,00	62.732.650,00
Pessoal, e Encargos Sociais	256.926.301,00	258.943.620,00	239.343.872,00
TOTAL	330.522.232,00	330.824.973,00	304.494.694,00

Fonte: Adaptado de PDI 2025-2029, IFTO (2024) com dados de dezembro 2024.

De acordo com a Tabela 2, o Instituto Federal do Tocantins apresentou crescimento contínuo de seu orçamento global, saindo de R\$ 304,49 milhões em 2023 para R\$ 330,82 milhões em 2024, e com previsão de R\$ 330,52 milhões em 2025. Vale lembrar que grande parte desse orçamento é destinado às despesas com pessoal e encargos sociais, que cresceram de R\$ 239,3 milhões (2023) para R\$ 258,9 milhões (2024), indicando forte pressão da folha e reposições salariais.

As despesas correntes, responsáveis pelos gastos com a manutenção e o funcionamento do IFTO, representaram um crescimento de R\$ 62,73 milhões, em 2023, para 73,29 milhões em 2025. Já nas despesas de investimento houve um decréscimo de R\$ 2,4 milhões, em 2023, para apenas R\$ 300 mil em 2025 — o que representa uma queda de 87,6% em três anos.

Esse dado revela uma tendência de orçamento concentrado em despesas obrigatórias, com pouca margem para políticas estruturantes ou projetos de expansão, quando levado em consideração o orçamento geral do IFTO.

3.1.1.1 Execução Orçamentária dos Recursos Funcionamento, Investimento e Assistência Estudantil do IFTO

Os recursos destinados ao funcionamento, ou custeio, do IFTO são essenciais para manter a instituição operando diariamente e permitir que ela cumpra suas três missões principais: ensino, pesquisa e extensão.

Diferentemente dos recursos de Pessoal (salários) ou Investimento (obras e grandes equipamentos), o custeio cobre todas as despesas operacionais e de manutenção, dentre as quais:

Manutenção e Infraestrutura: estes recursos garantem que a estrutura física da instituição possa funcionar em plenas condições de usabilidade.

Contratos Administrativos de Serviços Essenciais e Complementares: são as despesas fixas, não obrigatórias, com contratos terceirizados para pagamento de prestação de serviços fornecimento de água; energia elétrica; internet; telefonia; combustível; manutenção de frotas; diárias e passagens; manutenção em equipamentos de refrigeração; sistemas de TI e outros. Além disso custeia os contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de limpeza e conservação, vigilância, apoio administrativo, bem como para aquisição de materiais de consumo para suporte às atividades administrativas e pedagógicas da instituição.

Os recursos de investimentos, chamado de despesa de capital, destinam-se à criação, expansão ou melhoria significativa do patrimônio físico da instituição. Eles não se referem ao gasto diário, mas a bens duráveis e projetos de longo prazo, sendo os principais para:

Obras e Construções: construção de novos campi; prédios de salas de aula; laboratórios; bibliotecas; auditórios; restaurantes universitários; quadras poliesportivas; e outros necessário à expansão do IFTO.

Reforma e Ampliação: destinado a reformas estruturais que aumentam a vida útil ou a capacidade de uso de um imóvel.

Aquisição de Frotas: destinados a aquisição de ônibus; vans; veículos utilitários para atender às necessidades de transporte de alunos e servidores; máquinas e implementos agrícolas etc.

Além disso são destinados à aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos, bem como aqueles necessários a implantação e melhoria de infraestrutura de TI.

Por fim, o orçamento de assistência estudantil, que tem por finalidade promover a permanência e o êxito dos estudantes de baixa renda no IFTO, para diminuir a evasão escolar. Esse recurso é responsável pelas ações de fornecimento de auxílio-transporte; auxílio-moradia; auxílio-alimentação; auxílio emergencial; bolsas de permanência; e para custear insumos para a operação dos refeitórios no IFTO.

Passaremos a analisar, a seguir, a execução orçamentária nos campi do IFTO desses principais recursos que podem ser objeto de ajustes quanto a sua alocação.

Tabela 3 - Execução orçamentária do IFTO nos Campi e percentual de execução 2025 até 16 de outubro de 2025.

Ação Orçamentária	Orçamento	Recebido	A Receber	Empenhado	% Empenho	% Liquidada
Investimentos	314.907,00	95.944,78	(20.944,78)	129.801,72	41,22%	0%
Funcionamento	31.099.409,75	25.140.330,6	5.959.079,15	24.669.794,89	79,33%	69,78%
Assistência Estudantil	7.667.547,35	534.465,14	77.165,31	6.300.665,32	82,17%	67,8%
TOTAL	39.081.864,1	25.770.740,52	6.015.299,68	31.100.261,93	79,58%	68,83%

Fonte: Adaptado pelo autor do Painel de Gestão do IFTO 2025. Atualização de 16 de outubro 2025.

Tabela 4 - Execução orçamentária do IFTO nos Campi 2024.

Ação Orçamentária	Orçamento	Recebido	A Receber	Empenhado	% Empenho	% Liquidada
Investimentos	1.330.736,31	1.330.736,31	0,00	1.326.863,06	99,71%	0%
Funcionamento	28.677.568,96	28.677.568,96	0,00	28.207.046,45	98,36%	84,41%
Assistência Estudantil	6.301.950,78	6.301.949,85	0,93	6.299.252,59	99,96%	87,56%
TOTAL	36.310.256,05	36.310.255,12	0,93	35.833.162,10	98,69%	81,86%

Fonte: Adaptado pelo autor do Painel de Gestão do IFTO 2025. Atualização de janeiro de 2025.

Tabela 5 - Execução orçamentária do IFTO nos Campi 2023.

Ação Orçamentária	Orçamento	Recebido	A Receber	Empenhado	% Empenho	% Liquidada
Investimentos	2.013.205,72	2.038.918,66	(25.712,94)	2.262.618,33	112,39%	15,36%
Funcionamento	27.391.819,36	28.807.867,51	(1.416.048,15)	28.858.883,48	105,36%	87,4%
Assistência Estudantil	6.281.119,99	6.276.703,82	4.416,17	6.276.703,82	99,93%	77,45%
TOTAL	35.686.145,07	37.123.489,99	1.437.344,92	37.398.205,63	104,8%	81,58%

Fonte: Adaptado pelo autor do Painel de Gestão do IFTO 2025. Atualização de janeiro de 2024.

O exercício financeiro de 2023 apresentou um percentual de 104,8% de empenho geral, e liquidação de 81,58%, segundo a Tabela 5, demonstrando que 23,22% dos recursos empenhados foram inscritos e restos a pagar.

Na ação orçamentária de funcionamento foram empenhados 105,36% do recurso de custeio, uma taxa acima do previsto, e liquidados 87,4%, indicando um percentual de 17,96% de empenhos que possivelmente foram inscritos em restos a pagar.

No recurso de assistência estudantil, praticamente toda a dotação orçamentária para esta ação foi empenhado, representando um percentual de 99,93% e 77,45% de liquidação, o que demonstra que 22,48% das ações, planejadas, voltadas aos discentes podem não ter sido executadas, ou parte desse recurso possa estar em restos a pagar para aquisição de insumos de refeitório, devido às vedações de RP para bolsas e auxílios estudantis.

Quanto a ação orçamentária de investimentos, o cenário é pessimista, sendo 15,36% de liquidação de um total de 112,39% de recurso empenhado, o que indica um percentual de 97,03% de orçamento de capital residual inscritos em restos a pagar para o exercício com baixa execução de projetos para esta ação.

Em 2024, IFTO mostrou melhoria no percentual geral de recursos orçamentários empenhados, com 98,69% e 81,86% de liquidação geral, com 16,83% de diferença.

No entanto, na ação de investimentos, embora o recurso empenhado tenha sido de 99,71%, a liquidação foi nula para além do fechamento do exercício financeiro, o que sugere atraso de execução ou não utilização dos recursos por cancelamento de empenhos. O fato é que isso gerou um orçamento residual em que, janeiro de 2025, última atualização do painel de gestão, o saldo de empenho ainda estava sem utilização.

No funcionamento 98,36% do recurso orçamentário foi empenhado, e com liquidação de 84,41% sendo que 13,95% não foram processados. A ação de assistência estudantil teve 99,96% de emissão de empenhado, sendo que 87,56% deste foram liquidados, representando 12,4% de não processados.

Quanto ao exercício financeiro vigente, a execução orçamentária vem apresentando, até outubro de 2025, um percentual de 79,58% de emissão de empenho no geral. Desse percentual foram liquidados 68,83%.

Na ação funcionamento foram empenhados 79,33% do recurso recebido, com 69,79% de liquidação. Na assistência estudantil, do total de recurso orçamentário recebido, 82,17% foram empenhados e 67,8% destes foram liquidados. Para tanto a ação de investimentos se repete com apenas 41,2% empenhado e 0% liquidado.

Considerações: o exercício financeiro de 2023 no IFTO, foi marcado por um recebimento de orçamento superando a dotação inicial, nas ações analisadas na tabela 5, contudo não houve alta capacidade de liquidação e pagamento, principalmente no recurso de investimento, resultando na inscrição de uma parcela substancial das despesas em restos a pagar. Em 2024, houve melhoria significativa na gestão do custeio e assistência estudantil, mas os investimentos continuaram paralisados, com empenhos sem execução real. O exercício de 2025 vigente, demonstra que o IFTO tende a repetir a lógica de priorizar custeio e

assistência estudantil, mantendo investimentos com lentidão na execução financeira dos recursos de capital. Isso limita a capacidade de renovação da infraestrutura física e tecnológica, bem como ações de investimento.

Em síntese, o desempenho orçamentário sugere que, apesar do planejamento e da necessidade de destinar o orçamento, a instituição enfrentou gargalos na fase de execução, especialmente em investimentos. A alta dependência de RP para o ano seguinte, sinaliza uma pressão financeira e operacional futura que repercutem nos anos seguintes.

Tabela 6 - Restos a Pagar do IFTO a serem processados.

TIPO	2025	2024	2023
Restos a Pagar Processados - RPP	48.560,06	47.597,04	56.272,3
Restos a Pagar Não Processados - RPNP	3.678.871,87	1.168.213,12	934.580,41
Restos a Pagar pagos	34.900,08	595.317,98	8.498.611,09
TOTAL	3.762.332,01	1.811.128,14	9.489.463,80

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Painel de Gestão do IFTO 2023, 2024 e 2025.

Conforme demonstrado na tabela 6, houve uma redução expressiva dos restos a pagar no geral, com o decréscimo de R\$ 9,48 milhões, em 2023, passando para R\$ 1,81 milhões, em 2024, para 3,76 milhões até outubro de 2025, sinalizando esforço para liquidação de despesas antigas.

Entretanto, o crescimento dos restos a pagar não processados em 2025 de R\$ 3,6 milhões é preocupante, pois representa despesas empenhadas sem liquidação efetiva. Isso indica reconcentração de gastos no final do exercício, sobretudo em investimentos conforme análises anteriores.

Os Restos a Pagar processados mantêm valores estáveis e baixos, o que demonstra controle adequado de pagamentos liquidados.

Em termos práticos, o IFTO tem uma execução do orçamento estável, mas aumento de passivos não processados, comprometendo a efetividade da transparência na prestação das informações, além de deixar complexa a percepção da execução orçamentária.

A leitura dos dados de empenho e liquidação demonstra que o IFTO não apresenta orçamento residual de forma expressiva em custeio e assistência estudantil, porém a média de 12% a 22% poderiam ser melhor executadas para não virar orçamento residual.

Ademais, há excedentes potenciais em investimentos, cuja liquidação nula ou muito baixa indica recursos disponíveis, mas subutilizados. Essa diferença entre empenhado e liquidado gerou residual no encerramento do exercício.

Em síntese o crescimento dos restos a pagar não processados em 2025, sinaliza fragilidade de controle temporal da execução orçamentária, evidenciando uma lacuna a ser respondida:

1. Problemas de planejamento, ocasionando na dificuldade em executar seu orçamento dentro do prazo estipulado dentro do exercício financeiro?
2. Desperdício de recursos, com a reinscrição sistemática de restos a pagar, ano após ano, para convênios ou projetos que não evoluem, resultando em ineficiência na utilização do orçamento?

Notadamente a acumulação recorrente e elevada de restos a pagar pode ou não indicar problemas na gestão orçamentária do órgão, necessitando de uma análise mais aprofundada ao caso concreto.

A solução passa por fortalecer o planejamento orçamentário participativo, antecipar cronogramas de execução de capital e adotar mecanismos de controle contínuo da liquidação, garantindo que o orçamento empenhado se converta em resultados efetivos para a comunidade acadêmica.

4 METODOLOGIA

O propósito deste capítulo consiste em descrever o processo metodológico que viabilizou o estudo da proposição de um Orçamento Participativo para o Instituto Federal do Tocantins, através da investigação acerca da percepção e anseios da comunidade acadêmica quanto ao atual processo orçamentário, bem como a perspectiva de construção de um modelo de orçamento participativo que contemple a ampla participação de todos.

O método utilizado é o indutivo, pois a pesquisa visou, primeiramente, a observação e coleta de dados específicos, sobre o processo orçamentário atual e as percepções da comunidade acadêmica, que, a partir dessas informações, construímos uma proposta geral de Orçamento Participativo.

Segundo Diniz e Silva (2018) esse método sugere que a partir de casos particulares se propõe chegar ao geral, por meio da investigação do objeto estudado. Assim, o pesquisador parte de observações mais específicas dos fenômenos analisados para formular teorias mais abrangentes.

Para Marconi e Lakatos (2003) o método indutivo é um processo mental que parte de dados particulares, suficientemente constatados, para inferir uma verdade geral ou universal.

Esse método consiste nas etapas de observação dos fenômenos; na descoberta da relação entre eles; e na generalização dessa relação.

O processo investigativo se deu por meio de uma pesquisa-ação realizada em três Unidades do Instituto Federal do Tocantins, tais como *Campus* Colinas do Tocantins, *Campus* Dianópolis e *Campus* Porto Nacional que representaram respectivamente as regiões norte, central e sudeste tocaninense. Essa estratégia se deve ao fato de o campo de observação ser muito grande e espaçado, que demandaria muito tempo de pesquisa dentro de um cronograma relativamente curto para execução.

Nesse sentido, quando o tamanho do campo delimitado é muito grande, pode-se utilizar a técnica da representatividade qualitativa, conforme os ensinamentos de Thiollent (2022) a seguir:

c) Uma terceira posição consiste na valorização de critérios de representatividade qualitativa. Na prática da pesquisa social, a representatividade dos grupos investigados se dá por critérios quantitativos (amostragem estaticamente controlada) e por critérios qualitativos (interpretativa ou argumentativamente controlados). Mesmo em pesquisa convencional, ao planejarem amostras de pessoas a serem entrevistadas com alguma profundidade, os pesquisadores costumam recorrer às chamadas “amostras intencionais”. Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Este princípio é sistematicamente aplicado no caso da pesquisa-ação. Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada (Thiollent, 2022, p. 71).

Além disso, o estudo nos três campi do IFTO foi escolhido de maneira intencional e qualitativa representando as principais regiões do estado do Tocantins, sendo Colinas do Tocantins e Dianópolis localizados em regiões com potencial agropecuário e Porto Nacional um campus urbano, representando a diversidade de potencial do Instituto Federal do Tocantins. Nesse contexto, Thiollent (2022) descreve o seguinte:

A questão da representatividade qualitativa pode ser exemplificada no contexto sociopolítico da ação operária. A pesquisa tradicional por sondagem levaria em conta uma amostra de trabalhadores escolhidos aleatoriamente em fichários de empregos ou a partir de uma seleção de locais de moradia. Qualquer trabalhador teria mais ou menos a mesma probabilidade de ser entrevistado. Por sua vez, numa pesquisa com amostra intencional, seriam selecionados trabalhadores ou grupos de trabalhadores que são conhecidos como elementos ativos do movimento sindical ou político. A sua representatividade seria significativa das tendências favoráveis ou contrárias a determinados objetivos em discussão. A informação que esses trabalhadores são capazes de transmitir é muito mais rica que a que se pode alcançar por meio de questionários comuns. É claro que a informação obtida não é generalizável ao nível do conjunto da população, mas há substância necessária à percepção da dinâmica do movimento. Além disso, para se ter uma visão mais completa, pode-se contrabalançar a representação dos elementos mais “avançados” por um estudo particular sobre os elementos tidos como “atrasados” na dinâmica do

fenômeno estudado. Tais elementos são igualmente selecionados por meio de amostra intencional (Thiollent, 2022, p. 72).

Por fim, o autor conclui, a seguir, que a representatividade qualitativa de uma minoria pode se tornar expressivamente mais relevantes do que as opiniões da maioria da população a ser investigada:

Como já notamos em outra oportunidade (Thiollent, 1980b, p. 63-79), o critério de representatividade dos grupos investigados não é necessariamente quantitativo. É importante, dentro de certos “parâmetros” quantitativos, levar em conta a representatividade sociopolítica de grupos ou de opiniões que são minoritários em termos numéricos, mas expressivos de uma situação em termos ideológicos e políticos. A representatividade expressiva pressupõe critérios de avaliação política no seio da conjuntura. A importância social dos grupos “mais avançados” é maior do que seu peso numérico no conjunto da população. As ideias de uma minoria podem se tornar expressivamente mais relevantes do que a aparente “ausência” de ideias, ou opiniões, da maioria. Seu peso significativo não se limita a uma questão de frequência observacional. Por isso as pesquisas baseadas em amostras estatisticamente representativas têm tendência a dar uma visão bastante “conformista” da realidade, seus critérios são falsamente igualitários quando postulam que cada indivíduo vale por um e que cada opinião é equivalente a qualquer outra. Os critérios numéricos podem chegar a fazer desaparecer as minorias. A nosso ver, a representatividade expressiva (ou qualitativa) é dada por uma avaliação da relevância política dos grupos e das ideias que veiculam dentro de uma certa conjuntura ou movimento. Trata-se de chegar a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente fundamentada, com possível controle ou retificação de suas distorções no decorrer da investigação (Thiollent, 2022, p. 72 e 73).

4.1 Caracterização da Pesquisa

Marconi e Lakatos (2003) descrevem a pesquisa científica como um processo sistemático e rigoroso que tem como objetivo a produção de novos conhecimentos ou a confirmação de conhecimentos já existentes, de forma a ampliar a compreensão sobre o mundo e solucionar problemas. Os autores mencionam ainda que a pesquisa pode ser uma investigação disciplinada, que segue métodos e técnicas específicos para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

Esse tópico consistiu na caracterização da pesquisa quanto: (i) a sua natureza; (ii) à abordagem; (iii) ao seu objetivo; (iv) aos procedimentos técnicos.

4.1.1 Natureza da Pesquisa

A pesquisa do ponto de vista de sua natureza é aplicada, com foco na proposição de solução real do problema, buscando compreender e propor um modelo de orçamento

participativo que atenda às necessidades da comunidade acadêmica e seja viável no contexto do Instituto Federal do Tocantins. O problema investigado é o déficit de participação da comunidade acadêmica no processo de planejamento e gestão orçamentária.

A pesquisa visou a aplicabilidade dos resultados implementados na prática, através do envolvimento de discentes, docentes e técnicos-administrativos diretamente no processo de coleta de dados e na proposição de soluções, promovendo uma aproximação com a realidade da instituição.

O modelo de OP proposto traz uma visão de conhecimento e construção, podendo trazer transformações na gestão orçamentária da instituição, bem como levar a pesquisa para além da teoria

De acordo com Gil (2008) a pesquisa aplicada busca criar conhecimentos que possam ser utilizados na prática, com o intuito de resolver problemas específicos. Diferentemente da pesquisa básica, que tem como meta ampliar o conhecimento teórico, a pesquisa aplicada concentra-se em gerar resultados que sejam aproveitáveis na solução de desafios reais e na satisfação das demandas sociais.

4.1.2 Forma de Abordagem da Pesquisa

A abordagem da pesquisa no que tange ao problema é mista, qualitativa e quantitativa dando maior enfoque ao aspecto qualitativo com um desenho transversal, quanto ao tempo empregado.

Moraes e Fonseca (2017) descrevem que, independentemente do tema, é importante conhecer os tipos de pesquisas e conceitos, pois possuirão características necessárias para o objeto do estudo:

Metodologia de Pesquisa Qualitativa: Não se preocupa com relação aos números, mas sim com relação ao aprofundamento e de como ela será compreendida pelas pessoas. Os pesquisadores que utilizam este método procuram explicar o porquê das coisas, explorando o que necessita ser feito sem identificar os valores que se reprimem a prova de dados, porque os dados analisados por este método não estão baseados em números (Moraes; Fonseca, 2017, pag. 102).

Metodologia de Pesquisa Quantitativa: Diferente da pesquisa qualitativa, este método busca por resultados que possam ser quantificados, pelo meio da coleta de dados sem instrumentos formais e estruturados de uma maneira mais organizada e intuitiva. (Moraes; Fonseca, 2017, pag. 102).

Para Paranhos *et al.* (2016) os métodos mistos constituem uma abordagem sistemática para a coleta, análise e integração de metodologias quantitativas e qualitativas dentro de uma

estrutura de pesquisa. A premissa principal que fundamenta a estratégia multimétodo é que a interação entre essas metodologias oferece maiores oportunidades analíticas.

O propósito da pesquisa qualitativa permitiu extrair o máximo de informações possíveis, trazendo a análise interpretativa que identificou os padrões e os significados dos dados coletados. Já a pesquisa quantitativa buscou, num plano secundário, investigar cientificamente a quantificação de dados que ajudou na compreensão do fenômeno, através de questionário que identificou padrões com resultados generalizáveis.

A aplicação dessa abordagem permitiu uma exploração mais detalhada das questões ligadas ao fenômeno em análise e suas interconexões, priorizando o contato direto com o objeto de estudo, além de identificar aspectos comuns, mas mantendo-se receptiva para reconhecer a singularidade e os diversos significados envolvidos (Gil, 2008).

Segundo Gil (2008), a pesquisa transversal, também chamada de pesquisa seccional, é uma metodologia que busca a coleta de dados em um único ponto no tempo, com o objetivo de descrever características ou condições de uma determinada população ou fenômeno. O autor explica que o foco principal da pesquisa transversal é a observação simultânea de várias variáveis para entender como essas se distribuem em uma amostra ou população, sem o acompanhamento ao longo do tempo.

4.1.3 Pesquisa quanto ao Objetivo

Trata-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem metodológica que visou descrever as características de um fenômeno e grupo de forma sistemática e detalhada, sem manipular as variáveis. Essa pesquisa buscou descrever como os processos ocorrem no presente, ajudando a entender em profundidade o funcionamento do processo orçamentário atual e a dinâmica de participação da comunidade acadêmica, bem como mapear fatores que influenciam na proposição de um novo modelo.

Guerra *et al.* (2023) relatam que a pesquisa descritiva tem como finalidade detalhar aspectos de um fenômeno ou grupo específico durante o período de estudo, além de identificar conexões entre diferentes variáveis.

Para Gil (2002) as pesquisas descritivas primam pela descrição das características próprias da população ou fenômeno, observando-se a seguinte aplicabilidade:

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as

que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade (Gil, 2002, p. 42).

4.1.4 Procedimentos Técnicos

Os procedimentos técnicos se deram por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa-ação. Guerra *et al.* (2023) descrevem que a pesquisa bibliográfica se baseia em fontes que já foram publicadas, como livros, artigos científicos e trabalhos de conferências, entre outros. Por sua vez, a pesquisa documental recorre a documentos que não passaram por uma análise prévia.

As fontes bibliográficas se deram por meio de livros, artigos científicos, manuais, manuais técnicos, resoluções, legislação e normas necessários para embasar a pesquisa para a compreensão do fenômeno estudado. O percurso metodológico da pesquisa bibliográfica se deu com seleção dos materiais de acordo com a sua relevância, relação com a temática e problema-pesquisa, utilizando-se principais bases de pesquisa o Portal de Periódicos CAPES, SCIELO, Google Acadêmico e sites institucionais.

A pesquisa documental consistiu em analisar os documentos institucionais, como Plano de Desenvolvimento Institucional; dados e informações institucionais quanto ao número de alunos e servidores e sites do IFTO. Além disso, foram analisadas planilhas de gestão orçamentária do Painel de Gestão, necessários a garantirem a profundidade da pesquisa. A análise desses documentos forneceu uma visão das práticas orçamentárias e dos fluxos de decisão financeira, além de mapear os atores envolvidos no processo.

Moraes e Fonseca (2017) fazem a seguinte diferenciação entre pesquisa bibliográfica e documental:

A pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com a documental, tendo em vista que a primeira diz respeito a um levantamento de bibliografia existente, quer dizer, é uma busca aos livros, “papers” e revistas especializadas sobre o assunto em estudo e a segunda versão sobre documentação histórica, demandando nos arquivos públicos, ou particulares, qualquer escrito sobre o objeto que está sendo pesquisado (Moraes; Fonseca, 2017, p. 28).

4.1.4.1 Pesquisa-ação

Nos ensinamentos de Gil (2002) a pesquisa-ação é uma modalidade de investigação que se fundamenta na experiência prática, idealizada e executada em colaboração direta com uma ação ou na solução de um desafio comum, onde pesquisadores e indivíduos que representam a situação ou questão em pauta atuam de maneira colaborativa e participativa.

Para Thiollent (2022) a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que combina a investigação científica com a prática social, buscando não apenas compreender um características, mas também intervir nele de forma colaborativa. Ela é caracterizada pela participação ativa dos sujeitos envolvidos no problema treinado, promovendo um ciclo contínuo de planejamento, ação, observação e reflexão.

Os estudos de Tripp (2005) e Barbier (2007) apresentam e discutem os principais tipos ou processos de pesquisa-ação, dentre as quais diagnóstica, participativa, empírica, experimental e técnica.

Para Barbier (2007) a pesquisa-ação diagnóstica é definida pela fase de execução de diagnóstico, em que o pesquisador se debruça para compreender a fundo a natureza de um problema específico numa situação existente, bem como estabelece esse diagnóstico e recomenda medidas para sanar o problema por meio de um plano de ação futuro. Em outras palavras, o autor descreve esse tipo de pesquisa como um procedimento focado na identificação e análise detalhada de problemas, antes mesmo de propor e implementar soluções.

Conforme Moura Junior e Silva (2024) pesquisa-ação diagnóstica é caracterizada por identificar e compreender um problema antes de realizar uma intervenção. Trata-se de uma abordagem preliminar, que visa levantar dados qualitativos sobre uma realidade social ou institucional. Essa pesquisa consiste em um levantamento sistemático de informações com a participação dos envolvidos, buscando compreender uma situação problemática para, posteriormente, propor soluções, sendo muito comum em contextos educacionais e sociais.

Barbier (2007) salienta que a pesquisa-ação participativa é um método que foca na participação ativa dos envolvidos, de modo que os participantes são colaboradores ativos no processo de pesquisa, ajudando na identificação de problemas, no desenvolvimento de soluções com a consequente implementação de mudanças.

Na pesquisa-ação participativa os sujeitos da pesquisa participam ativamente de todas as etapas, dentre elas definição do problema, coleta de dados, análise e construção da solução. É uma abordagem bastante utilizada em contexto sociais de forma democrática e emancipatória. Caracteriza-se pela participação ativa dos envolvidos na pesquisa e na ação,

havendo um comprometimento dos pesquisadores com os grupos participantes (Moura Junior; Silva, 2024).

Segundo Tripp (2005) a pesquisa-ação empírica tem ênfase na observação direta de práticas sociais ou profissionais em contextos reais. Ela busca entender os fenômenos a partir da prática, sem, necessariamente, propor intervenções imediatas. Ainda segundo o autor, esse tipo é comum em ambientes escolares e clínicos, onde os pesquisadores observam, registram e analisam ações rotineiras com o intuito de refletir sobre elas posteriormente. O foco está mais na descrição e compreensão da realidade prática do que em uma transformação imediata.

A pesquisa-ação empírica, conforme os ensinamentos de Barbier (2007), é pautada na utilização de dados e observações para compor o processo de pesquisa. Além disso, é utilizada uma abordagem organizada para a coleta e análise de dados, focando-se em evidências coletadas no campo, com o objetivo de desenvolver intervenções que de fato consigam resolver os problemas encontrados.

Moura Junior e Silva (2024) discorrem que na pesquisa-ação empírica os envolvidos são chamados a se engajarem de maneira ativa com o pesquisador para reconhecer e avaliar o problema em pauta, além de sugerir e aplicar soluções. Essa metodologia é amplamente empregada em ambientes de gestão e organizacionais.

Conforme Barbier (2007) a pesquisa-ação experimental abrange a implementação de intervenções inovadoras ou experimentais, primando-se no estudo controlado de técnicas diferentes em situações sociais praticamente idênticas. Para o autor esse tipo de pesquisa está pautado em testar novas ideias ou abordagens em um ambiente monitorados, para depois avaliar a eficácia do processo antes de uma implementação mais ampla.

Para Moura Junior e Silva (2024) a pesquisa-ação experimental objetiva a busca em testar soluções específicas dentro de um contexto real. Nesse tipo de pesquisa, os participantes são organizados em grupos de controle e de intervenção, sendo que a implementação das soluções propostas é restrita ao grupo de intervenção. Além disso essa metodologia é amplamente aplicada em áreas como saúde e educação, e se revela uma ferramenta valiosa para a análise da eficácia das intervenções, tendo como a ênfase a coleta de dados empíricos, o que permite uma avaliação mais precisa dos resultados e aumenta a confiança na aplicação das soluções sugeridas.

Haguette (2005) a partir de estudos anteriores, também distingue a pesquisa-ação em quatro tipos, tais como diagnóstica, participante, empírica e experimental, conforme descreve a seguir:

“A pesquisa-ação de diagnóstico que procura elaborar planos de ação solicitados. A equipe de pesquisadores entra numa situação existente (revolta racial, ato de vandalismo), estabelece o diagnóstico e recomenda medidas para sanar o problema (Haguet, 2005, p. 112).

- A pesquisa-ação participante que, desde o início, envolve no processo de pesquisa os membros da comunidade ameaçada, como foi feito, por exemplo, no projeto de pesquisa sobre auto-exame das atitudes discriminatórias de uma comunidade (estudo de Horthtown, perto de Nova Iorque, 40.000 habitantes, 1948) (Haguet, 2005, p. 112, 113).

- A pesquisa-ação empírica que consiste em acumular dados de experiência de trabalho diário em grupos sociais semelhantes (ex-clubes de rapazes). Esse tipo de pesquisa-ação pode levar de maneira gradual ao desenvolvimento de princípios mais gerais, como foi demonstrado pela medicina clínica (Haguet, 2005, p. 113).

- A pesquisa-ação experimental que exige um estudo controlado da eficiência relativa de técnicas diferentes em situações sociais praticamente idênticas. É a que possui maior potencial para fazer progredir os conhecimentos científicos dentro da perspectiva da cientificidade tradicional” (Haguet, 2005, p. 113).

Ademais para Thiollent (2011) a pesquisa-ação, em suas diversas formas, representa uma metodologia flexível e potente, capaz de articular conhecimento científico e intervenção social. Cada tipo de pesquisa oferece caminhos distintos, que podem ser utilizados isoladamente ou de forma combinada, conforme o objetivo da pesquisa e o contexto em que ela se insere.

Para essa pesquisa, foi adotada a abordagem metodológica da pesquisa-ação do tipo diagnóstica, utilizando-se as fases exploratória e de planejamento propostas por Thiollent (2022), tendo como objetivo principal desse estudo a realização de um levantamento sistemático de informações com envolvimento direto dos participantes, visando à compreensão aprofundada da situação e propor soluções para a resolução do problema.

A fase exploratória consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou “diagnóstico”) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações. Nesta fase também aparecem muitos problemas práticos que são relacionados com a constituição da equipe de pesquisadores e com a “cobertura” institucional e financeira que será dada à pesquisa (Thiollent, 2022, p. 56).

Nos seus primeiros contatos com os interessados, os pesquisadores tentam identificar as expectativas, os problemas da situação, as características da população e outros aspectos que fazem parte do que é tradicionalmente chamado “diagnóstico”. Paralelamente a esses primeiros contatos, a equipe de pesquisa coleta todas as informações disponíveis (documentação, jornais etc.) (Thiollent, 2022, p. 56).

O planejamento de uma pesquisa-ação é muito flexível. Contrariamente a outros tipos de pesquisa, não se segue uma série de fases rigidamente ordenadas.* Há sempre um vaivém entre várias preocupações a serem adaptadas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada (Thiollent, 2022, p. 55).

Quadro 4 - Detalhamento das fases e instrumentos usados na pesquisa-ação diagnóstica

Fase da Pesquisa-ação Diagnóstica	Instrumentos de Coleta de Dados Utilizados	Objetivos Específicos Atingidos	Percurso Metodológico Utilizado
Exploratória	Entrevista semiestruturada com representante da equipe gestora	Descreveu o processo atual de planejamento, gestão e controle do orçamento no IFTO, bem como a opinião sobre uma proposta de Orçamento Participativo para o IFTO.	Foram convidados um representante da equipe gestora responsável pela gestão orçamentária. Investigou-se, por meio de perguntas, para obtenção de respostas abertas sobre o processo de gestão orçamentária, bem como os desafios para melhoria desse processo. As entrevistas se deram de forma <i>online</i> , conforme a disponibilidade e vontade dos participantes escolhidos ou indicados. Esta fase exploratória, teve o suporte da pesquisa documental, analisando os documentos institucionais, como Plano de Desenvolvimento Institucional; informações institucionais quanto ao número de alunos e servidores. Além disso, foram analisados relatórios orçamentários do Painel de Gestão necessários a garantirem a profundidade da pesquisa. A análise desses documentos forneceu uma visão das práticas orçamentárias e dos fluxos de decisão financeira, além de mapear os atores envolvidos no processo. Além disso, contribuiu para o mapeamento do tamanho da população para se obter uma amostragem da aplicação do questionário estruturado, bem como escolher intencionalmente os representantes dos segmentos TAE, docente e discente para execução das rodas de conversas, e, na escolha dos representantes da instituição para participação na entrevista semiestruturada.

Planejamento (Diagnóstico)	Aplicação de questionário estruturado	Apresentou de forma estruturada a percepção e os anseios da comunidade acadêmica acerca do atual processo orçamentário no IFTO, além de sugestões para a construção de um modelo de Orçamento Participativo para a instituição.	A partir da obtenção do número de servidores e alunos na fase exploratória, por meio da pesquisa documental, possibilitou na obtenção do tamanho da população disponível para a obtenção de uma amostra de respondentes do questionário. O questionário estruturado, foi disparado de forma eletrônica nos e-mails institucionais e nos grupos de WhatsApp, por meio do <i>Google Forms</i> de forma anônima para obtenção de respostas fechadas.
	Rodas de conversa	Apresentou a percepção e os anseios da comunidade acadêmica acerca do atual processo orçamentário no IFTO, além de coletar sugestões que subsidiou na construção de um modelo de Orçamento Participativo para a instituição.	A escolha dos participantes se deu de forma qualitativa, trazendo os representantes dos segmentos técnicos-administrativos em educação, docentes e discentes para a composição das rodas de conversa. A quantidade de participantes das rodas de conversa totalizou em nove, sendo três do segmento TAE, três do segmento docente e três do segmento discente. As rodas de conversa se deram de forma <i>online</i> , conforme a disponibilidade e vontade dos participantes escolhidos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

De acordo com Adamy et al. (2018) a roda de conversa é uma abordagem de interatividade coletiva que visa promover ambientes de diálogo, onde indivíduos podem se manifestar, ouvir os demais e a si próprios, favorecendo o desenvolvimento da autonomia pessoal através da análise crítica, da troca de informações e da reflexão voltada para a ação.

A metodologia de coleta de dados por meio da Roda de Conversa facilita o engajamento entre o pesquisador e os participantes do estudo, pois simboliza uma forma de entrevista coletiva, conforme indicado por sua nomenclatura. Isso, no entanto, não implica que o processo seja uma troca gerencial rigidamente controlada, caracterizada por uma mera

alternância de perguntas e respostas, mas sim a incorporação de um discurso centrado em temas específicos em que os participantes são incentivados a articular suas perspectivas sobre o assunto de interesse (Melo; Cruz, 2014).

Conforme Oliveira e Gama (2024) o avanço da tecnologia da informação permitiu que as rodas de conversa fossem realizadas de forma *online*, pois as ferramentas digitais e recurso remoto vieram para facilitar o desenvolvimento da pesquisa.

Considerando o avanço da tecnologia, optamos pelo uso das ferramentas tecnológicas e digitais e do recurso remoto (online), entendendo que favoreciam o encaminhamento das diversas ações, compreendidas aqui como possibilidades facilitadoras para o desenvolvimento da pesquisa. Assim sendo, para a realização da Roda de Conversa, optamos pelo uso da ferramenta “Google Meet”, um serviço de videochamadas muito utilizado na atualidade, o qual permite, a partir de seus recursos, por meio da gravação de imagem e voz, o desenvolvimento do presente método.

Também fizemos uso do recurso “Google Documento - digitação por voz”, o qual possibilitou a transcrição da gravação da Roda de Conversa, sendo organizados e resgatados com qualidade, os tempos e a interlocução das falas em sua íntegra. Foi resguardado o anonimato dos participantes, os quais foram identificados com nomes fictícios, de modo que, ao fazer uso das transcrições na pesquisa, suas identidades foram preservadas (Oliveira; Gama, 2024, p. 7).

Segundo Marconi e Lakatos (2003) a utilização de um questionário facilita uma maior liberdade nas respostas, devido ao anonimato que ele fornece, diminuindo a probabilidade de distorção nas respostas, em decorrência da ausência de influência do pesquisador, e garante ao respondente mais tempo para que as respostas sejam entregues com maior flexibilidade de entrega.

A combinação das pesquisas qualitativa e quantitativa traz a integração das diferentes técnicas de pesquisa e utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados, dentre os quais a aplicação de questionário estruturado, a realização de rodas de conversa e a entrevista semiestruturada.

Quadro 5 - Execução das rodas de conversas da pesquisa-ação diagnóstica

	Roda de Conversa
Data	Agosto de 2025
Objetivo	• Identificou o nível de conhecimento da comunidade sobre o orçamento da instituição; • Mapeou as percepções, sugestões e críticas ao modelo atual; • Estimulou-se a proposição coletiva de diretrizes para um modelo de Orçamento Participativo.
Participantes	Quantidade de participantes foi definida na fase exploratória, em que o pesquisador mapeou, na instituição, os servidores e alunos disponíveis que

	participaram da pesquisa. A composição da roda de conversa se deu com técnico-administrativos, professores e estudantes.
Metodologia	• Acolhimento com a organização da roda de conversa; • Explicou-se a proposta da pesquisa e o objetivo de construir coletivamente, regras de participação e pacto de horário para início e término; • Efetuou-se uma breve explanação acerca do projeto de pesquisa: tema, problema pesquisa, objetivos, referencial teórico, procedimentos metodológicos, dos riscos e dos benefícios da pesquisa, e resultados esperados quanto a roda de conversa; • Leitura e solicitação de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); • Leitura e assinatura, com a concordância, do Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem; • Espaço dialógico com escuta ativa; • Contextualização; • Construção de Agendas e Encaminhamentos; • Avaliação e Fechamento.

Fonte: Adaptado de Adamy *et al.* (2018).

4.2 Universo da Pesquisa

Moraes e Fonseca (2017) descrevem o universo da pesquisa como uma comunidade da região estudada, destacando os elementos fisiográficos, históricos, políticos, religiosos, econômicos, sociais e antropológicos que podem impactar significativamente no contexto do fenômeno observado.

Dentro desse universo de pesquisa, para o presente estudado está compreendido o local e sujeitos da pesquisa necessários à compreensão do fato.

4.2.1 Local da Pesquisa

O campo da pesquisa se dará no Instituto Federal do Tocantins, nos seguintes campi:

- *Campus* Colinas do Tocantins, localizado na Avenida Bernardo Sayão, Lote 29B, Setor Santa Maria, Chácara Raio de Sol, Colinas do Tocantins – TO, CEP: 77.760-000;
- *Campus* Porto Nacional, localizado na Avenida Tocantins, A.I., Loteamento Mãe Dedé, Jardim América, Porto Nacional – TO, CEP: 77.500-000;

- *Campus* Dianópolis, localizado na Rodovia TO 040, Km 349, Loteamento Rio Palmeiras, Lote 1, Dianópolis – TO, CEP: 77.300-000.

Ressalta-se que a escolha desses campi para o processo investigativo no Instituto Federal do Tocantins, justifica-se pelo fato de representarem respectivamente as regiões norte, central e sudeste tocantinense. Essa estratégia se deve ao fato de o campo de observação ser muito grande e espaçado, podendo-se demandar muito tempo de pesquisa dentro de um cronograma relativamente curto para execução. Para tanto, o campo de pesquisa foi determinado pela técnica da representatividade qualitativa, em que uma minoria pode se tornar expressivamente mais relevante do que as opiniões da maioria da população a ser investigada.

4.2.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são constituídos por discentes, docentes e técnicos-administrativos que compõe a comunidade acadêmica da instituição. A quantidade de participantes da pesquisa-ação foi definida a partir da análise documental com a coleta de dados e informações, obtendo-se o tamanho da população de servidores e alunos disponíveis para delimitar a amostra por conveniência dos respondentes do questionário, além de escolher, de forma qualitativa, os representantes dos segmentos técnicos-administrativos em educação, docentes e discentes para composição das rodas de conversa.

Para a escolha dos participantes das rodas de conversa foi utilizada a técnica de seleção intencional, em que pesquisador escolheu intencionalmente aqueles que melhor representassem os segmentos dentro da comunidade acadêmica e, que possuísem conhecimentos e ou experiências na área de orçamento público, cuja área de conhecimento é extremamente relevante para dar maior profundidade ao fenômeno a ser estudado, além de conhecerem a realidade institucional a ser investigada. Para garantir essa escolha, o pesquisador fez um mapeamento durante a pesquisa documental, obtendo-se indicações de potenciais participantes. Além disso, houve um contato prévio com os indicados quanto à possibilidade e vontade de participação, bem como outras indicações para seleção dos participantes que fizeram parte das rodas de conversas.

Para fundamentar esses critérios de seleção, Gil (2002) traz os seguintes ensinamentos quanto a seleção intencional desses sujeitos, com o objetivo de trazer maior profundidade para a pesquisa:

Quando, porém, o universo é numeroso e esparso, é recomendável a seleção de uma amostra. Isso não significa, no entanto, que a amostra deva ser selecionada de acordo com procedimentos rigidamente estatísticos, pois estes poderiam neutralizar o efeito de conscientização que é pretendido nesse tipo de investigação. De modo geral, o critério de representatividade dos grupos investigados na pesquisa-ação é mais qualitativo que quantitativo. Daí porque o mais recomendável nas pesquisas desse tipo é a utilização de amostras não probabilísticas, selecionadas pelo critério de intencionalidade. Uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa; o que é o caso da pesquisa-ação.

A intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos. Suponha-se uma pesquisa que tenha por objetivo identificar atitudes políticas de um grupo de operários. Como a pesquisa tem como objetivo a mobilização do grupo envolvido, será interessante selecionar trabalhadores conhecidos como elementos ativos em relação aos movimentos sindicais e políticos, bem como trabalhadores sem qualquer participação em movimentos dessa natureza. As informações que esses dois grupos de trabalhadores podem transmitir serão muito mais ricas que as que seriam obtidas com base em critérios rígidos de seleção de amostra. Claro que essas informações não são generalizáveis para a totalidade da população, mas podem proporcionar os elementos necessários para a identificação da dinâmica do movimento (Gil, 2002, p. 145).

A seleção dos segmentos discente, docente e TAE como participantes das rodas de conversas, visou dar diversidade e maior amplitude na abrangência que esses participantes trouxeram ao representar a comunidade acadêmica como um todo. Ao envolver esses três segmentos no processo, a pesquisa-ação buscou capturar uma visão holística das necessidades e expectativas da instituição de forma plena.

Gil (2002) traz a seguinte ideia da importância dos sujeitos da pesquisa como sendo parte crucial de qualquer estudo, ao definir quem ou o que fornecerá as informações necessárias para responder à pergunta de pesquisa:

No primeiro momento, quando o pesquisador procura localizar os grupos adequados, procede a um trabalho de levantamento de dados dos sujeitos. Pode valer-se da observação, de questionários, de entrevistas e mesmo de registros documentais, quando estes são disponíveis. Seja, ainda, o exemplo da pesquisa sobre os efeitos do ruído sobre a audição. Para "constituir" os grupos, o pesquisador necessitará, primeiramente, identificar pessoas que se submeteram a níveis diversos de ruído ao longo da vida (Gil, 2002, p.104).

Definir os sujeitos da pesquisa exige cuidado e atenção, pois a escolha inadequada pode comprometer a validade e a confiabilidade dos seus resultados (Gil, 2002).

A população do campo de estudo é de total de 1.324 participantes, excetuando os menores de idade, composta por servidores técnicos-administrativos em educação, servidores docentes e discentes, conforme tabelas a seguir:

Tabela 7 - Alunos matriculados nos cursos superiores dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

CAMPUS	NOME DO CURSO	QUANTIDADE DE ALUNOS	
		Geral	Maiores de Idade
Colinas do Tocantins	Bacharelado em Engenharia Agrônômica	88	86
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	72	71
	Licenciatura em Computação	23	23
	Licenciatura em Pedagogia	57	56
Dianópolis	Bacharelado em Engenharia Agrônômica	143	142
	Licenciatura em Ciências Biológicas	76	76
	Licenciatura em Computação	18	18
Porto Nacional	Bacharelado em Administração	108	107
	Bacharelado em Sistemas de Informação	67	66
	Tecnologia em Logística	20	20
	Licenciatura em Computação	14	14
	Licenciatura em Geografia - EAD	128	128
	Licenciatura em Pedagogia	189	189
TOTAL		1003	996

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IFTO (2025) levantados durante a pesquisa documental.

Tabela 8 - Alunos matriculados nos técnicos integrados ao Ensino Médio dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

CAMPUS	NOME DO CURSO	QUANTIDADE DE ALUNOS	
		Geral	Maiores de Idade
Colinas do Tocantins	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	72	20
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	53	19
	Técnico em Informática Para Internet Integrado ao Ensino Médio	47	0
Dianópolis	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	161	25
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	87	6
Porto Nacional	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	159	13
	Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio	36	3
	Técnico em Informática Para Internet Integrado ao Ensino Médio	152	17
	Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	50	12

TOTAL	817	115
--------------	------------	------------

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IFTO (2025) levantados durante a pesquisa documental.

Tabela 9 - Total de alunos maiores de idade matriculados nos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

CAMPUS	QUANTIDADE DE ALUNOS	
	Geral	Maiores de Idade
Colinas do Tocantins	412	275
Dianópolis	485	267
Porto Nacional	923	569
TOTAL	1.820	1.111

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tabela 10 - Servidores em exercício dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

SERVIDORES	CAMPUS		
	Colinas do Tocantins	Dianópolis	Porto Nacional
Técnico-Administrativo em Educação	28	32	40
Docente	36	29	48
TOTAL	64	61	88

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do SUAP⁴/IFTO (2025) levantados durante a pesquisa documental.

Tabela 11 - Total da população (TAEs, Docentes e Discentes) dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

SEGMENTO	CAMPUS			TOTAL
	Colinas do Tocantins	Dianópolis	Porto Nacional	
Servidor TAE	28	32	40	100
Servidor Docente	36	29	48	113
Discente	275	267	569	1.111
TOTAL GERAL	339	328	657	1.324

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

4.2.2.1 Critérios de Inclusão e Exclusão dos Sujeitos

Como critério de inclusão, foram inseridos na pesquisa estudantes de ambos os sexos, maiores de 18 anos, devidamente matriculados nas turmas dos cursos dos técnicos integrados ao ensino médio e cursos superiores nas modalidades presenciais e EAD, no

⁴ Sistema Unificado de Administração Pública, que consiste em um sistema informatizado usado pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO) para gerir processos administrativos e acadêmicos.

Instituto Federal do Tocantins, *Campus* Colinas do Tocantins, *Campus* Dianópolis e *Campus* Porto Nacional vigentes no ano de 2025.

O critério de inclusão de servidores técnicos-administrativos e docentes levou em consideração aqueles que forem efetivos e em exercício nas referidas unidades pesquisadas.

Os critérios de exclusão da pesquisa para discentes consistiram em estudantes menores de idade, para não comprometer a fluidez do processo no que tange a autorização dos pais ou dos responsáveis. Essa abordagem evitou a complexidade e a burocratização relativas à obtenção de autorizações de pais ou responsáveis, permitindo que a pesquisa fosse conduzida de forma mais ágil e eficiente, sem comprometer a integridade dos dados.

Fizeram parte do critério de exclusão da pesquisa os discentes em situação de desvinculação dos respectivos cursos, bem como os que pudessem apresentar algum tipo de incapacidade física ou psicológica, que os impediriam de participar da pesquisa.

O critério de exclusão de docentes e técnicos-administrativos se deram aos que não são efetivos e que estivessem no gozo de licenças e afastamentos, tornando-se inviável a sua participação no momento da pesquisa. Além disso, foram excluídos de participarem os docentes e TAEs que pudessem apresentar algum tipo de incapacidade física ou psicológica, que os impediriam de participar da pesquisa.

4.2.2.2 Amostragem da Pesquisa

A presente pesquisa adotou uma estratégia de amostragem não probabilística por conveniência, em que se buscou atingir toda a comunidade acadêmica para a obtenção de repostas por adesão voluntária.

A população é constituída por toda a comunidade acadêmica, representada por servidores técnicos-administrativos, docentes e discentes maiores de idade, totalizando-se 1.324 participantes, conforme representado na tabela 11.

A comunidade acadêmica que compõe o universo pesquisado foi convidada a participar da pesquisa, sendo que a amostra final foi formada pelos participantes que efetivamente responderam ao questionário.

Ressalta-se que a pesquisa traz no seu bojo três instrumentos de coleta de dados, entrevistas, rodas de conversa e questionário, sendo que neste prevalecendo a técnica de amostragem por conveniência e nos demais a seleção intencional dos participantes.

Devido à facilidade operacional na aplicação dos questionários e o fato de se ter, em tempo hábil, uma população prontamente disponível, a amostragem por conveniência mostrou-se mais vantajosa.

A amostragem por conveniência representou uma estratégia prática para coleta de dados, pois os critérios para selecionar sujeitos ou participantes foram relativamente menos complexos em comparação com aqueles utilizados em outros métodos de pesquisa, como amostragem aleatória simples, amostragem estratificada ou amostragem sistemática.

Além disso, na amostragem probabilística há um enorme risco de os participantes selecionados, aleatoriamente, não responderem aos questionários, tornando-se uma ameaça à validade dos instrumentos de coleta de dados quantitativos, sendo estes complementares dentro de uma pesquisa predominantemente qualitativa, em que se busca dar profundidade ao estudo. das maiores. Esse problema é conhecido como não-resposta.

Na amostragem probabilística, o pesquisador garante que cada membro da população tem uma chance conhecida de ser selecionado, o que torna a amostra inicialmente representativa, no entanto, a participação é sempre voluntária. Quando uma parcela significativa dos selecionados aleatoriamente decide não responder, o risco é que o grupo de não-respondentes seja sistematicamente diferente do grupo de respondentes.

Trago um exemplo hipotético: Se o pesquisador, dentro de uma população de 1.000 alunos, seleciona uma amostra 200 alunos aleatoriamente, mas apenas os 50 mais engajados e ativos respondem, essa amostra final não será mais representativa dos 200 ou da população total. O viés de não-resposta compromete a aleatoriedade inicial e a capacidade de generalizar os resultados.

Outro fator, diversamente das metodologias de amostragem probabilística, a amostragem por conveniência não exige a formulação de listas abrangentes ou a implementação de critérios rígidos para a seleção dos participantes da amostra. Consequentemente, a busca de informações e dados essenciais é substancialmente mais simples e rápida, principalmente dentro de espaço de tempo limitado para executar a pesquisa.

É notório a amostragem não probabilística tem como principal implicação a possibilidade de ocorrer o viés, diminuindo a capacidade de inferência estatística para a população total. Contudo para essa pesquisa, buscou-se estratégias para mitigar esse risco e manter a sua validade ao aumentar da taxa de resposta, encaminhando-se múltiplos lembretes por e-mail, mensagens de WhatsApp para os não-respondentes. Além do que, procedeu-se com uma comunicação clara, e reforçando a importância da pesquisa, o caráter representativo e garantindo o anonimato e a confidencialidade.

Ademais, para os instrumentos de coleta de dados qualitativos não existem amostras numéricas, pois buscou-se a qualidade dos resultados dos dados obtidos das entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas, em que houve o contato interativo do pesquisador com os participantes.

4.3 Aspectos Éticos

A presente pesquisa foi submetida e aprovada nos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) da Universidade Federal do Tocantins – UFT, instituição proponente, e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, como instituição coparticipante, conforme os seguintes pareceres:

- UFT: Parecer 7.646.107 / CAEE 88399525.6.0000.5519
- IFTO: Parecer 7.682.170 / CAEE 88399525.6.3003.8111

As submissões foram feitas com todos os documentos necessários, por intermédio da Plataforma Brasil, para apreciação com vistas ao atendimento das exigências constantes na Resolução nº 466/12 que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a Resolução nº 510/16 no que tange aos procedimentos metodológicos que envolvam dados diretos, informações identificáveis ou que possam acarretar riscos a vida cotidiana.

O Projeto de Pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil no dia 11/11/2024 para apreciação nos CEPs da UFT e IFTO. Nessa ocasião o CEP/UFT pendenciou o Projeto de Pesquisa recomendando alterações na metodologia.

Posteriormente, no dia 27/11/2025, ocorreu a qualificação do Projeto de Pesquisa, resultando nas sugestões, feitas pela banca, de aumento da população a ser pesquisada, bem como incrementar os instrumentos de coleta de dados. Vale ressaltar que, inicialmente, o Projeto de Pesquisa tinha como objeto de estudo, apenas, a população de uma Unidade do IFTO e, somente, Entrevistas como instrumento de coleta.

Em concordância com o Orientador, para atender às solicitações da Banca, aumentou-se o campo de estudo e a população a ser pesquisada para 3 (três) Unidades do IFTO, como representação de toda a instituição, além de introduzir Rodas de Conversa e Questionários, somando-se às Entrevistas, totalizando 3 (três) instrumentos de coleta de dados.

Diante desse aumento com mudanças substanciais na metodologia de pesquisa e, após tratativas com a secretaria do CEP, ficou definido que o mais prudente seria nova submissão, para evitar novas pendências e atrasos na pesquisa. Ressalta-se que no Parecer do CEP/UFT já

havia a previsão de que se aumentasse a população e os instrumentos de coletas de dados, ocasionando em alteração substancial da metodologia, deveria proceder com nova submissão.

Devido ao calendário de reuniões do CEP/UFT ter início de suas atividades apenas no mês de abril de 2025, a nova submissão na Plataforma Brasil foi realizada no dia 25/04/2025, com todas as alterações solicitadas pela Banca de Qualificação e pendências saneadas do Parecer anterior.

O Parecer com aprovação no CEP/UFTO aconteceu, apenas, no dia 16/06/2025. No dia 01/07/2025 foi liberado o Parecer de aprovação no CEP/IFTO. No mês de julho era período de férias escolares no IFTO, com o início da coleta de dados (Entrevistas, Rodas de Conversas e Questionários) com a comunidade acadêmica (Técnicos-Administrativos, Professores e Alunos) ocorrendo, apenas, no retorno do calendário acadêmico, em agosto de 2025.

Quanto aos cuidados éticos, esses obedeceram a privacidade, a confidencialidade e o consentimento livre e esclarecido a serem garantidos aos participantes.

4.3.1 Cuidados Éticos

As medidas que foram adotadas observaram a privacidade, a confidencialidade e o consentimento livre e esclarecido que foram garantidas aos participantes, no sentido de que as informações pessoais e respostas protegidas não sejam acessadas por terceiros.

Informações sensíveis, como as opiniões pessoais dos participantes sobre a gestão orçamentária da instituição, foram tratadas com cuidado, evitando-se qualquer exposição desnecessária de suas identidades.

No que tange a confidencialidade à proteção dos dados coletados, foram assegurados que as informações fornecidas pelos participantes não sejam divulgadas de forma identificável.

Os aspectos éticos foram cumpridos de acordo com a resolução 466/12, sendo que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins e Instituto Federal do Tocantins, conforme o exposto no item anterior.

Na aplicação do questionário foi assegurada a confidencialidade por meio do anonimato de forma que não foram identificados nomes, data de nascimento e cargos. Os dados que pudessem identificar os participantes foram removidos ou codificados na análise e resultados dos dados, de modo que as respostas não possam ser associadas diretamente a nenhum indivíduo. Houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do

Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem, este para os casos das rodas de conversas e entrevistas semiestruturadas.

Nas rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas houve o esclarecimento das possíveis dúvidas sobre a pesquisa, procedendo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem.

Além disso, o acesso aos dados é rigorosamente restrito, garantindo que apenas o pesquisador tenha acesso aos dados brutos, e esses dados estão armazenadas em dispositivos seguros, protegidos por senhas e outros mecanismos de segurança digital.

Os resultados da pesquisa foram apresentados de maneira agregada, ou seja, as informações foram tratadas de forma coletiva, sem identificar individualmente os participantes e, quando as citações diretas usadas, elas não contiveram elementos que pudessem revelar a identidade do participante. Vale ressaltar que na entrevista semiestruturada, por se tratar de representantes da gestão, esses foram identificados quanto aos cargos, pois a entrevista tem como objetivo principal entender o processo orçamentário atual da instituição.

A participação na pesquisa foi voluntária sendo que foi assegurada a desistência, a qualquer momento, de continuar ou sair com absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados, a identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, com a omissão de todas as informações que permitam identificá-lo nos resultados da pesquisa, bem como a garantia, aos participantes, de livre acesso aos resultados da dessa pesquisa. Com a conclusão da coleta de dados, no caso do questionário, foi feito o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando-se todo e qualquer registro contido em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou *nuvem*.

Por fim, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e o Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem, foram devidamente assinados e entregues em formato digital aos participantes e outra via arquivada junto ao pesquisador pelo prazo de cinco anos. Esses termos foram apresentados aos participantes, explicados, em linguagem clara e acessível, o objetivo da pesquisa; os procedimentos aos quais eles foram submetidos; os possíveis benefícios e riscos; e que as informações de como seus dados seriam utilizados, protegidos e armazenados; e, principalmente, a garantia de que a participação era voluntária e o direito de desistir, a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ao participante.

A Norma Operacional nº 001/2013 Brasil (2024) conceitua TCLE ao trazer requisitos para protocolo de projeto de pesquisa, para ser submetido à revisão ética, na Plataforma Brasil, conforme o seguinte:

3 - PROTOCOLO DE PESQUISA

3.1) Protocolo de pesquisa: é o conjunto de documentos, que pode ser variável a depender do tema, incluindo o projeto, e que apresenta a proposta de uma pesquisa a ser analisada pelo Sistema CEP-CONEP. (vide Anexo II desta Norma Operacional).

3.2) Requisitos para submissão de um protocolo: O protocolo, para ser submetido à revisão ética, deverá ter seu pesquisador responsável cadastrado na Plataforma Brasil no endereço eletrônico: <http://www.saude.gov.br/plataformabrasil> e seguir as orientações para o cadastramento. Somente serão apreciados protocolos de pesquisa lançados na Plataforma e que apresentarem toda a documentação solicitada, em Português, acompanhado dos originais em língua estrangeira, quando houver.

3.3) Todos os protocolos de pesquisa devem conter:

(...);

g) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento público específico para cada pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, sobre o responsável por obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos participantes da pesquisa, ou a dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP, para apreciação; (Brasil, 2024; Norma Operacional nº 001, de 2013, 3, 3.3, g).

4.3.1.1 Riscos, Benefícios da Pesquisa e Medidas de Minimização

De acordo com Moraes e Fonseca (2017) a Resolução que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, traz os seguintes riscos e benefícios da pesquisa com seres humanos, devendo ser analisados cuidadosamente, conforme V, Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012:

V – DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico.

V.1 - As pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

a) o risco se justifique pelo benefício esperado; e

b) no caso de pesquisas experimentais da área da saúde, o benefício seja maior, ou, no mínimo, igual às alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 - São admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses.

V.3 - O pesquisador responsável, ao perceber qualquer risco ou dano significativos ao participante da pesquisa, previstos, ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deve comunicar o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP, e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo.

V.4 - Nas pesquisas na área da saúde, tão logo constatada a superioridade significativa de uma intervenção sobre outra(s) comparativa(s), o pesquisador deverá avaliar a necessidade de adequar ou suspender o estudo em curso, visando oferecer a todos os benefícios do melhor regime.

V.5 - O Sistema CEP/CONEP deverá ser informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal dos estudos por ele aprovados e, especificamente, nas pesquisas na área da saúde, dos efeitos adversos e da superioridade significativa de uma intervenção sobre outra ou outras comparativas.

V.6 - O pesquisador, o patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa devem proporcionar assistência imediata, nos termos do item II.3, bem como responsabilizarem-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa.

V.7 - Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (Brasil, 2024; Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, V).

Quanto aos riscos dessa pesquisa, não houve riscos à saúde, logo não existiu risco físico aos participantes. No entanto, o participante poderia sentir desconforto em compartilhar respostas sobre determinado tema. Para evitar essas situações, os participantes tiveram, a todo o momento a opção de não responder às perguntas contidas no formulário eletrônico no que tange ao questionário, bem como não participar das rodas de conversa e ou entrevistas semiestruturadas.

Na aplicação do questionário, foram minimizados os riscos provenientes do ambiente virtual e meios eletrônicos, em função das limitações das tecnologias utilizadas.

Os resultados provenientes das rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, quanto aos possíveis riscos foram minimizados com uso de códigos alfanuméricos com a letra P de participante e um número sequencial atribuído a cada um deles.

A gradação do risco da presente pesquisa é considerada como mínimo, pois as técnicas empregadas usaram métodos que não realizam nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos participantes da pesquisa. Os potenciais riscos foram apresentados nessa pesquisa e utilizadas estratégias de minimização, conforme detalhamento no Quadro 6:

Quadro 6 - Riscos da pesquisa e suas medidas minimizadoras

Método	Possíveis Riscos	Descrição dos Riscos	Medidas de Minimização
Aplicação de questionário	Quebra de anonimato	Risco de nomes, datas de nascimento e cargos serem divulgados	Não foram coletados dados pessoais que permitissem a identificação individual do participante. Foi assegurada a confidencialidade por meio do anonimato sem a exposição de nomes, datas de nascimento e cargos. Os dados coletados

			foram armazenados em um dispositivo eletrônico local, trancado por senha, apagando-se todo e qualquer registro contido em qualquer plataforma virtual. Os dados ficarão disponíveis por um prazo de 5 anos, e em seguida destruídos como medida preventiva para garantia de integridade dos participantes.
	Exposição e desconforto emocional	O participante pode se sentir desconfortável ao responder temas sensíveis, como a gestão orçamentária, especialmente se fizer críticas ao processo atual.	A participação foi voluntária e assegurado ao participante a opção por declinar de responder as perguntas.
	Perda de interesse por parte dos participantes	O tema pode ser técnico para alguns participantes, causando falta de interesse em contribuir ou perda de foco.	Foram utilizadas perguntas claras e objetivas. Garantiu-se que o questionário não fosse extenso e cansativo.
	Sobrecarga e esforço	A participação no questionário pode exigir tempo e esforço para alguns participantes, causando desconforto ou desinteresse.	Foi elaborado um questionário enxuto com a garantia de obtenção de repostas no menor tempo possível.
Rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas	Exposição e desconforto emocional	O participante pode se sentir desconfortável ao discutir temas sensíveis, como a gestão orçamentária, especialmente se fizer críticas ao processo atual.	Roda de conversa e entrevistas realizadas em formato virtual, mantendo-se os ambientes privados e respeitosos. Garantiu-se que a participação fosse voluntária e que o participante pudesse se retirar a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Garantiu-se que o participante tivesse a liberdade de expressar apenas achar confortável em compartilhar.

	Identificação e perda de confidencialidade	Risco de que informações específicas pudessem levar à identificação de um participante.	Embora as rodas de conversas não fossem em caráter anônimo, as falas dos participantes utilizadas não foram identificadas por nomes, mas por códigos alfanuméricos com a letra P de participante e um número sequencial atribuído a cada um deles para identificar respostas.
	Dúvida sobre o objetivo da pesquisa	Participantes poderiam temer que sua participação pudesse ser usada para outros fins que não os explicitados, ou que suas opiniões pudessem ser mal interpretadas.	Foi esclarecido detalhadamente os objetivos da pesquisa no TCLE e durante a coleta de dados.
	Perda de interesse por parte dos participantes	O tema pode ser técnico para alguns participantes, causando falta de interesse em contribuir ou perda de foco.	Utilizou-se comunicação clara do objetivo, explicando a importância do tema e como as contribuições individuais e coletivas impactariam positivamente durante o processo de pesquisa, promovendo um ambiente participativo e inclusivo. Garantiu-se explicações necessárias ao participante, para subsidiar as respostas.
	Respostas superficiais ou incompletas	Alguns participantes poderiam não se sentir à vontade para expressar opiniões ou medo em fornecer respostas superficiais devido a eventual falta de conhecimento sobre o assunto, o que poderia	Estimulou-se a expressão livre, independentemente do seu nível de conhecimento. Utilizou-se a técnica de rapport ⁵ na comunicação, que estabeleceu uma conexão positiva e de confiança entre o pesquisador e o participante da pesquisa. Essa técnica foi construída da seguinte forma: o pesquisador demonstrou interesse nas respostas dos participantes da pesquisa, mantendo-se uma escuta ativa. Nas reuniões foram

⁵ Rapport refere-se à construção de um vínculo de confiança mútua e harmonia entre indivíduos, o que serve como catalisador para melhorar significativamente a comunicação e o trabalho colaborativo.

		comprometer a qualidade da pesquisa.	utilizadas perguntas leves e progressivamente passou para temas mais complexos. Foram mostrados empatia e respeito pelas opiniões dos participantes da pesquisa, mesmo que fossem divergentes.
	Represálias ou preconceito	Participantes poderiam temer represálias por criticar processos orçamentários ou a gestão institucional.	Reafirmou-se o caráter confidencial da pesquisa. Deixou-se claro que não havia vínculos entre as respostas dadas e qualquer tipo de avaliação institucional ou administrativa.
	Sobrecarga e esforço	A participação na pesquisa poderia exigir tempo e esforço significativos dos participantes, causando desconforto ou desinteresse.	Houve a interrupção de uma roda de conversa e a retomada em outro momento. Minimizou-se o tempo necessário de participação nas rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas. Explicou-se, previamente, a duração das atividades e foi permitida a flexibilidade de horários.
	Viés nas respostas	Os participantes poderiam sentir-se inclinados a dar respostas que considerassem corretas ou desejáveis, em vez de expressar suas verdadeiras opiniões.	→ Garantiu-se que o ambiente fosse neutro e que os participantes não se sentissem pressionados a dar respostas específicas.
	Medo	Os participantes poderiam hesitar em responder, em razão do ambiente ou da presença do pesquisador.	Garantiu-se que as reuniões proporcionassem privacidade, utilizando uma abordagem acolhedora, e obteve apenas informações necessárias à pesquisa. Não houve questões constrangedoras ou ofensivas. Garantiu-se a retirada do seu consentimento prévio, com a interrupção das respostas, bem como de o pesquisador não utilizar as informações caso o participante desistisse da pesquisa. Garantiu-se uma abordagem cautelosa aos participantes, considerando seus

			valores, cultura e crenças.
Pesquisa documental	Falta de acesso a documentos sigilosos ou restritos	Alguns documentos relevantes podem ser restritos ou confidenciais, dificultando uma análise completa.	Houve a solicitação e autorizações formais de dados e informações necessários à pesquisa.
	Divulgação de dados confidenciais	Documentos que contêm informações sensíveis ou confidenciais podem ser objeto de compartilhamento ou uso inadequado, expondo dados protegidos e violando a privacidade de pessoas ou instituições envolvidas.	Solicitou-se apenas as informações consolidadas, excluindo-se dados pessoais ou outros que sejam objeto de proteção.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024) e adaptado (2025).

O quadro acima destacou os riscos e as medidas de minimização decorrentes da pesquisa, entretanto os benefícios extraídos são extremamente importantes não só para a comunidade acadêmica, mas também para a instituição como um todo.

Um dos principais benefícios esperados da pesquisa é dar maior transparência no processo orçamentário da instituição, resultado do aumento da participação e do engajamento da comunidade acadêmica no processo decisório ao estimular estudantes, professores e TAEs a contribuírem ativamente para o desenvolvimento institucional. A participação ativa na pesquisa-ação sensibilizou a comunidade sobre a importância de seu envolvimento no processo de tomada de decisões, o que fortaleceu o engajamento futuro na implementação de um orçamento participativo.

Outro benefício da pesquisa é a garantia de se dar efetividade por meio de processos eficientes e eficazes no uso de recursos públicos, quando esses forem discutidos e executados em conjunto com a comunidade, reduzindo desperdícios e priorizando ações que beneficiem a instituição como um todo.

Ademais, a pesquisa-ação trouxe a construção de um ambiente participativo, por meio de um estudo aprofundado das especificidades locais do IFTO, contribuindo para uma proposta de orçamento participativo mais aderente às realidades e necessidades da comunidade acadêmica dentro das limitações orçamentárias da instituição.

4.4 Financiamento da Pesquisa

Segundo Gil (2002) Para estimar os investimentos necessários para a pesquisa, é importante desenvolver um orçamento de maneira eficaz, que deva levar em conta os gastos relacionados a cada etapa do estudo, organizados por categorias de despesa. Esses gastos podem ser divididos em duas principais classificações, dentre elas despesas com pessoal e despesas com materiais, sendo que as primeiras costumam ser baseadas no tempo de trabalho dos integrantes, salvo em situações envolvendo consultores, que geralmente recebem pagamento por hora trabalhada e a segunda são os insumos necessários ao progresso da pesquisa.

A Norma Operacional nº 001/2013 Brasil (2024) traz requisitos para protocolo de projeto de pesquisa, para ser submetido à revisão ética, na Plataforma Brasil, conforme o seguinte:

3 - PROTOCOLO DE PESQUISA

3.1) Protocolo de pesquisa: é o conjunto de documentos, que pode ser variável a depender do tema, incluindo o projeto, e que apresenta a proposta de uma pesquisa a ser analisada pelo Sistema CEP-CONEP. (vide Anexo II desta Norma Operacional).

3.2) Requisitos para submissão de um protocolo: O protocolo, para ser submetido à revisão ética, deverá ter seu pesquisador responsável cadastrado na Plataforma Brasil no endereço eletrônico: <http://www.saude.gov.br/plataformabrasil> e seguir as orientações para o cadastramento. Somente serão apreciados protocolos de pesquisa lançados na Plataforma e que apresentarem toda a documentação solicitada, em Português, acompanhado dos originais em língua estrangeira, quando houver.

3.3) Todos os protocolos de pesquisa devem conter:

(...);

e) Orçamento financeiro: detalhar os recursos, fontes e destinação; forma e valor da remuneração do pesquisador; apresentar em moeda nacional ou, quando em moeda estrangeira, com o valor do câmbio oficial em Real, obtido no período da proposição da pesquisa; apresentar previsão de ressarcimento de despesas do participante e seus 9/14 acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação e compensação material nos casos ressalvados no item II.10 da Resolução do CNS 466/12 (Brasil, 2024; Norma Operacional nº 001, de 2013, 3, 3.3, e).

O orçamento necessário para pesquisa, teve como custeio dos seguintes itens essenciais à aplicação da pesquisa, tais como alimentação, hospedagem, combustível para condução por meio de veículo próprio, impressões, materiais de consumo, conforme Tabela 1,

que foram essenciais para garantir que o estudo fosse realizado com qualidade e dentro do prazo. Não houve reembolso de despesas com transporte e alimentação de participantes da pesquisa, pois as rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas foram realizadas em plataformas online.

O custeio do combustível, a hospedagem e a alimentação, inicialmente previstos no projeto de pesquisa, não foram necessários quanto ao deslocamento do pesquisador nos trajetos de Dianópolis/TO a Colinas do Tocantins/TO; Dianópolis/TO a Porto Nacional/TO para realização de rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, pois essas ações foram realizadas de forma online. O custeio de combustível, hospedagem e alimentação foi apenas para o trecho de Dianópolis/TO a Palmas/TO, sendo o local de residência e a cidade onde é localizada a instituição, onde o pesquisador cursa o Programa de Pós-graduação. Por fim, a pesquisa foi custeada por meio de recursos próprios do pesquisador.

Tabela 12 - Orçamento para custeio de atividades a aplicação da pesquisa.

Material/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Alimentação	UN	Variável	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Material de consumo (escritório)	UN	Variável	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Impressões	UN	250	R\$ 1,80	R\$ 450,00
Combustível	Litro	150	R\$ 6,50	R\$ 975,00
Hospedagem	Diária	3,5	R\$ 180,00	R\$ 630,00
Total			RS 788,30	RS 2.655,00

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024).

4.5 Coleta de Dados

A pesquisa-ação diagnóstica buscou a compreensão, de forma participativa, das percepções, expectativas e limitações da comunidade acadêmica do IFTO, nos Campi de Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional acerca do processo orçamentário atual, visando subsidiar a construção colaborativa de um modelo de orçamento participativo a ser proposto para a instituição. Para isso, a pesquisa utilizou, como pilares, o questionário estruturado, a entrevista semiestruturada e a roda de conversa como principais instrumentos de coleta de dados.

4.5.1 Questionário Estruturado

O questionário estruturado foi aplicado pela plataforma Google Forms aos estudantes, servidores técnicos-administrativos e docentes dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

Para a aplicação do questionário, esse estudo utilizou a técnica da amostragem não probabilística por conveniência, encaminhando o formulário para toda a comunidade acadêmica para a obtenção de repostas por adesão voluntária. Essa população tem um total de 1.324 participantes e é representada por servidores técnicos-administrativos, docentes e discentes maiores de idade, ilustrados na tabela 11.

O questionário foi disparado nas listas de e-mail institucional dos servidores (TAEs e docentes) dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional no dia 20 de agosto de 2025, bem como nos grupos de WhatsApp de forma gradativa.

No dia 26 de agosto 2025, o questionário foi reencaminhado para as listas de e-mail institucional dos servidores dos campi pesquisados, e novamente reforçado nos grupos de WhatsApp.

Novamente, no dia 9 de setembro 2025, o questionário foi reencaminhado para as listas de e-mail institucional dos servidores dos campi pesquisados, sendo reforçado nos grupos de WhatsApp.

Por fim, no dia 29 de setembro 2025, o convite para participação na pesquisa por meio do questionário foi reencaminhado para as listas de e-mail institucional dos servidores dos campi pesquisados, sendo reforçado nos grupos de WhatsApp.

A aplicação do questionário junto aos discentes foi feita de forma escalonada, devido à dificuldade que o pesquisador encontrou na obtenção dos e-mails dos estudantes junto ao IFTO, além da falta de apoio integral da instituição para o envio institucional do questionário eletrônico aos discentes.

No dia 12 de agosto de 2025 o pesquisador encaminhou à Pró-reitora de Ensino do IFTO, via SEI (Sistema Eletrônico de Informações), processo nº 23725.016835/2025-78 solicitando a disponibilização dos e-mails institucionais e ou de matrículas dos discentes em situação matriculados/cursando dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional. O retorno dessa solicitação, com os nomes e e-mails dos discentes, era imprescindível para a aplicação da técnica de amostragem probabilística, em que a amostra da população é feita de forma aleatória e por sorteio.

No entanto, no dia 14 de agosto de 2025 a solicitação foi indeferida, sob os argumentos de que o Comitê de Segurança da Informação do IFTO recomendou o

indeferimento do pedido, após analisar os normativos de programas federais e regimento Institucional.

Ressalta-se que o requerimento foi feito devidamente acompanhado dos seguintes anexos: Declaração de Concordância da Instituição Coparticipante com autorização do Reitor do IFTO; Declaração de Concordância da Instituição Coparticipante com autorização da Diretora-Geral Substituta do *Campus* Colinas do Tocantins do IFTO; Declaração de Concordância da Instituição Coparticipante com autorização do Diretor-Geral do *Campus* Dianópolis do Tocantins do IFTO; Declaração de Concordância da Instituição Coparticipante com autorização do Diretor-Geral do *Campus* Porto Nacional do IFTO; Parecer Consubstanciado aprovado pelo CEP/UFT e Parecer Consubstanciado aprovado pelo CEP/IFTO. Nesse sentido, o pesquisador se encontra devidamente autorizado a conduzir a pesquisa, sob o rigor dos critérios éticos e o compromisso assumido quanto a responsabilização por qualquer uso inadequado dos dados.

Como alternativa, no dia 20 de agosto de 2025, o pesquisador encaminhou processos SEI nº 23725.017416/2025-53, SEI nº 23725.017442/2025-81 e SEI nº 23725.017443/2025-26 às Gerências de Ensino e Coordenações de Registros Escolares dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional respectivamente. Esses processos solicitavam apoio para aplicação do questionário de pesquisa com ampla divulgação, por meio dos grupos de WhatsApp e e-mails, aos discentes em situação matriculados/cursando dos referidos campi.

O *Campus* Colinas do Tocantins não se manifestou formalmente, porém, o pesquisador obteve junto à Coordenação de Registros Escolares, no dia 1º de setembro de 2025, o encaminhamento institucional do questionário eletrônico aos discentes. No processo encaminhada ao *Campus* Dianópolis, houve, ainda no dia 20 de agosto de 2025, despacho interno às Coordenações de Curso solicitando encaminhamentos e comprovações da referida divulgação, no entanto não se teve informações acerca da efetivação do apoio solicitado. O *Campus* Porto Nacional retornou à solicitação, no dia 22 de setembro de 2025, informando que a Gerência de Ensino havia feito o uso da ferramenta Comunicador do SUAP/Ensino, enviando-se o link da pesquisa aos discentes do respectivo campus em tempo hábil.

Além dos encaminhamentos relatados no parágrafo anterior, o pesquisador buscou ações complementares para aplicação do questionário aos discentes das seguintes formas:

- Parceria feita com os docentes dos três campi que participaram das rodas de conversa. Os professores encaminharam o link do questionário eletrônico nos grupos de WhatsApp das turmas que contém os discentes elegíveis;

- Realização de ações junto aos professores do *Campus* Colinas do Tocantins que levaram suas turmas aos laboratórios de informática, disponibilizando o link do questionário na plataforma de ambiente virtual de aprendizagem, Google Classroom⁶. Nessas ações, foi oportunizado ao pesquisador convidar e falar brevemente sobre o estudo, a sua relevância para a instituição e a importância de toda a comunidade acadêmica participar. O pesquisador visitou algumas turmas, no *Campus* Colinas do Tocantins, convidando os discentes a participarem da pesquisa, falando sobre a relevância do estudo.
- No *Campus* Dianópolis, alguns docentes, em parceria com o pesquisador, convidaram as suas respectivas turmas a participarem da pesquisa, explanando-se sobre a relevância do tema.

O questionário foi elaborado na plataforma Google Forms com aplicação online e autoadministrada. Seu desenho buscou garantir clareza, objetividade e rapidez no preenchimento, estimando-se um tempo médio de 5 a 10 minutos para participação. O questionário foi elaborado com 25 questões objetivas de múltipla escolha, em que em cada enunciado foram apresentadas várias opções de resposta. O participante tinha a opção de selecionar uma única alternativa conforme seu conhecimento, percepção da realidade institucional onde está inserido e opinião que melhor se enquadrou no contexto da questão.

O questionário teve como estrutura as seguintes seções:

- Seção 1: apresentação do título, convite, finalidade da pesquisa, aprovações nos Comitês de Ética em Pesquisa e abertura ou não do TCLE.
- Seção 2: TCLE abordando os riscos, benefícios e informações gerais sobre o pesquisador;
- Seção 3: concordância ou não com o TCLE;
- Seção 4: 25 questões de múltipla escolha.

Nas seções 1, 2 e 3 se deu abertura do questionário apresentou o TCLE, esclarecendo aos participantes os objetivos da pesquisa, os riscos e benefícios, a voluntariedade da participação e as garantias de anonimato e confidencialidade. Nesta etapa, o participante deveria indicar sua concordância em participar. O objetivo principal dessas etapas foi assegurar que os participantes estivessem plenamente informados sobre a

⁶ Conhecido como Google Sala de Aula é uma plataforma digital e gratuita com a funcionalidade de um ambiente virtual de aprendizagem, com a interação de professores e alunos no compartilhamento de materiais e realização de tarefas.

pesquisa, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e normas correlatas.

As questões tinham como foco principal a caracterização sociodemográfica; os conhecimentos sobre orçamento público, democracia e orçamento participativo; a percepção da gestão orçamentária no IFTO; e a avaliação de um modelo de Orçamento Participativo, bem como o interesse em sua implementação.

Quadro 7 - Estrutura de questões do questionário

Nº	QUESTÃO
1	Com qual gênero você se identifica?
2	Qual a sua faixa etária?
3	Qual o seu vínculo com o IFTO?
4	Há quanto tempo possui vínculo com o IFTO?
5	Em qual campus do IFTO você mantém vínculo atualmente?
6	Você conhece os conceitos básicos sobre orçamento público?
7	O orçamento público deve ser planejado considerando a opinião da população?
8	Você acredita que o orçamento do IFTO é bem planejado e executado?
9	Você já participou de alguma forma do planejamento do orçamento do IFTO?
10	Em sua opinião, o orçamento do IFTO deve ser planejado com participação da comunidade acadêmica?
11	Você acredita que a democracia representativa (através de gestores eleitos) é suficiente para tomar decisões sobre o orçamento público?
12	Você conhece ou já participou de algum modelo de democracia participativa, como audiências públicas ou orçamento participativo?
13	Você acredita que mecanismos de participação, como consultas públicas e votações, podem melhorar a gestão do orçamento público?
14	Você acha que a democracia e a transparência são importantes para o planejamento e gestão orçamentária do IFTO?
15	O IFTO disponibiliza informações claras sobre a gestão do orçamento?
16	Você acha que tem espaço para opinar sobre como o orçamento do IFTO é utilizado?
17	Na sua opinião, qual é o principal desafio para uma maior transparência e participação no orçamento do IFTO?
18	Você conhece os conceitos de Orçamento Participativo e para que serve?
19	Qual a principal vantagem do Orçamento Participativo?
20	Você acredita que o Orçamento Participativo pode melhorar a gestão financeira de instituições públicas?
21	Você gostaria de participar do planejamento do orçamento do IFTO?
22	Quais mecanismos de participação você considera mais eficientes para um modelo de Orçamento Participativo no IFTO?
23	Em quais áreas você acredita que o IFTO deveria investir mais?
24	Você acredita que a implementação de um Orçamento Participativo no IFTO pode melhorar a gestão dos recursos?
25	O que te motivaria a participar de um modelo de Orçamento Participativo no IFTO?

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O questionário ficou disponível para os servidores do dia 20 de agosto a 03 de outubro de 2025, totalizando-se 45 dias de disponibilidade para participação. Para os discentes, ficou disponível do 20 de agosto a 03 de outubro de 2025 (nos estágios iniciais) e de 1º de setembro a 03 de outubro de 2025 (no estágio máximo de divulgação e realização de ações), totalizando-se 45 e 33 dias respectivamente de disponibilidade para participação.

4.5.2 Entrevista Semiestruturada

As entrevistas semiestruturadas foram feitas em formato online, pelo Google Meet, com representantes das equipes gestoras dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional. Foi convidado um representante, responsável pela gestão orçamentária, da equipe gestora de cada campus pesquisado.

A entrevista teve como objetivo descrever o processo atual de planejamento, gestão, controle do orçamento no IFTO e campus pesquisado, bem como a opinião sobre uma proposta de Orçamento Participativo para o IFTO.

As entrevistas tiveram uma estrutura com 10 perguntas abertas pré-definidas, para obtenção de respostas abertas e com flexibilidade para inserção de novas perguntas pelos participantes.

Para esse instrumento de coleta de dados não houve amostragem da população, pois o objetivo foi entrevistar apenas um representante da equipe gestora, convidando-se os Gerentes de Administração por se tratar de servidores com conhecimento técnico da realidade institucional quanto à gestão do orçamento em suas respectivas unidades.

A entrevista no *Campus* Colinas do Tocantins foi realizada no dia 06 de agosto de 2025, via Google Meet, das 15h 03min às 16h 58min, com duração total de 1 hora e 51 minutos. Com o *Campus* Dianópolis, a entrevista foi realizada no mesmo dia 06 de agosto de 2025, via Google Meet, das 19h 29min às 21h 06min, com duração total de 1 hora e 37 minutos. Por fim, a entrevista realizada com o gestor do *Campus* Porto Nacional, foi realizada no dia 13 de agosto de 2025, via Google Meet, das 08h 53min às 09h 49min, com duração total de 57 minutos.

As entrevistas foram iniciadas com breve apresentação sobre o tema; formação acadêmica e experiência profissional do pesquisador; a justificativa do porquê da pesquisa; objetivos gerais e específicos; percurso metodológico; aprovações nos Comitês de Ética em Pesquisa; e roteiro de entrevista.

Os participantes receberam o TCLE e o Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem para, até início da entrevista, retornarem os termos com as devidas autorizações.

O roteiro de entrevista composto por 10 perguntas semiestruturadas teve a seguinte estrutura, conforme APÊNDICE C:

Quadro 8 - Estrutura do roteiro de entrevista semiestruturada.

Nº	PERGUNTA
1	Como é processo de planejamento, gestão e distribuição orçamentária do IFTO? E quais são as ações que compõe o orçamento?
2	Quem são os responsáveis por definir as ações orçamentárias do IFTO e quem e ou o que lhes dão suporte para a tomada de decisão?
3	A comunidade acadêmica participa do processo de planejamento e gestão do orçamento do IFTO? Se sim, como se dá a participação na definição das prioridades e ações? Se não, na sua opinião, qual o motivo da falta de participação?
4	Na sua opinião o orçamento do IFTO é transparente e eficiente? Se sim, quais os instrumentos utilizados? Se não, quais os motivos ou as dificuldades? E o que poderia melhorar?
5	Há alguma prestação de contas da execução orçamentária do orçamento do IFTO? Se sim, como é feita e qual a periodicidade? Se não, qual o motivo ou as dificuldades?
6	O orçamento do IFTO é suficiente para atender as necessidades de ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, assistência estudantil e demais ações? Se não, fale sobre as dificuldades.
7	Qual seu conhecimento sobre Orçamento Participativo? Você acha que seria um instrumento de melhoria no planejamento e na gestão do orçamento do IFTO? Por quê?
8	Caso o Orçamento Participativo fosse implantado no IFTO, na sua opinião, quais os níveis (consultivo ou deliberativo), instrumentos de participação e qual um formato ideal (audiências, câmaras, conselhos, etc.)? Por quê?
9	Na sua opinião, quais seriam as vantagens e desvantagens; as facilidades e os desafios de implementar um modelo de Orçamento Participativo no IFTO? No caso dos desafios como eles poderiam ser superados?
10	Você gostaria de acrescentar mais alguma consideração ou sugestão sobre o processo orçamentário atual e a possibilidade de implantação de um modelo de orçamento participativo no IFTO, ou abordar algum tema objeto dessa pesquisa que não tenha sido contemplado nesta entrevista?

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

4.5.3 Roda de Conversa

As rodas de conversas foram realizadas em formato online, pelo Google Meet, com representantes dos segmentos TAE, docente e discente dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional. Foram convidados 3 TAEs, 3 docentes e 3 discentes para cada campus pesquisado, totalizando-se 9 participantes por roda de conversa.

As rodas de conversa tiveram como objetivo avaliar a percepção e os anseios da comunidade acadêmica acerca do atual processo orçamentário no IFTO, além de coletar sugestões que subsidiou na construção de um modelo de Orçamento Participativo para a instituição.

Durante a fase de projeto desse estudo, foram planejadas a realização de 2 rodas de conversas para cada campus pesquisado, sendo a primeira para identificar o nível de conhecimento da comunidade sobre aspectos orçamentários, democráticos de âmbito geral e local da instituição; mapear as percepções, sugestões, críticas e ou elogios ao modelo atual de gestão orçamentária; e estimular a proposição coletiva de diretrizes para criação de um modelo de Orçamento Participativo. A segunda roda de conversa foi planejada para devolver e validar os resultados da pesquisa com modelo de Orçamento Participativo aplicável ao IFTO. Contudo, optou-se por não realizar a segunda roda de conversa, devido aos seguintes fatores já elencados no decorrer desse estudo:

- Demora para aprovação ética, junto aos CEPs;
- Atraso quanto ao início das coletas de dados, condicionadas à aprovação ética;
- Dificuldades que o pesquisador encontrou na obtenção dos e-mails dos estudantes junto ao IFTO, bem como falta de apoio integral da instituição para o envio institucional do questionário eletrônico aos discentes, o que demandou um tempo extra para finalização da pesquisa;
- Prazo para finalização da pesquisa, devido ao calendário do programa de mestrado limitado;

Destaca-se que a não realização da segunda roda de conversa não compromete o atingimento dos objetivos da pesquisa, pois esse momento seria apenas para entregar uma devolutiva aos representantes da comunidade acadêmica. Nesse sentido, optou-se por dar essa devolutiva através de e-mail encaminhado aos participantes das rodas de conversa, oportunizando a coleta de feedback para constar nas considerações finais da pesquisa.

Além disso, o modelo construído será socializado com a comunidade acadêmica, após eventual acolhimento e aprovação da proposta pela gestão do IFTO.

Para as rodas de conversa não houve amostragem da população, mas sim a utilização da técnica de seleção intencional dos participantes, escolhendo-se aqueles que melhor representassem os 3 segmentos dentro da comunidade acadêmica e, que possuíam conhecimentos e ou experiências na área de orçamento público, além de conhecerem a realidade institucional de seus respectivos campi onde mantém vínculos.

A roda de conversa no *Campus* Dianópolis foi realizada em duas reuniões nos dias 24 e 29 de julho de 2025, pois o tempo inicialmente planejado não foi suficiente para finalizar a respectiva reunião. Reitera-se que o pesquisador, em decisão conjunta com os participantes, optou por finalizar a roda de conversa em outro dia. Essa medida visou evitar o esforço excessivo dos participantes, prevenindo-se que tal sobrecarga gerasse desconforto e, conseqüentemente, comprometesse o interesse pela pesquisa.

A primeira roda com o *Campus* Dianópolis, dia 24 de julho de 2025, teve a presença de todos os 9 participantes dos segmentos TAE, docente e discente com início às 08h 59min e término às 12h 34min, totalizando 3 horas e 35 minutos de reunião.

A segunda roda de conversa com Dianópolis, dia 29 de julho de 2025, iniciou-se com a presença de 2 TAEs, 3 docentes e 2 discentes, sendo ao todo 7 participantes. Esse total não comprometeu, qualitativamente, a execução do instrumento de coleta de dados, pois representou um percentual de 77,8% de membros, fazendo-se presente a maioria de cada segmento. Essa segunda roda de conversa teve início às 18h 53min e término às 22h 06min, totalizando 3 horas e 14 minutos de reunião.

O tempo total de reuniões, no *Campus* Dianópolis, foi de 6 horas e 49 minutos, trazendo a necessidade de buscar estratégias para reduzir o tempo de execução das próximas rodas de conversas, sem perder o aspecto qualitativo da pesquisa.

A roda de conversa, no *Campus* Colinas do Tocantins, foi realizada no dia 11 de agosto de 2025 das 18h 20min às 20h 50min, totalizando 2 horas e 30 minutos de reunião. Essa roda de conversa teve a presença de 3 TAEs, 2 docentes e 3 discentes, sendo ao todo 8 participantes. Esse total não comprometeu, qualitativamente, a execução do instrumento de coleta de dados, pois representou um percentual de 88,9% de membros, fazendo-se presente quase a totalidade e a maioria de cada segmento.

Por fim, a roda de conversa no *Campus* Porto Nacional, foi realizada no dia 21 de agosto de 2025 das 18h 45min às 21h 38min, totalizando 2 horas e 53 minutos de reunião. Essa roda de conversa teve a presença de todos os participantes dos segmentos TAE, docente e discente, representando um percentual de 100% de membros presentes.

As rodas de conversa foram iniciadas com o acolhimento; breve apresentação sobre o tema; formação acadêmica e experiência profissional do pesquisador; a justificativa da pesquisa; objetivos gerais e específicos; resultados esperados; percurso metodológico; aprovações nos Comitês de Ética em Pesquisa; regras de participação; e roteiro de conversa.

Os participantes receberam o TCLE e o Termo de Autorização para Gravação de Voz e Imagem para, até início da roda de conversa, retornarem os termos com as devidas autorizações.

O roteiro da roda de conversa foi estruturado com 20 perguntas abertas e pré-definidas, para obtenção de respostas abertas e com flexibilidade para que os participantes pudessem falar livremente sobre os temas, além de poderem acrescentar ou reformular determinadas questões, conforme APÊNDICE D:

Quadro 9 - Estrutura do roteiro de conversa - Roda de Conversa.

Nº	PERGUNTA
1	O que é orçamento público e qual sua importância na administração pública?
2	O orçamento público deve ser planejado considerando a opinião da população? Por quê?
3	A democracia representativa (através de gestores eleitos) é suficiente para tomar decisões sobre o orçamento público? Por quê?
4	Como a participação popular, como consultas públicas e votações, podem melhorar a gestão do orçamento público?
5	Os princípios de transparência e controle social garantem à eficiência na gestão orçamentária das instituições públicas? Por quê?
6	O que é Orçamento Participativo (OP) e quais são os principais benefícios na gestão pública?
7	Existem exemplos bem-sucedidos de Orçamento Participativo no Brasil e no exterior? O que podemos aprender com esses casos?
8	Quais são os desafios na implementação do Orçamento Participativo em instituições públicas?
9	Como é o orçamento do IFTO? Ele é bem planejado, distribuído e gerenciado?
10	Quais desafios a instituição enfrenta em relação ao planejamento e execução do orçamento?
11	A comunidade acadêmica participa do planejamento e gestão orçamentária do IFTO? E qual sua opinião sobre essa participação?
12	Quais dificuldades podem impedir a participação ativa da comunidade acadêmica no processo orçamentário do IFTO?
13	O atual modelo de gestão orçamentária do IFTO é democrático e transparente? Por quê?
14	Quais mecanismos poderiam ser implementados para garantir mais transparência e fiscalização no uso dos recursos do IFTO?
15	Um modelo de Orçamento Participativo pode ser implementado dentro da realidade do IFTO? Por quê?
16	Quais estratégias podem ser adotadas para incentivar a participação da comunidade acadêmica na construção do Orçamento Participativo do IFTO?
17	Para implantação de um Orçamento Participativo no IFTO, quais os níveis (consultivo ou deliberativo), instrumentos de participação e qual um formato ideal (audiências, câmaras, conselhos, etc.)? Por quê?
18	Como poderíamos pensar em um modelo de Orçamento Participativo dentro da realidade orçamentária do IFTO?

19	Quais são as vantagens e desvantagens; as facilidades e os desafios de implementar um modelo de Orçamento Participativo no IFTO? No caso dos desafios como eles poderiam ser superados?
20	Como a conversa nos ajudou a refletir sobre o tema e o que precisamos fazer para melhorar?

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

O propósito deste capítulo consiste em apresentar os resultados da pesquisa obtidos por meio do questionário estruturado, rodas de conversas e entrevista semiestruturada. Esta análise não se limitou a apresentar a números, mas aprofundar de forma qualitativa o retorno dos instrumentos de coleta de dados.

Vale ressaltar que essa pesquisa é qualitativa, em sua essência, com a complementação quantitativa para melhor credibilidade dos estudos.

Ao final das discussões foi feita uma triangulação dos dados quantitativos com as percepções qualitativas que emergiram das rodas de conversa e das entrevistas. O objetivo é demonstrar como o questionário valida estatisticamente e aprofunda o diagnóstico da pesquisa, respondendo aos objetivos específicos para viabilizar a proposição de um Orçamento Participativo para o Instituto Federal do Tocantins.

5.1 Análise Quantitativa do Questionário Estruturado

Esta seção apresenta uma análise detalhada, por questões, das respostas do questionário aplicado no âmbito da pesquisa-ação.

Para cada item, são apresentadas tabelas de frequências e percentuais, acrescidas de gráficos em formato de pizza, que realçam a contribuição percentual de cada alternativa, e ao final a discussão interpretativa. Os resultados refletem a percepção e os anseios da comunidade acadêmica acerca do atual processo orçamentário no IFTO, além de diretrizes para a construção de um modelo de Orçamento Participativo para o contexto institucional.

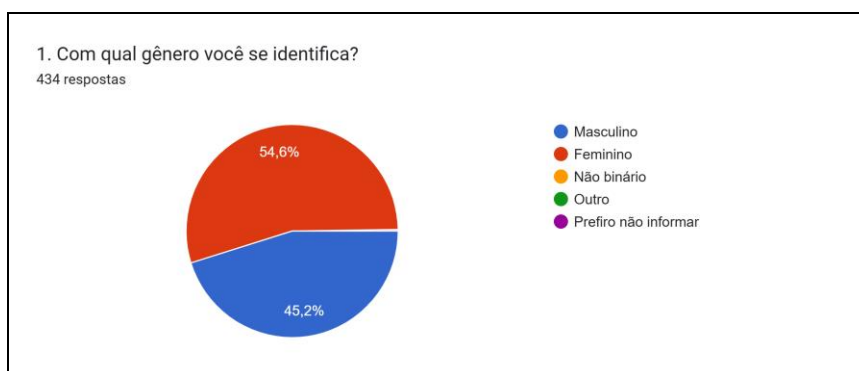
O questionário obteve uma taxa de retorno relativamente satisfatória de 33,7% com 446 respondentes de uma amostra populacional de 1.324 (Quadro 6), dos quais 434 consentiram em participar da pesquisa, conferindo credibilidade aos resultados. Foi feita a análise das 25 questões estruturadas, excluindo-se as alternativas sem respostas, conforme tabelas de 8 a 32 e figura/gráficos de 7 a 31 que se seguem:

Tabela 13 - Questão 1. Com qual gênero você se identifica?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Feminino	237	54,6%
Masculino	196	45,2%
Prefiro não informar	1	0,2
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 4 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 1.



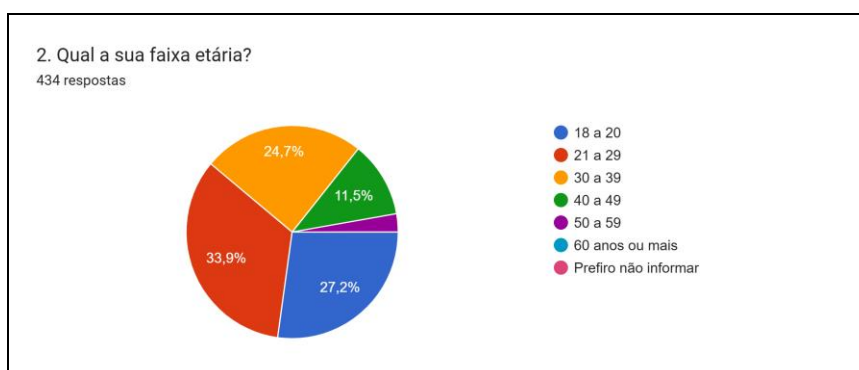
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 14 - Questão 2. Qual a sua faixa etária?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
18 a 20	118	27,2%
21 a 29	147	33,9%
30 a 39	107	24,7%
40 a 49	50	11,5%
50 a 59	12	2,8%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 5 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 2.



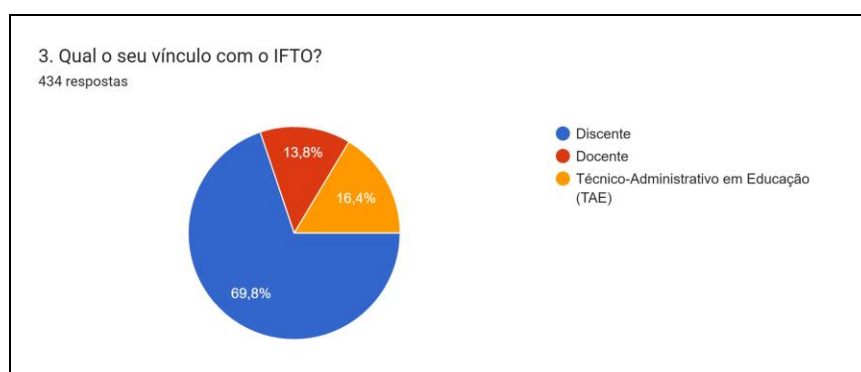
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 15 - Questão 3. Qual o seu vínculo com o IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Discente	303	69,8%
Docente	60	13,8%
Técnico-Administrativo em Educação(TAE)	71	16,4%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 6 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 3.



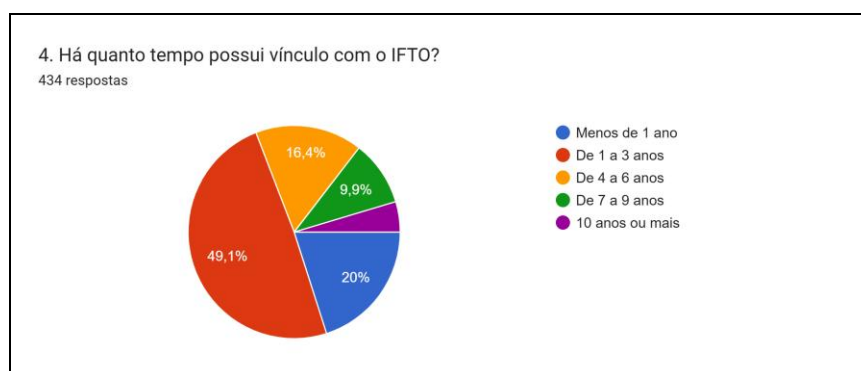
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 16 - Questão 4. Há quanto tempo possui vínculo com o IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Menos de 1 ano	87	20%
De 1 a 3 anos	213	49,1%
De 4 a 6 anos	71	16,4%
De 7 a 9 anos	43	9,9%
10 anos ou mais	20	4,6%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 7 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 4.



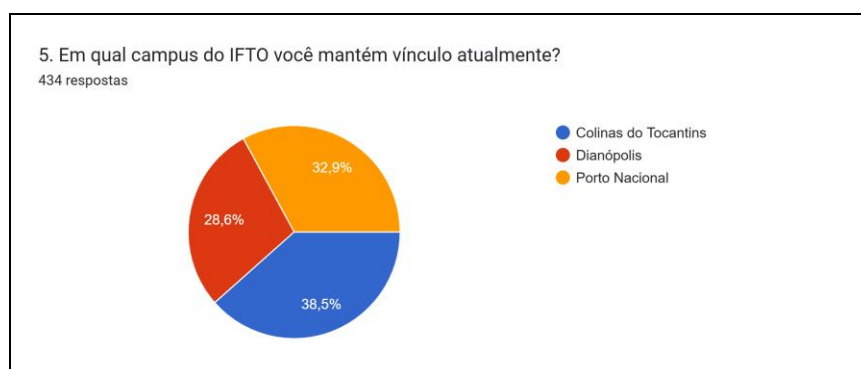
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 17 - Questão 5. Em qual campus do IFTO você mantém vínculo atualmente?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Colinas do Tocantins	167	38,5%
Dianópolis	124	28,6%
Porto Nacional	143	32,9%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 8 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 5.



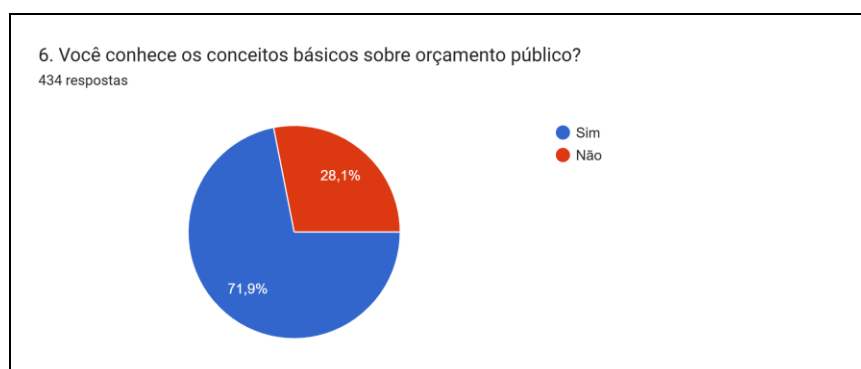
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 18 - Questão 6. Você conhece os conceitos básicos sobre orçamento público?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim	312	71,9%
Não	122	28,1%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 9 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 6.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 19 - Questão 7. O orçamento público deve ser planejado considerando a opinião da população?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, sempre	279	64,3%
Sim, mas apenas em algumas decisões	150	34,6%
Não vejo necessidade	5	1,2%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 10 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 7.



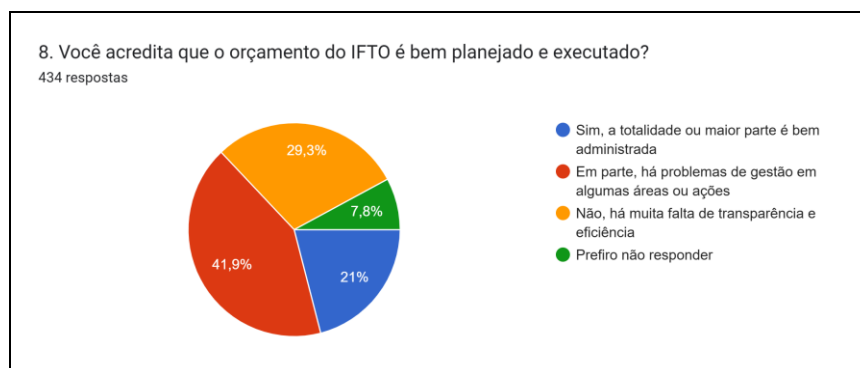
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 20 - Questão 8. Você acredita que o orçamento do IFTO é bem planejado e executado?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, a totalidade ou maior parte é bem administrada	91	21%
Em parte, há problemas de gestão em algumas áreas ou ações	182	41,9%
Não, há muita falta de transparência e eficiência	127	29,3%
Prefiro não responder	34	7,8%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 11 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 8.



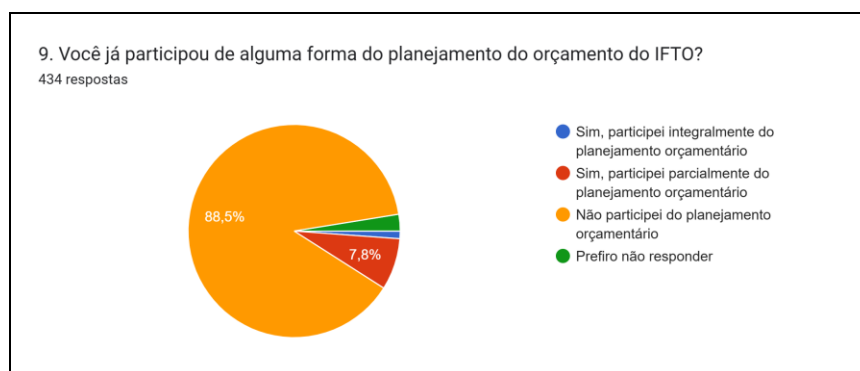
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 21 - Questão 9. Você já participou de alguma forma do planejamento do orçamento do IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, participei integralmente do planejamento orçamentário	5	1,2%
Sim, participei parcialmente do planejamento orçamentário	34	7,8%
Não participei do planejamento orçamentário	384	88,5%
Prefiro não responder	11	2,5%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 12 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 9.



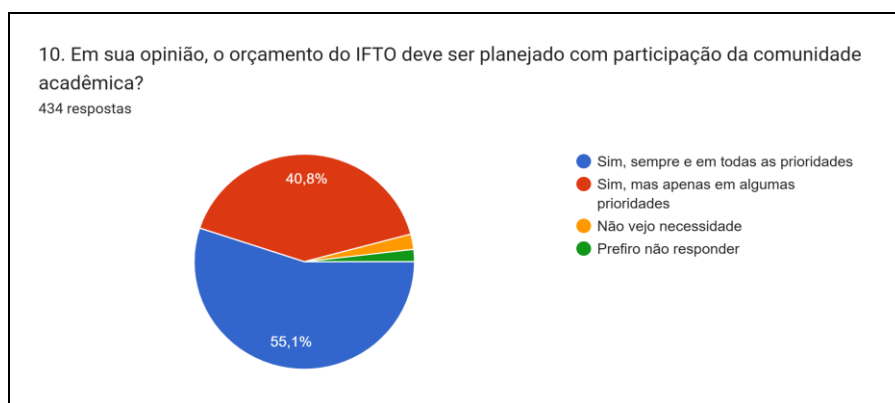
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 22 - Questão 10. Em sua opinião, o orçamento do IFTO deve ser planejado com participação da comunidade acadêmica?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, sempre e em todas as prioridades	239	55,1%
Sim, mas apenas em algumas prioridades	177	40,8%
Não vejo necessidade	10	2,3%
Prefiro não responder	8	1,8%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 13 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 10.



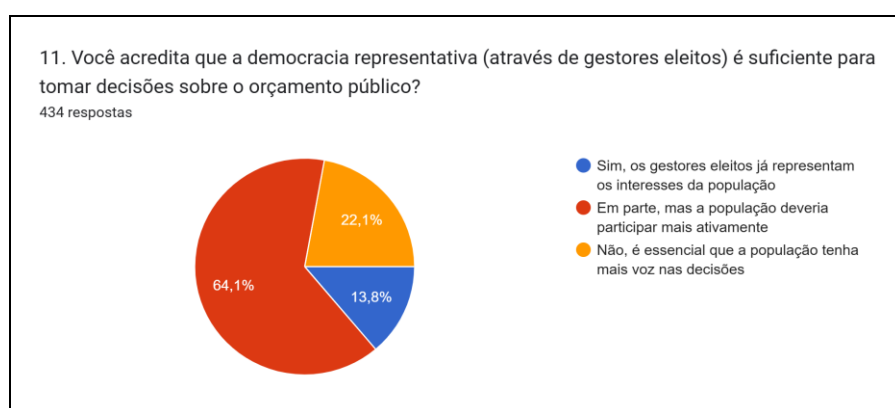
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 23 - Questão 11. Você acredita que a democracia representativa (através de gestores eleitos) é suficiente para tomar decisões sobre o orçamento público?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, os gestores eleitos já representamos interesses da população	60	13,8%
Em parte, mas a população deveria participar mais ativamente	278	64,1%
Não, é essencial que a população tenha mais voz nas decisões	96	22,1%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 14 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 11.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

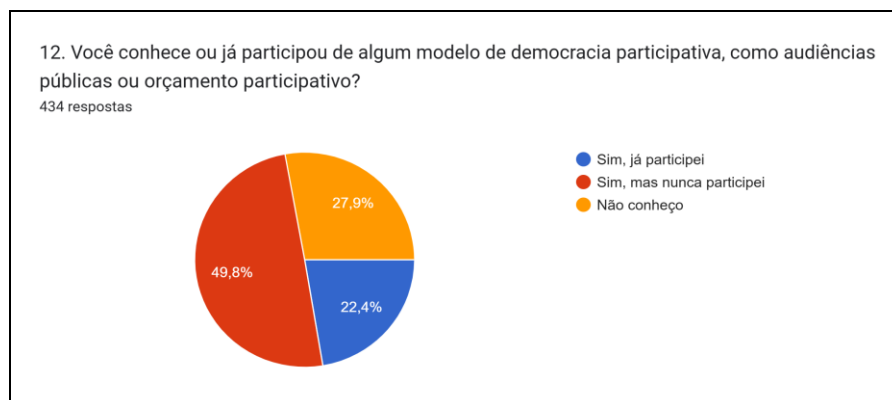
Tabela 24 - Questão 12. Você conhece ou já participou de algum modelo de democracia participativa, como audiências públicas ou orçamento participativo?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, já participe	97	22,4%
Sim, mas nunca participe	216	49,8%
Não conheço	121	27,9%

Total	434	100%
--------------	------------	-------------

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 15 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 12.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 25 - Questão 13. Você acredita que mecanismos de participação, como consultas públicas e votações, podem melhorar a gestão do orçamento público?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, aumentam a transparência e a eficiência	267	61,5%
Sim, mas só funcionam se houver ampla divulgação	151	34,8%
Não, podem tornar o processo mais burocrático	16	3,7%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 16 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 13.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 26 - Questão 14. Você acha que a democracia e a transparência são importantes para o planejamento e gestão orçamentária do IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, é essencial para garantir transparência e	343	79%

eficiência		
Sim, mas apenas em grandes decisões na aplicação dos recursos orçamentários	70	16,1%
Não vejo grande impacto na gestão	7	1,6%
Prefiro não responder	14	3,2%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 17 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 14.



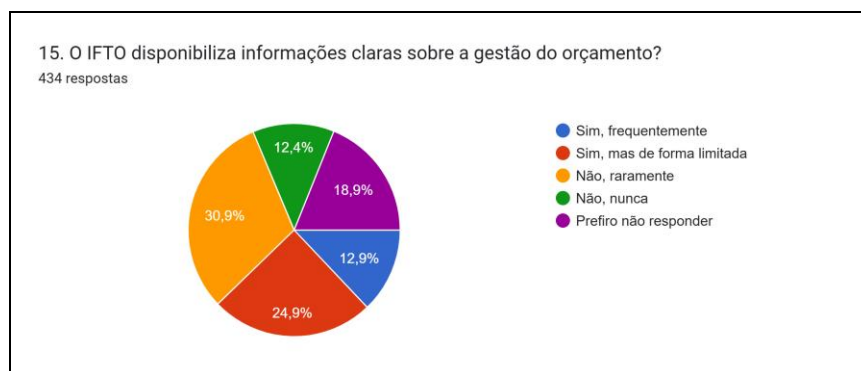
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 27 - Questão 15. O IFTO disponibiliza informações claras sobre a gestão do orçamento?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, frequentemente	56	12,9%
Sim, mas de forma limitada	108	24,9%
Não, raramente	134	30,9%
Não, nunca	54	12,4%
Prefiro não responder	82	18,9%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 18 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 15.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 28 - Questão 16. Você acha que tem espaço para opinar sobre como o orçamento do IFTO é utilizado?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, há canais para participação e sugestões	54	12,4%
Há alguns canais, mas a participação é limitada	87	20%
Não, não há espaços para participação	210	48,4%
Prefiro não responder	83	19,1%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 19 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 16.



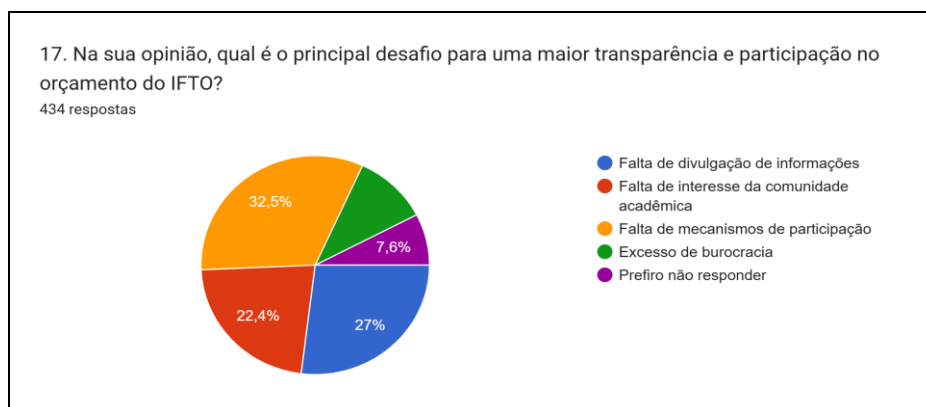
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 29 - Questão 17. Na sua opinião, qual é o principal desafio para uma maior transparência e participação no orçamento do IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Falta de divulgação de informações	117	27%
Falta de interesse da comunidade acadêmica	97	22,4%
Falta de mecanismos de participação	141	32,5%
Excesso de burocracia	46	10,6%
Prefiro não responder	33	7,6%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 20 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 17.



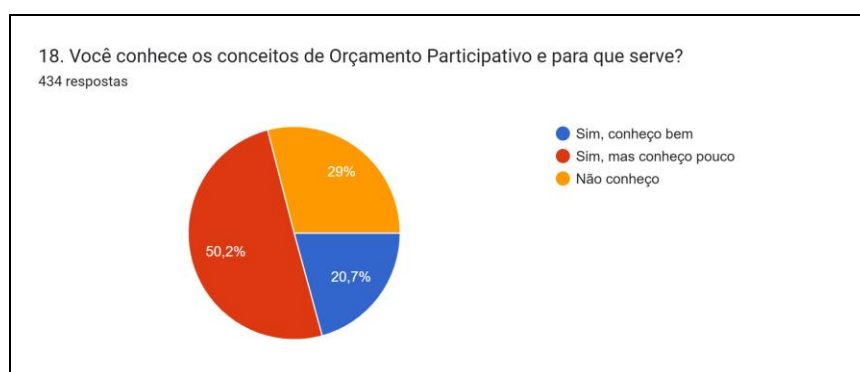
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 30 - Questão 18. Você conhece os conceitos de Orçamento Participativo e para que serve?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, conheço bem	90	20,7%
Sim, mas conheço pouco	218	50,2%
Não conheço	126	29%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 21 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 18.



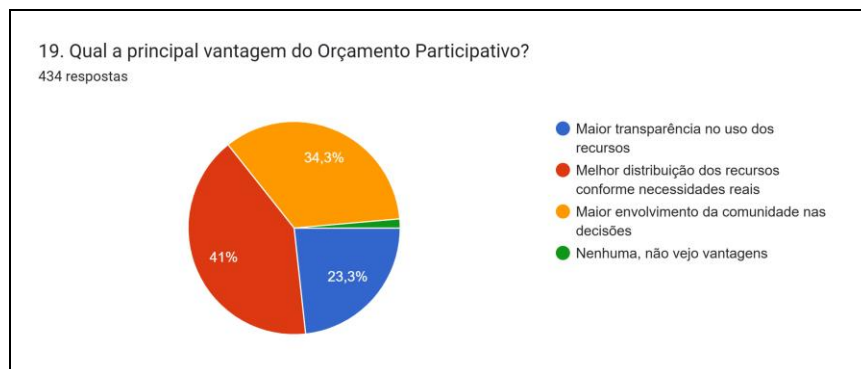
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 31 - Questão 19. Qual a principal vantagem do Orçamento Participativo?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Maior transparência no uso dos recursos	101	23,3%
Melhor distribuição dos recursos conforme necessidades reais	178	41%
Maior envolvimento da comunidade nas decisões	149	34,3%
Nenhuma, não vejo vantagens	6	1,4%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 22 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 19.



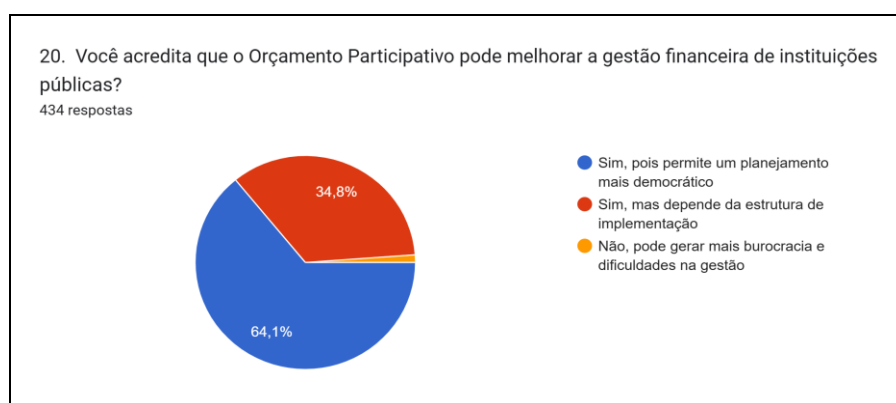
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 32 - Questão 20. Você acredita que o Orçamento Participativo pode melhorar a gestão financeira de instituições públicas?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, pois permite um planejamento mais democrático	278	64,1%
Sim, mas depende da estrutura de implementação	151	34,8%
Não, pode gerar mais burocracia e dificuldades na gestão	5	1,2%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 23 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 20.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

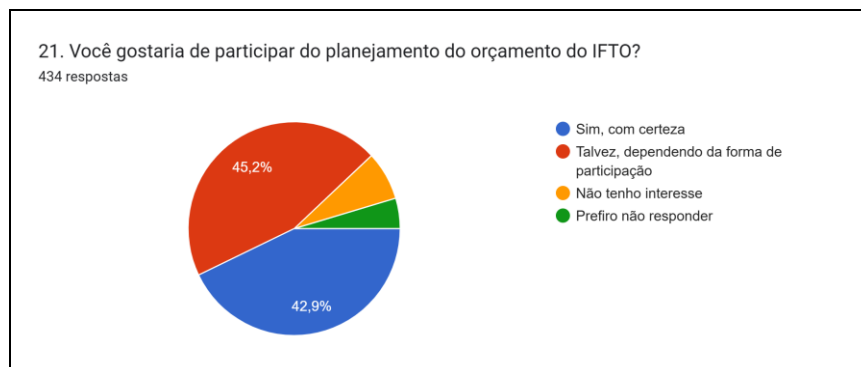
Tabela 33 - Questão 21. Você gostaria de participar do planejamento do orçamento do IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, com certeza	186	42,9%
Talvez, dependendo da forma de participação	196	45,2%
Não tenho interesse	32	7,4%
Prefiro não responder	20	4,6%

Total	434	100%
--------------	------------	-------------

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 24 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 21.



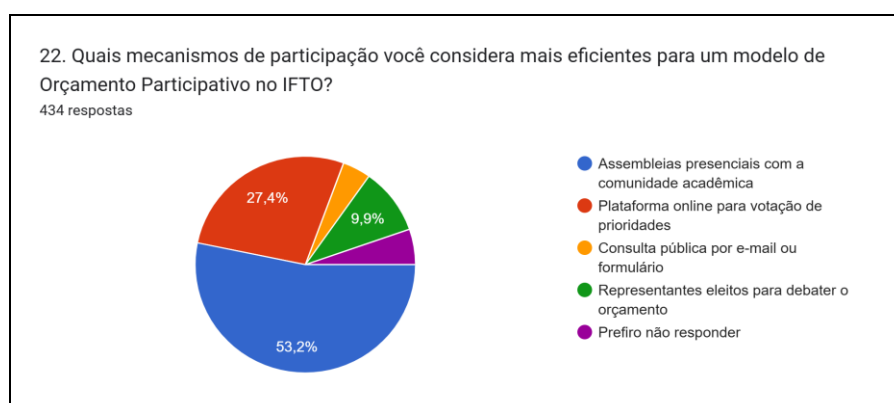
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 34 - Questão 22. Quais mecanismos de participação você considera mais eficientes para um modelo de Orçamento Participativo no IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Assembleias presenciais com a comunidade acadêmica	231	53,2%
Plataforma online para votação de prioridades	119	27,4%
Consulta pública por e-mail ou formulário	18	4,1%
Representantes eleitos para debater o orçamento	43	9,9%
Prefiro não responder	23	5,3%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 25 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 22.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

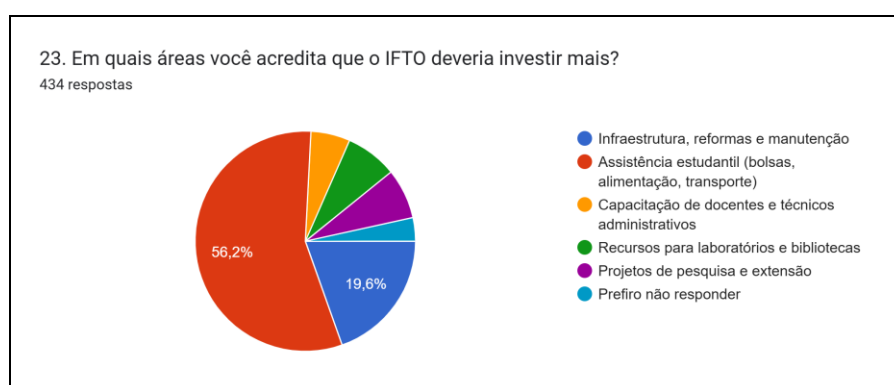
Tabela 35 - Questão 23. Em quais áreas você acredita que o IFTO deveria investir mais?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
------------------	-----------------------	-----------------------

Infraestrutura, reformas e manutenção	85	19,6%
Assistência estudantil (bolsas, alimentação, transporte)	244	56,2%
Capacitação de docentes e técnicos administrativos	25	5,8%
Recursos para laboratórios e bibliotecas	33	7,6%
Projetos de pesquisa e extensão	32	7,4%
Prefiro não responder	15	3,5%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 26 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 23.



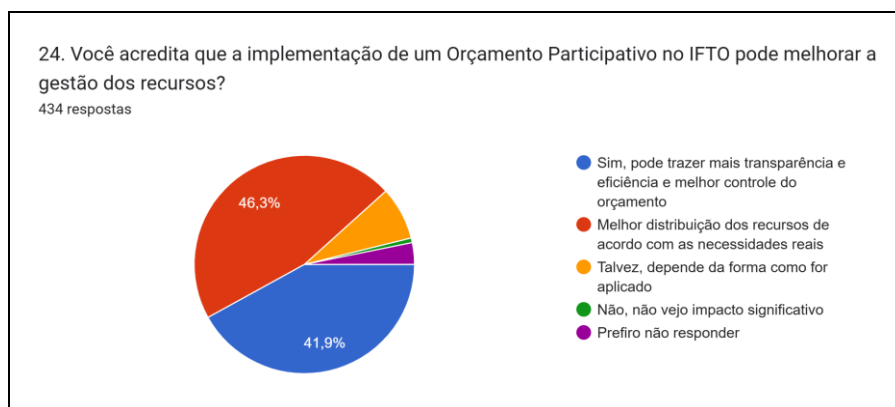
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 36 - Questão 24. Você acredita que a implementação de um Orçamento Participativo no IFTO pode melhorar a gestão dos recursos?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim, pode trazer mais transparência e eficiência e melhor controle do orçamento	182	41,9%
Melhor distribuição dos recursos de acordo com as necessidades reais	201	46,3%
Talvez, depende da forma como for aplicado	34	7,8%
Não, não vejo impacto significativo	3	0,7%
Prefiro não responder	14	3,2%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 27 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 24.



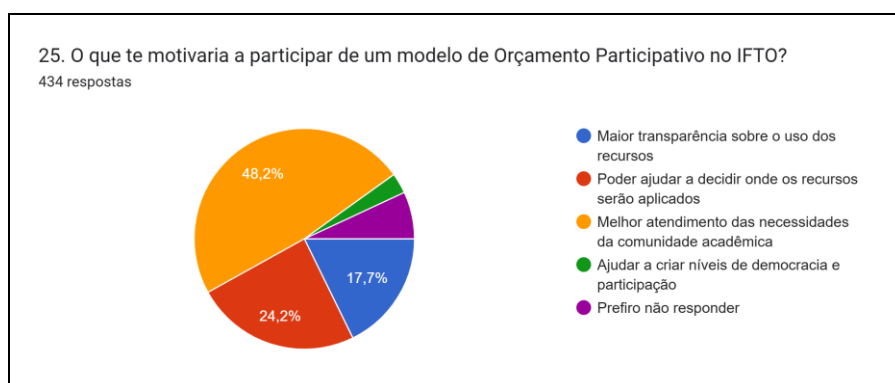
Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Tabela 37 - Questão 25. O que te motivaria a participar de um modelo de Orçamento Participativo no IFTO?

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Maior transparência sobre o uso dos recursos	77	17,7%
Poder ajudar a decidir onde os recursos serão aplicados	105	24,2%
Melhor atendimento das necessidades da comunidade acadêmica	209	48,2%
Ajudar a criar níveis de democracia e participação	13	3%
Prefiro não responder	30	6,9%
Total	434	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Figura 28 - Representação gráfica em pizza do questionário - questão 25.



Fonte: Extraído do questionário no *Google Forms* (2025).

Os dados quantitativos, apresentados acima por meio de tabelas e gráficos, foram analisados cuidadosamente e trazem as seguintes considerações:

5.1.1 Perfil dos Respondentes (Questões 1 a 5)

A amostra foi equilibrada entre os gêneros, com leve predominância feminina, demonstrando representatividade e diversidade no público participante. A faixa etária predominante concentrou-se entre 18 e 29 anos, o que caracteriza uma amostra majoritariamente jovem. Essa característica influencia a percepção sobre temas como participação, transparência e inovação na gestão pública, uma vez que as gerações mais jovens tendem a valorizar a comunicação horizontal e a inclusão nos processos decisórios.

Quanto ao vínculo institucional, observa-se o predomínio de discentes, com 69,8%, seguidos por técnicos administrativos e docentes. Essa composição nos traz uma visão mais voltada à perspectiva estudantil, centrada em demandas por assistência e condições de aprendizagem, observadas na questão 26 que trata das prioridades de investimento

Em termos de tempo de vínculo, quase metade dos respondentes possui entre um e três anos de experiência com o IFTO, devido haver muitos estudantes dentro da amostragem. Além disso, denota uma comunidade relativamente nova de casa e ainda em processo de amadurecimento institucional.

A distribuição geográfica da amostragem entre os três Campi, Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional, mostrou-se equilibrada, garantindo diversidade regional e legitimidade comparativa entre contextos distintos.

5.1.2 Conhecimento e Percepções sobre o Orçamento e a Participação (Questões 6 a 17)

O conhecimento sobre orçamento público foi declarado por, 71,9%, mais de dois terços dos participantes. Isso demonstra familiaridade conceitual, embora parte significativa de 28,1% ainda se perceba distante do tema. Tal dado reforça a importância da formação orçamentária cidadã como etapa essencial do processo de implantação do Orçamento Participativo.

Quando perguntados se o orçamento deve considerar a opinião da população (Q7), a quase totalidade dos participantes respondeu positivamente. Esse consenso revela uma cultura latente de participação, ainda que não institucionalizada. Essa disposição converge à percepção crítica sobre se o orçamento do IFTO é bem planejado e executado, em que apenas 21% acreditam que é, na totalidade ou maior parte, bem administrado. Por outro lado, a maioria reconhece limitações na transparência e na eficiência, havendo, portanto, uma demonstração simultânea de insatisfação com o modelo vigente e desejo de mudança participativa.

A participação em alguma forma do planejamento do orçamento do IFTO (Q9) é praticamente inexistente, em que 88,5% nunca tiveram esse contato. Isso explica a demanda por espaços de escuta e deliberação e confirma que o OP precisará ter caráter pedagógico e introdutório, voltado a ampliar a compreensão coletiva dos processos de gestão orçamentária.

As respostas sobre a suficiência da democracia representativa (Q11) indicam maturidade crítica, pois a ampla maioria considera que a representatividade eleitoral não traz melhorias na gestão orçamentária, sendo necessário abrir espaços diretos de participação. Tal percepção alinha-se à concepção de democracia participativa de Azevedo (2018), na qual a legitimidade decorre da necessidade de criar mais espaços de participação para o diálogo nas decisões públicas.

Ainda que a maioria dos participantes, 72,2%, conheça a ideia geral de democracia participativa (Q12), apenas cerca de 22,4% já vivenciou alguma experiência concreta, ou seja, há consciência conceitual, mas falta prática institucionalizada. Essa lacuna reforça o papel formativo do OP como ferramenta de aprendizagem democrática e formação cidadã.

Quando questionados sobre o potencial de mecanismos participativos para melhorar a gestão orçamentária (Q13), a aprovação foi quase unânime. As respostas enfatizam a transparência e a eficiência como benefícios diretos da participação. Essa percepção foi reiterada na questão seguinte (Q14), sobre a importância da democracia e da transparência, em que 95,1% dos participantes as classificaram como essenciais à gestão orçamentária do IFTO.

Evidenciando o que vem sendo analisado, a questão 15 revela que há limitações ou não informações claras sobre a gestão orçamentária do IFTO, em que 24,9% consideram limitadas e 55,8% mostram a falta de clareza de informações. Quando perguntados se há espaço para a comunidade acadêmica opinar sobre como o orçamento do IFTO é utilizado, 20% relevam ser limitado e 48,4% apontam que não há espaço para participação. Esses dados configuram um quadro deficitário de transparência de envolvimento da comunidade acadêmica na gestão orçamentária da instituição.

Por fim, ao identificar os desafios para ampliar a participação, as respostas apontaram, sobretudo, a falta de divulgação de informações, a falta de mecanismos concretos para participação e o excesso de burocracia, 27%, 32,5% e 10,6% respectivamente. Somando-se a isso, 27% entendem que há desinteresse por parte da comunidade acadêmica, revelando um contexto preocupante. Se por um lado a instituição não dá meios de participação, por outro falta engajamento dos envolvidos. Essa combinação, de desinteresse e falta iniciativa da

instituição pode estar gerando um cenário de distanciamento entre gestão e comunidade acadêmica.

5.1.3 Anseios e Opiniões em Relação ao Orçamento Participativo (Questões 18 a 25)

O conhecimento sobre o Orçamento Participativo (Q18) é predominantemente superficial, pois cerca de metade, 50,2%, afirma conhecer pouco, e quase um terço com 29% admite não conhecer. Esse dado é fundamental para o desenho do programa, pois demonstra que, antes de qualquer implantação do OP, o IFTO precisa implementar ações de geração de conhecimento orçamentário e sensibilização participativa.

Quanto às vantagens do OP (Q19), os participantes destacaram três dimensões centrais: melhor adequação às necessidades reais (41%), maior envolvimento da comunidade nas decisões (34,3%) e aumento da transparência (23,3%). Trata-se de uma visão madura, que compreende o Orçamento Participativo não apenas como mecanismo técnico, mas como instrumento de democracia e legitimidade institucional.

A crença de que o OP melhora a gestão financeira é praticamente unânime com o entendimento de 64,1% dos participantes (Q20). Contudo, muitos, 34,8%, condicionam essa eficácia à existência de estrutura e planejamento adequados. Ou seja, reconhece-se o valor do instrumento, mas também a necessidade de se institucionalizar de forma responsável e bem estruturada.

Sobre o desejo de participar da gestão orçamentária do IFTO (Q21), os resultados são expressivos com 42,9% dos participantes querer envolvimento integral e 45,2% a depender da forma trazida de participação. Esses dados conferem interesse social para implantação do OP no IFTO, especialmente se forem oferecidos mecanismos acessíveis e transparentes.

Entre os mecanismos preferidos como diretrizes de para um modelo (Q22), destacam-se as assembleias presenciais com 53,2% e as plataformas online de votação com 27,4%, sugerindo um modelo híbrido, que combina interação direta com praticidade digital. Essa preferência reforça a ideia de que o OP deve ser simultaneamente inclusivo e moderno, garantindo representatividade e eficiência. Esse ponto analisado corrobora com a base teórica levantada por Oliveira, Barboza e Kronemberger (2023) que trazem a importância da democracia digital, a partir da combinação das práticas democráticas às inovações tecnológicas.

Nas prioridades de investimento (Q23), a assistência estudantil aparece como tema mais citado, seguida por infraestrutura física com 56,2% e 19,6% respectivamente. Essa

ênfase se explica pelo perfil majoritariamente discente da amostra e pelo contexto socioeconômico dos campi. É um sinal claro de que o orçamento participativo deverá considerar a agenda de permanência e bem-estar estudantil como eixo estratégico contra a evasão escolar.

Quando perguntados sobre os benefícios do OP (Q24), os participantes reforçaram com 41,9% que ele traria mais eficiência, controle e transparência, confirmando que o objetivo é não apenas decidir onde investir, mas compreender como e por que os recursos são aplicados. Já as motivações pessoais para participar com 46,3% se concentraram na expectativa de ver suas necessidades atendidas e ter voz nas decisões, demonstrando que a participação é vista tanto como direito quanto como oportunidade de transformação institucional.

5.1.4 Análise Geral

A leitura integrada das respostas mostra um quadro altamente favorável à adoção do Orçamento Participativo no IFTO. Há um consenso expressivo sobre a importância da transparência, da deliberação e da corresponsabilidade. Entretanto, as respostas também revelam déficits de informação e experiência, que precisam ser enfrentados por meio de formação, simplificação da linguagem orçamentária e criação de canais estáveis de diálogo.

As percepções indicam que a comunidade acadêmica reconhece a centralização das decisões e deseja uma gestão mais aberta e colaborativa. O OP surge, assim, não apenas como instrumento administrativo, mas como estratégia educativa e política, capaz de fomentar uma cultura de participação cidadã.

Em síntese, as repostas do questionário evidenciam que uma um grande potencial humano e institucional para a implementação do OP; demanda por espaços participativos reais; confiança na melhoria da gestão orçamentária por meio da deliberação; e priorização clara de áreas estudantis e de transparência. O conjunto dos dados reforça a pertinência da proposta de um modelo híbrido, progressivo e pedagógico de Orçamento Participativo, que une práticas presenciais e digitais, garantindo retorno das decisões e contribuindo para consolidar uma governança democrática e formativa no IFTO.

5.2 Análise de Conteúdo de Bardin

A análise qualitativa dos dados oriundos das rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas realizadas nos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional foi conduzida com base na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). Essa escolha metodológica, justificou-se pela necessidade de compreender, de forma sistemática e interpretativa, os sentidos manifestos e latentes nas falas dos participantes, traduzindo-os em núcleos de significação que revelam as percepções, experiências e expectativas em torno da gestão orçamentária atual do IFTO e, quanto a viabilidade e busca por diretrizes para a construção de um modelo de Orçamento Participativo para a instituição.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa a interpretação objetiva, sistemática e qualitativa das mensagens comunicadas, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. A autora destaca essa técnica como uma investigação que permite estudar as mensagens em seus diferentes níveis de significado, além de ser um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento e aplicáveis a diversos tipos de discursos.

A análise seguiu rigorosamente as três etapas clássicas descritas por Bardin: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; e (3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A seguir, cada uma delas é detalhada em sua aplicação prática aos dados coletados.

5.2.1 Pré-análise

Para Bardin (2016) a pré-análise é a primeira etapa do processo de análise de conteúdo, considerada uma fase de organização do material, onde se busca preparar e direcionar o trabalho de análise. Esta fase envolve uma análise do material coletado, com o objetivo de realizar uma aproximação inicial e permitir que o pesquisador conheça o conteúdo. Durante esse processo, o pesquisador formula hipóteses e objetivos específicos para orientar a análise, define o corpus⁷ de estudo, e estabelece os critérios de codificação.

Essa etapa é fundamental para garantir que a análise siga um caminho estruturado e que o material seja explorado de maneira coerente com os objetivos do estudo, uma preparação e planejamento detalhado (Bardin, 2016).

A etapa de pré-análise constituiu o momento de analisar o material para posterior leitura flutuante e imersão nos dados empíricos, compreendendo as transcrições integrais das

⁷ *corpus* em uma análise de conteúdo refere-se ao conjunto de documentos, textos ou materiais que serão analisados (Bardin, 2016)

rodas de conversa com representantes da comunidade acadêmica (docentes, discentes e TAEs) e das entrevistas semiestruturadas com membros da equipe gestora dos três campi.

O corpus da pesquisa foi composto por seis transcrições textuais, sendo três rodas de conversa realizadas nos Campi de Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional, com participação de diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Além de três entrevistas semiestruturadas, conduzidas com os gestores administrativos desses mesmos campi, contemplando os Gerentes de Administração responsáveis pelo planejamento e execução orçamentária local.

Esses documentos foram organizados, lidos e codificados individualmente, preservando-se as falas originais e o contexto de emissão, conforme a orientação de Bardin (2016), que recomenda o respeito à integridade semântica do discurso.

5.2.1.1 Leitura Flutuante

Nessa etapa, foi feita uma leitura inicial e completa das transcrições das rodas de conversa e das entrevistas semiestruturadas para obter uma visão geral do conteúdo e identificar temas recorrentes. Nesta fase foram identificadas as ideias centrais, padrões preliminares e contradições que emergiram das respostas e documentos.

A leitura flutuante permitiu a imersão do pesquisador no universo discursivo dos participantes, proporcionando uma visão global dos temas emergentes e dos padrões de sentido que se repetiam nas falas.

Nessa fase, identificaram-se convergências discursivas entre os três campi, tais como:

- A percepção de centralização das decisões orçamentárias na Reitoria;
- O reconhecimento da baixa participação da comunidade nos processos de planejamento e execução orçamentária;
- A presença de iniciativas pontuais de consulta, ainda sem institucionalização;
- O desejo de maior transparência e corresponsabilidade nas decisões de gasto;
- A falta de formação e de cultura participativa como entraves à democratização orçamentária.

De acordo com Bardin (2016) a leitura flutuante é uma primeira leitura livre e exploratória do material, com o intuito de permitir que o pesquisador se familiarize com os dados de forma geral e obtenha uma visão preliminar do conteúdo. Essa abordagem inicial é intencionalmente aberta e pouco estruturada, possibilitando que o pesquisador perceba

aspectos relevantes, identifique possíveis temas e estabeleça conexões iniciais que servirão de base para a codificação e análise mais sistemática nas fases seguintes. A autora considera essa etapa uma preparação fundamental para estruturar o restante do trabalho.

5.2.1.2 Organização e Seleção das Transcrições das Rodas de Conversa e das Entrevistas Semiestruturadas

Bardin (2016) descreve o processo de seleção do material como uma etapa crucial na análise de conteúdo, pois é nela que se define o corpus a ser analisado e se estabelecem os critérios para selecionar e organizar o material a ser estudado. Essa etapa inclui a preparação dos dados, a definição de um plano de codificação e a organização do material de forma sistemática, garantindo que a análise seja estruturada e conduzida de maneira rigorosa.

Nesse procedimento, conforme Bardin (2016), é de suma importância que se delimite o corpus de forma cuidadosa para que se atenda aos objetivos da pesquisa e se mantenha a coerência metodológica. A autora discute a necessidade de padronizar os procedimentos de coleta e preparação dos dados, o que envolve a transcrição das rodas de conversa e das entrevistas semiestruturadas, quando aplicável, e a organização dos dados em categorias e subcategorias para facilitar a análise subsequente.

Os instrumentos de coleta de dados qualitativos, previamente transcritos, contemplaram as respostas com um total de 12 participantes, sendo 9 para as rodas de conversa e 3 para as entrevistas. O material coletado e analisado foi revisado para verificar sua adequação à pesquisa, sendo selecionado apenas o conteúdo relevante para composição do corpus da pesquisa.

As rodas de conversa e as entrevistas semiestruturadas foram transcritas na íntegra, reproduzindo-se a fala dos sujeitos com exatidão e organizadas em arquivos individuais, sendo identificado com a letra P e numeração sequencial dos participantes cujas falas foram selecionadas.

Os documentos foram organizados em pastas temáticas, com arquivos digitais e indexados para facilitar a consulta e análise posterior.

Com base na leitura flutuante, foram definidos quais documentos seriam analisados exhaustivamente e quais serviriam como material de apoio, sendo que a escolha dos documentos se deu pela sua relevância para a pesquisa, selecionando-se aqueles que contribuirão significativamente para a compreensão do objeto de estudo.

5.2.2 Exploração do Material

Esta fase abrangeu a codificação dos dados e categorização do conteúdo, transformando as falas em unidades de registro e de contexto capazes de expressar os significados centrais presentes nos discursos.

Bardin (2016) define a exploração do material como a segunda fase do processo de análise de conteúdo, após a pré-análise, tendo como objetivo codificar os dados de maneira sistemática e organizada, que serão posteriormente analisadas. A exploração do material envolve a aplicação de técnicas de codificação e categorização, que facilitam a identificação de padrões e relações dentro do conteúdo.

5.2.2.1 Codificação

Nesta fase, os dados foram fragmentados em unidades menores de análise, isto é, unidades de registro. Essas unidades se deram por meio de palavras e expressões que trouxe as percepções dos participantes sobre o tema pesquisado.

Cada transcrição foi minuciosamente analisada, e trechos significativos, como frases ou parágrafos que expressavam uma ideia completa e relevante para o objetivo da pesquisa, foram destacados. Estes trechos foram definidos como as unidades de registro. A cada unidade de registro foi atribuído um código, ou um "núcleo de sentido", que sintetizou a ideia central daquela fala.

Bardin (2016) menciona que a codificação envolve o processo de transformar dados brutos em unidades significativas, chamadas de unidades de registro, que podem ser palavras, frases ou segmentos de texto relevantes para o estudo. Essas unidades são então organizadas em categorias, facilitando a análise e interpretação dos dados de maneira estruturada. A autora explica que a codificação pode seguir um esquema pré-estabelecido, codificação fechada, ou emergir de maneira mais livre a partir dos dados, codificação aberta. A codificação é essencial para tornar o conteúdo mais manejável e permitir que padrões e temas relevantes sejam identificados de forma objetiva e sistemática.

Esse processo resultou na identificação de 31 códigos principais, quadro 10, que foram agrupados em 5 categorias temáticas. Para garantir a coerência analítica, essa matriz de códigos e categorias foi padronizada e aplicada a todos os instrumentos de coleta de dados qualitativos. É importante ressaltar que, devido à natureza orgânica do apanhado geral e da

padronização, nem todos os códigos puderam ser identificados em todos os campi ou instrumentos.

Para auxiliar a codificação e organização dos dados, foi utilizado o *software*⁸ ATLAS.ti⁹, que permitiu a gestão de grande quantidade de dados qualitativos, facilitando a organização, a classificação e a recuperação das informações.

Quadro 10 - Códigos extraídos das rodas de conversas e entrevistas.

Nº	Código/Núcleo de Sentido
1	Exclusão e distanciamento da comunidade
2	Estrutura orçamentária fechada e centralizada
3	Transparência passiva e insuficiente
4	Comunicação institucional falha
5	Orçamento "Engessado"
6	Gestão e prestação de contas
7	Dissonância entre discurso e prática
8	Politização na alocação de recursos
9	Excesso de burocracia
10	Participação como princípio democrático
11	Responsabilização compartilhada
12	Demanda latente por democracia
13	Capital humano qualificado com alta capacidade crítica
14	Desafios técnicos do orçamento
15	Falta de conhecimento
16	Falta de cultura para o planejamento
17	Desinteresse e falta de engajamento
18	Conflitos de interesse
19	Limitações orçamentárias
20	Representatividade
21	Foco no orçamento discricionário
22	Comunicação proativa e linguagem simples
23	Implementação gradual
24	Desenho de um modelo viável
25	Capacitação como ponto de partida
26	Alinhamento com as necessidades reais
27	Controle social
28	Formação de conhecimento e construção para a cidadania
29	Eficiência da gestão
30	Legitimidade das decisões
31	Reconstrução da confiança

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.2.2 Categorização

⁸ Software é uma coleção de programas e dados que dizem a um computador, smartphone, tablet e outros dispositivos eletrônicos como executar tarefas específicas.

⁹ É um software de análise de dados qualitativos assistido por computador que facilita a análise de dados qualitativos para pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa e pesquisa de métodos mistos.

Nos ensinamentos de Bardin (2016) a categorização do material consiste em agrupar elementos com características comuns, criando categorias que permitam a organização e interpretação dos dados. Essas categorias podem ser criadas de forma dedutiva, ou seja, baseadas em teorias ou hipóteses pré-estabelecidas ou indutiva, isto é, emergindo diretamente dos dados durante a análise.

Após a codificação de todo o material, os códigos foram agrupados por semelhança e pertinência temática, dando origem a um conjunto de categorias de análise. Estas categorias funcionaram como "caixas" temáticas que organizaram o material codificado, permitindo a identificação de padrões, repetições e contradições nos discursos.

Os códigos foram analisados por meio da técnica de análise temática, em que se buscou fazer o levantamento de variáveis qualitativas de características ou conjunto delas em fragmentos de mensagens, para identificar e interpretar temas relevantes no conteúdo estudado. Essa análise ajudou a segmentar o material em unidades de significado que expressou as ideias centrais relacionadas ao fenômeno investigado.

Fazer um análise temática, consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

O tema, enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas.

O tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa etc., podem ser, e frequentemente são, analisados tendo o tema por base (Bardin, 2016, p.135).

Bardin (2016) explica que a categorização é importante para reduzir e estruturar o conteúdo de forma que seja possível identificar padrões, temas e relações significativas. Cada categoria deve ser clara, exaustiva e mutuamente exclusiva, para que a análise seja consistente e rigorosa. Esse processo ajuda a transformar o material bruto em dados significativos que responderão aos objetivos da pesquisa.

Os dados foram classificados em 5 grandes categorias analíticas (C1 a C5), alinhando-se aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico, conforme quadro 11.

Quadro 11 - Categorias criadas a partir da seleção dos códigos extraídos das rodas de conversas e entrevistas.

C	Categorização temática
C1	Diagnóstico do modelo orçamentário atual do IFTO
C2	Participação com inclusão ativa
C3	Viabilidade e desafios para implementar o OP no IFTO
C4	Diretrizes para construção de um modelo
C5	Benefícios esperados do Orçamento Participativo

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os 31 códigos foram agrupados nas 5 categorias, conforme os padrões e ideias comuns em um conjunto de dados, usando-se a técnica de análise categorial que possibilitou a inferência das frequências em determinada categoria temática, conforme tabela 8.

Tabela 38 - Frequências de códigos por categoria de análise.

Frequência de Ocorrência de Códigos/Categoria			
Categoria		Absoluta	Percentual
C1	Diagnóstico do modelo orçamentário atual do IFTO	9	29,03%
C2	Participação com inclusão ativa	2	6,45%
C3	Viabilidade e desafios para implementar o OP no IFTO	8	25,81%
C4	Diretrizes para construção de um modelo	6	19,35%
C5	Benefícios esperados do Orçamento Participativo	6	19,35%
TOTAL		31	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A categoria mais recorrente foi C1, com 29,03% das menções, evidenciando que o foco principal dos participantes esteve no diagnóstico do modelo orçamentário atual do IFTO. Em seguida, C3 com 25,81%, destacou os desafios e a viabilidade de implementação do Orçamento Participativo. Já as categorias C4 e C5, ambas com 19,35%, indicam contribuições equilibradas quanto às diretrizes e aos benefícios esperados. Por fim, C2, com 6,45%, mostra que o tema da inclusão ativa na participação ainda foi menos explorado nas discussões.

5.2.2.3 Codificação e Categorização da Roda de Conversa no *Campus* Colinas do Tocantins

Os trechos de falas selecionados foram identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6. Além disso, as falas foram codificadas em unidades de registros, e criadas 5 categorias (C1 a C5) para agrupamentos conforme representação no quadro 10.

Quadro 12 - Codificação e categorização da roda de conversa - *Campus Colinas do Tocantins*

Categoria	Código/Núcleo de Sentido	Participante	Trecho de Fala
C1 - Diagnóstico do Modelo Orçamentário Atual do IFTO	Exclusão e distanciamento da comunidade	P1	“A falta de participação dessa comunidade acadêmica gera um distanciamento entre a comunidade e a gestão.”
		P6	"O auxílio de vulnerabilidade social... a gente fez há muito tempo atrás, só que até hoje a gente não tem uma devolutiva do que aconteceu, o que vai acontecer, o que pode estar acontecendo no momento. [...]as pessoas que poderiam ter participado, mas por causa de uma não devolutiva anterior, não vai gerar esse desejo de participar futuramente."
	Estrutura orçamentária fechada e centralizada	P5	“Eu acabei aqui de lembrar que esse orçamento eu vejo ele até como democrático dentro do campus, mas eu não vejo ele democrático no sentido do orçamento que vem da reitoria...” “Eles têm o orçamento deles lá e aí eles decidem o que vão pagar, quais são as despesas que no final do ano eles pagam ou por exemplo, alguns eventos que eles vão bancar, e o que não vão bancar... e eu não acho tão democrático.”
	Transparência passiva e insuficiente	P5	“[...]eu acredito sim que o orçamento público ele deve ser planejado considerando a opinião da população, né, além da democracia, né, ela traz a legitimidade para as escolhas que são feitas pelo gestor. “Por exemplo, porque geralmente é só colocado em uma reunião, posto em uma reunião, quem tá pode falar, quem não tá não pode falar... eu só acho que esse processo dentro do campus, ele deveria ser mais organizado.”
		P3	“Então assim, eu penso que quando a gente pensa em orçamento público e orçamento público e gestão democrática, é pensar a sua amplitude e democracia é isso. Mesmo aquele que não tem, não entende, ele tem sim que ser oportunizado a participação.”
	Comunicação institucional falha	P3	“Eu acho que essa que é a questão que fica, mas certamente alta jornada de trabalho, certamente distanciamento, [...], certamente falta de conhecimento, falta de conscientização sobre a importância de discussão desses orçamentos...”

	Orçamento "Engessado"	P4	[...] “que às vezes a gente logicamente que a gente sabe se tem algumas despesas que agora até tô às vezes 90% já tá amarrado ali, não tem muito o que fazer, meio difícil, mas só essa contribuição.”
	Dissonância entre discurso e prática	P4	“Porque eu até tenho uma certa preocupação quando assim quando a gente fala questão de só apresentar os dados [...] às vezes apresenta, chama, apresenta os dados e tudo lá. Vou dizer que mas só para legitimar o que a instituição vai fazer, né? As decisões já estão tomadas, já está tudo posto.
C2 - Participação com Inclusão Ativa	Participação como princípio democrático	P3	“Pensar orçamento sem a população não faz sentido, estamos em uma sociedade democrática de direito.” “Em um sistema democrático [...] a participação popular não é só importante, ela é essencial.
	Responsabilização compartilhada	P4	“Para o gestor é difícil, mas é bom poder compartilhar a responsabilidade.” “É bom compartilhar as decisões, o peso não fica só no gestor.” “Quando a comunidade entende e participa, a gestão fica mais leve.”
C3 - Viabilidade e Desafios para Implementar o OP no IFTO	Demanda latente por democracia	P3	“Então assim, eu penso que quando a gente pensa em orçamento público e orçamento público e gestão democrática, é pensar a sua amplitude e democracia é isso.”
	Desafios técnicos do orçamento	P3	“Questões tão técnicas em coisas inteligíveis, né, para uma população que muitas vezes não tem o domínio técnico da situação.” “Eu acho que esse é o grande desafio.” “Mas por ser um desafio, não significa fazer disso um silêncio à aqueles que não entendem.” “Cabe à gestão traduzir a linguagem técnica.”
	Falta de conhecimento	P4	“[...] tem que tomar o cuidado de como vai passar para a população, né, instruir também a população até para consiga também dar uma devolutiva que é condizente.”
	Desinteresse e falta de engajamento	P2	“Eu também acredito que o baixo engajamento ele acontece por muitas vezes a pessoa se sentir assim: “Ah, eu tô falando, falando, falando, não tão ouvindo, não estão dando bola, então não vou falar mais, não vou ficar.” “E assim para resolver [...] o baixo

			engajamento, a questão, eu acredito que ainda é tentar abraçar mais a comunidade, né, ela se sentir ouvida e respondida[...].”
		P6	“Às vezes é a falta de interesse, às vezes é a falta de tempo, às vezes é falta de informação, mas a comunidade do IFTO, comunidade estudantil, não é interessada.” Como [...] membro de movimentos estudantis, eu posso falar com 100% de autoridade, que a comunidade acadêmica de Colinas é muito, muito defasada.” “Não participam efetivamente de nada.”
	Conflitos de interesse	P2	“O conflito de interesse também, eu acho que pode pesar no orçamento participativo.” “Cada segmento ali tentando trazer ali pro seu lado.”
	Limitações orçamentárias	P5	“Então, às vezes, essas limitações, essas limitações orçamentárias e legais, elas limitam muito a gente de fazer o que precisaríamos.”
C4 - Diretrizes para Construção de um Modelo	Representatividade	P2	“Tudo isso também tem que ser passado debates, para cada um poder participar ali e se sentir representado.”
		P4	“[...] que o agricultor possa participar, que a quebradeira de coco possa participar, que o médico possa participar, que cada um tem essa representatividade, no final ele tem essa representatividade de todos.”
	Foco no orçamento discricionário	P5	“[...] essa reunião, não só no início e final de ano, que acaba sendo datas próximas e não tão próximas, eu acho que daria melhor para gerenciar esses orçamentos que sobram, que já são poucos.”
	Comunicação proativa e linguagem simples	P3	“Cabe a quadros técnicos transformar questões técnicas em algo inteligível.”
		P2	“Então assim, quando a gente faz o orçamento participativo, a gente entende que teria uma clareza no processo.”
	Implementação gradual	P1	“Não dá pra mudar tudo de uma vez, tem que ser aos poucos.” “A ideia é melhorar os processos, não substituir o trabalho da gestão.”

	Desenho de um modelo viável	P2	“Penso que tem que ser conversador, segmentado em alguns momentos, tentar ver as necessidades de cada segmento, de cada setor e colocar em propostas e debates[...]”. “E assim, se a gente conseguisse criar grupos de trabalho, para olhar cada necessidade ali, de cada setor, talvez a gente consiga avançar, nesse modelo.” “uma coisa talvez também tenha que ser importante dentro do modelo participativo que ele sempre tem que olhar pro PDI, que é o plano de desenvolvimento institucional [...] é feito ali de quatro a 5 anos, se eu não me engano.”
		P3	“Acho que tem que ser múltiplos.” “[...] inclusive de colher demandas e deliberações mais ativas, você fazer audiências com macro assuntos, mas do que micro assuntos e que sejam deliberados por conselhos ou por um outro. [...] tipo de órgão representativo ali que se ocupe de ter paridade, equidade, de sexo, gênero, raça, e segmentos da comunidade etc.”
C5 - Benefícios Esperados do Orçamento Participativo	Alinhamento com as necessidades reais	P3	“Então, dentro do princípio de gestão democrática, fazer a participação, trazer uma voz ativa, uma escuta ativa, organizar as demandas, vincular as necessidades concretas com que se vai gastar, se vai se investir.”
	Controle social	P2	“Que é onde a população, quem tá ali na frente poderia fiscalizar e influenciar esses recursos [...]e aí com isso a gente teria uma melhor forma de um controle social.”
	Formação de conhecimento e construção para a cidadania	P1	“Forma uma comunidade acadêmica consciente sobre o uso dos recursos.” “A gente aprende o que é orçamento e entende que tudo tem limite.”
	Eficiência da gestão	P3	“[...]é fundamental, né, a questão da eficiência da máquina pública, eficiência e transparência, que são, eu imagino que conceitos que andam ali lado a lado, não sendo possível alcançar sem o devido planejamento de como utilizar e otimizar esses recursos.”
	Legitimidade das decisões	P3	P2 - “Quando mostram o orçamento, né, legitima porque todos sabem o que foi decidido.” “A legitimidade vem quando é deliberado coletivamente.”

	Reconstrução da confiança		“Quando é decidido junto, ninguém questiona depois [...] as pessoas passam a confiar mais na gestão.”
--	---------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.2.4 Codificação e Categorização da Roda de Conversa no *Campus* Dianópolis

Os trechos de falas selecionados, no *Campus* Dianópolis, foram identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6 mantendo-se as 5 categorias (C1 a C5) criadas para agrupamento dos códigos registrados, conforme no quadro 13.

Quadro 13 - Codificação e categorização da roda de conversa - *Campus* Dianópolis

Categoria	Código/Núcleo de Sentido	Participante	Trecho de Fala
C1 - Diagnóstico do Modelo Orçamentário Atual do IFTO	Exclusão e distanciamento da comunidade	P1	“Muitas vezes as decisões [...] são decididas apenas por um grupo minoritário que está na gestão. Esse grupo não consulta a base [...]”
		P3	“A gente não tem poder de ser escutado e nem poder de tomar uma decisão de forma coletiva.”
	Estrutura orçamentária fechada e centralizada	P4	“Nós não temos uma visibilidade do que nós gastamos. Qual o destino desses recursos? Nós estamos aplicando onde? Para onde? Qual o objetivo? Para que serve esse ponto?”
	Transparência passiva e insuficiente	P3	“[...] Em relação à transparência, por mais que se coloque em planilha, algumas coisas ficam muito soltas, certo? Muitos outros. [...] um exemplo, gastos com... como não tem... gastos normais, mas como foi distribuído esses gastos, certo? Porque foi investido em tal área. Então isso não tem uma transparência.”
		P1	“Não estão garantindo ciência na gestão devido a isso eu acho que tem que ter mais aproximação [...]. Não basta se colocar em planilhas tem que se conversar. [...]quando a gente fala em transparência na minha perspectiva não basta você colocar as planilhas lá nos sites e nem só divulgar no e-mail.”
	Comunicação institucional falha	P5	“Os alunos não sabem o que é orçamento público [...] nunca há esclarecimento sobre isso.”

	Orçamento "Engessado"	P2	"Todo começo de ano a gente recebe que o orçamento está apertado [...] e a gente tem que se virar com aquilo."
	Dissonância entre discurso e prática	P5	[...] princípios de transparência e controle social garantem a eficiência na gestão orçamentária das instituições públicas. Vejo que não porque não adianta só eu colocar as planilhas lá no site. [...] antigamente algum tempo atrás tinha aquelas reuniões que ainda mostrava as tabelas aí colocava lá a gente tinha tanto foi gastando. [...] eu não lembro de ter tido essa reunião de mostrar a tabela, que antes em 2020, 2019 para trás tinha essa reunião que mostrava a tabela a gente tem tanto para gastar foi gastando e tudo eu sinto falta dessa reunião eu sei que essa reunião ela não é suficiente, mas essa reunião trazia mais a proximidade desse tema para a comunidade do que só as planilhas."
	Politização na alocação de recursos	P2	"Coordenadores são indicados [...] e às vezes não da área. Então o interesse da gestão define onde o orçamento é aplicado."
	Excesso de burocracia	P4	"Os processos licitatórios são engessados, não atendem à realidade local."
C2 - Participação com Inclusão Ativa	Participação como princípio democrático	P1	"Como é que eu vou aprender a ser democrática se isso não é ensinado na escola?"
		P3	"[...] já imaginou, por exemplo, o prazer que seria de um pai, de uma mãe, de saber, poxa, eu estou sendo chamado para a instituição para estar dialogando sobre a questão da transparência do orçamento, onde o meu filho, a minha filha, estuda. [...] isso aí é um ganho institucional enorme."
	Responsabilização compartilhada	P3	"Você tem que ouvir a comunidade [...] para uma melhor destinação do recurso."
C3 - Viabilidade e Desafios para Implementar o OP no IFTO	Demanda latente por democracia	P3	"A grande dificuldade é a democratização das informações [...] isso é um grande gargalo."
		P4	"[...] se houvesse esse esclarecimento, com certeza nós evitaríamos muitos problemas do ponto de vista até de relação entre pais e gestão. Então, democracia e transparência no serviço público passam por isso. Nós não podemos ter um receio, né? medo de fazer esse tipo de diálogo. A crítica, ela faz parte do processo, nós somos seres sociais."
	Capital humano	P1	"Nós temos profissionais capazes, mas falta

	qualificado com alta capacidade crítica		espaço para exercer essa criticidade.”
	Falta de conhecimento	P2	“Os alunos e técnicos não sabem o que é orçamento público [...] aprendem aqui.”
	Falta de cultura para o planejamento	P2	“É difícil planejar os gastos sem escutar quem está no cotidiano.”
	Desinteresse e falta de engajamento	P1	A questão da transparência. [...] de estar ali os balanços disponíveis em sites, de tabelas, de todo tipo de acesso à informação que nós temos. Eu acho que a principal preocupação que a gente tem que ter aqui é se nós estamos trabalhando para que haja democracia e transparência, porque se também não houver movimento da nossa parte para que essa democracia e essa transparência sejam mesmo exercidas e implantadas dentro do campus, é impossível que isso aconteça. [...] Porque apenas falarmos a respeito da democracia e da transparência, mas não irmos realmente atrás [...], eu acho que não tem impacto nenhum. A fala pode até tocar em certos locais, mas a atitude toca em locais muito mais profundos. Nós temos procurado essa democracia e essa transparência dentro da instituição? Ou é só uma coisa que é cobrada, mas nós não temos nos levantado para que isso realmente aconteça?”
	Conflitos de interesse	P6	“Os recursos são escassos e as necessidades da comunidade são imensas.”
	Limitações orçamentárias	P2	“[...] mas a gente sabendo também dentro da limitação do orçamento do ano, porque a realidade orçamentária também é contemplada, a maior parte do orçamento é direcionada para os contratos.”
C4 - Diretrizes para Construção de um Modelo	Representatividade	P2	“Tem professor, técnico e aluno, todos têm que ser escutados.”
	Comunicação proativa e linguagem simples	P4	“[...] é muito importante também usar uma linguagem acessível, uma linguagem possível daquele público, daquela clientela compreender. Eu acho que isso seria algo chave, fundamental, para essa democratização do espaço público.”
	Desenho de um modelo viável	P4	“Tem que ser algo que o gestor pegue e veja viabilidade real de execução.”
		P1	“[...] demandaria formação das pessoas, pensar em espaços para que essas pessoas pudessem participar. A gente falou em

			alguns fóruns, plenários, seminários, reuniões.”
		P5	“[...] o formato ideal seria audiências, câmaras, conselhos [...], tem que ter audiências na comunidade acadêmica, se vai ser por meio de câmaras ou conselhos locais. [...] Eu acredito que esse orçamento deve ser não apenas um nível, mas ele deve ser consultivo, que é escutar as demandas. Ele também tem que ter um viés de fiscalizar e de poder deliberar. O Conselho vai ser deliberativo, mas ele vai consultar a comunidade acadêmica.”
		P2	“[...] a minha sugestão é que haja uma comissão, um grupo de pessoas que fiquem responsáveis por, através de estratégias, incentivar a participação da comunidade acadêmica, de forma consultiva, [...] então teria que ser dentro da realidade, [...] ele teria que ir com demandas específicas.”
		P3	“[...] os instrumentos de participação [...]. Foros temáticos, plenárias. [...] o formato ideal seria um conselho, mas não um conselho que as pessoas são indicadas. Na minha opinião não poderia ser um conselho em que pessoa é indicada por causa do cargo que ocupa na gestão e nem poderia ser pessoas que ocupam alguns cargos na gestão, mas que deveria ser eleito pelos pares.”
	Capacitação como ponto de partida	P2	“[...] se ele não tem conhecimento do que é orçamento público, o que é orçamento participativo, o que é controle social, o que é transparência, como que ele vai participar?”
C5 - Benefícios Esperados do Orçamento Participativo	Alinhamento com as necessidades reais	P2	“A escuta das pessoas ajuda a decidir onde gastar, porque quem está na ponta sabe o que precisa.”
	Controle social	P1	“Quando a gente participa, há mais transparência e menos espaço para corrupção.”
	Formação de conhecimento e construção para a cidadania	P3	“eu vejo que a questão do orçamento participativo ela pode funcionar até como um espaço de formação, não só para os nossos alunos, mas para nós mesmos, os nossos colegas.”

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.2.5 Codificação e Categorização da Roda de Conversa no *Campus* Porto Nacional

A codificação no *Campus* de Porto Nacional foi realizada por meio da busca por trechos de falas selecionados, em que os participantes foram identificados como P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7. Preservou-se as 5 categorias (C1 a C5) criadas para agrupamentos, observado no quadro 14.

Quadro 14 - Codificação e categorização da roda de conversa - *Campus* Porto Nacional

Categoria	Código/Núcleo de Sentido	Participante	Trecho de Fala
C1 - Diagnóstico do Modelo Orçamentário Atual do IFTO	Exclusão e distanciamento da comunidade	P4	“[...] A maioria dos servidores nem sabe como as decisões sobre orçamento são tomadas.”
		P2	“[...] sobre as informações que a comunidade acadêmica, talvez eu acho que eles não têm acesso a tanta informação, isso não é tão discutido com a comunidade acadêmica, no caso os alunos. Claro que a comunidade acadêmica envolve alunos e professores, mas [...] sentido alunos eu acho que não tem uma discussão tão grande assim voltada para eles.”
	Estrutura orçamentária fechada e centralizada	P2	“O orçamento chega pela reitoria já dividido por ações específicas. Tudo vem pronto.”
	Transparência passiva e insuficiente	P3	“[...] todo início de ano era feito reunião com os servidores, para falar o orçamento. Eu lembro que bem no início teve umas duas reuniões nesse sentido anual, assim, todo início de ano [...] hoje eu não vejo mais isso. [...]Eu sinto falta disso com os servidores. [...] hoje assim eu pelo menos não lembro de ter mais isso hoje, da gente ter essa participação, enquanto servidor para estar dando opinião em relação ao que poderia ser melhorado.”
	Orçamento "Engessado"	P1	“O orçamento é o mesmo de sempre, tudo está mais caro. Não sobra recurso para melhorias. O orçamento é curto, e tudo é prioridade.”
		P4	“[...] praticamente 90% do orçamento a gente já recebe para pagamento de despesas fixas. São despesas que a gente não pode ficar sem dentro da unidade.”
	Gestão e prestação de contas	P4	“O orçamento do FTO ele chega para as unidades anualmente. Esse planejamento

			ele começa um ano anterior e aí é onde é levado para o CODIR, lá é realizado a questão da divisão desse orçamento. Eu, particularmente não sei como que ele chega na Reitoria, mas eu acredito que ele já vem pelas ações específicas. [...] eu acredito que o orçamento é sim bem planejado, [...] tem a questão da distribuição e é bem gerenciado e tem também a questão da transparência. Então, hoje a instituição ela consta, com o painel de gestão.
C2 - Participação com Inclusão Ativa	Participação como princípio democrático	P4	“A democracia representativa hoje não é suficiente para tomar decisões sobre a questão do orçamento público sem levar em consideração as necessidades reais de uma sociedade, da população como um todo.”
		P3	“A partir do momento em que a gente diz que a participação da população ela é importante, nas decisões, então para que seja realmente democrático, não pode ficar apenas nas mãos dos gestores.”
	Responsabilização compartilhada	P6	“Quanto mais presença da população, mais o gestor vai se sentir pressionado de alguma forma.”
C3 - Viabilidade e Desafios para Implementar o OP no IFTO	Demanda latente por democracia	P1	“Precisamos de espaços para discutir e decidir juntos.”
		P3	[...] não é suficiente somente a decisão somente pela parte dos gestores. [...] a gente precisa realmente saber o que a população tem quais os anseios da população para que ela possa realmente ser democrática e transparente, porque a partir do momento que essa decisão fica só nas mãos dos gestores, ela não é democrática e muito menos transparente.”
	Capital humano qualificado com alta capacidade crítica	P5	“[...] tem de ter um corpo técnico profissional bastante conhecedor do tema e a participação popular também acredito que é importante e envolver todos os setores. [...] Não ficar na mão só de gestores.”

	Falta de conhecimento	P3	“[...] pelo fato de desconhecer um pouco do assunto, eu realmente não tenho muito interesse e acredito que assim como eu, muitas pessoas também podem não ter esse interesse justamente por não conhecer e por ser uma linguagem muito técnica [...] pra gente que tá fora para compreender tudo isso e despertar o interesse em participar de uma coisa que você já tá desmotivado, não entende, então você vai participar para quê?” “[...] muitas vezes a população também não entende, desse recurso. A população também precisa ter esse conhecimento técnico e às vezes a população até se revolta por isso[...].”
	Desinteresse e falta de engajamento	P3	“[...] eu vejo também um pouco da falta de interesse na participação dos estudantes, porque às vezes quando a gente chama pro auditório para alguma assembleia ou para alguma coisa que é para debater, poucos vão, maioria vão embora, principalmente do superior, que já são maiores de idade [...] eu vejo que essa é a maior dificuldade dessa participação ativa em realmente buscar um meio para despertar esse interesse na própria comunidade acadêmica.”
	Conflitos de interesse	P6	“[...] principalmente as prioridades, porque às vezes a as prioridades de um grupo não é a de um outro grupo.”
	Limitações orçamentárias	P4	“[...] em relação aos desafios acredito que a instituição enfrenta, a questão da limitação mesmo do valor que é repassado para as unidades. Então eu penso que essa limitação ela já vem lá do próprio MEC, dessa distribuição e às vezes até a falta.”
C4 - Diretrizes para Construção de um Modelo	Foco no orçamento discricionário	P4	“[...] eu acredito que sim, poderia ser possível essa implementação, mas no orçamento que se caso possível, se sobrar o que não tá acontecendo muito; [...] para essa discussão mais participativa, com toda a comunidade acadêmica, demonstrar as necessidades da instituição fixa, e do valor, que sobrou ali, mostrar o que que junto com a comunidade acadêmica, o que o que poderia ser feito com ele.”

	Comunicação proativa e linguagem simples	P3	“[...] eu penso que a primeira parte é isso, é a questão da linguagem primeiro, a ser uma linguagem mais acessível e a partir disso trabalhar para a estratégia no sentido de incentivar mesmo essa participação.”
	Desenho de um modelo viável	P5	“[...] quanto ao modelo democrático e transparente, [...] trazendo, relatórios menos técnicos, e mais fácil de ser compreensível pelo cidadão comum.” “[...] o instrumento de participação também seria através da representatividade, já que o formato de levar todo mundo eu acho que é inviável tem que ser por representatividade mesmo de classe, de grupos, de centros. Aí poderia ser uma audiência pública, que juntasse esses representantes e a gestão, o corpo técnico apresentava o que era a o objetivo e fazer uma consulta para levar.”
		P3	“[...] a questão dos instrumentos de participação, eu penso que como a gente a nível de instituição temos os colegiados, temos os centros acadêmicos e temos o Grêmio Estudantil, os representantes de salas. [...] Eu acho que a gente poderia pensar convocando primeiramente os líderes de sala, porque eles escutam os colegas em sua sala e levam as demandas para uma possível assembleia, ou uma audiência, mas aí não iria todos os alunos, mas sim os seus representantes, após os representantes já terem ouvido ali os seus colegas de sala.”
		P5	“[...] Penso também que é perfeitamente possível implantar o orçamento participativo, porque principalmente na ação de investimento, mediante consulta, alguma forma de consulta para saber qual a prioridade dentro da instituição e gestão atender aquela prioridade dentre as que existe. Principalmente nesse orçamento de investimento, porque os outros são bem engessados.”

		P1	“[...] a implementação desse orçamento participativo, ele pode ser consultivo, eu não colocaria como deliberativo porque se a gente for colocar ouvir a comunidade acadêmica, o anseio dela é um, mas o recurso às vezes não é possível. Então, deliberar para que ocorra uma coisa que a gente não vai ter condições de cumprir, de honrar, é complicado.”
C5 - Benefícios Esperados do Orçamento Participativo	Alinhamento com as necessidades reais	P4	“[...] eu acredito que o principal benefício, que ele poderia trazer para a gestão pública é essa assertiva de dele ser realmente aplicada em uma algo que realmente existe aquela necessidade.”
	Controle social	P4	“[...] a participação ela envolve tanto a questão social e envolve também a questão da transparência, porque a pessoa, ela pode participar e pode depois também fazer aquele acompanhamento, o controle social.”
	Eficiência da gestão	P3	“[...] a partir do momento que tem essa participação, [...] qualquer gestor público consegue ter uma maior assertividade, dentro do processo.”
		P6	“[...] aqui no campus Porto Nacional, [...] a gente percebe que ele é tem sim planejamento, pelos nossos gestores, pelo nosso corpo e administrativo, formado por técnico administrativos e também é formado por professores. [...] A gente percebe que há uma boa distribuição desse orçamento.”
		P7	“[...] para a comunidade acadêmica, basicamente há uma apresentação no começo do ano da gestão sobre o orçamento, e no final do ano. [...] E se existe a participação, não é uma participação direta, mas pelo menos aqui no Campus Porto, o gestor ouve da comunidade as demandas e procura atendê-la.”

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.2.6 Codificação e Categorização da Entrevista no *Campus* Colinas do Tocantins

Trechos de falas selecionados codificados em unidades de registros, com 5 categorias (C1 a C5) para agrupamentos conforme representação no quadro 15.

Quadro 15 - Codificação e categorização da entrevista - *Campus Colinas do Tocantins*

Categoria	Código/Núcleo de Sentido	Trecho de Fala
C1 - Diagnóstico do Modelo Orçamentário Atual do IFTO	Exclusão e distanciamento da comunidade	“No meu conhecimento não tem participação da comunidade acadêmica [...] Minha opinião, eu acredito que talvez seja, nesse sentido de alguém provocar, porque, por exemplo, eu até falo que a comunidade acadêmica às vezes faz barulho demais e não existe seu direito. [...] falta muito quem incentive a comunidade acadêmica direcionar eles nesse sentido.” “Nós da administração a gente costuma fazer uma reunião entre a direção explicar cada gasto [...] A gente faz tipo uma planilha e apresenta ao gestor maior, ao diretor [...] a gente sempre tenta fazer nesse sentido, mas não pra comunidade acadêmica. [...] Eu te digo que nunca foi envolvido quanto a questão do orçamento, nem da própria assistência e apesar que tem alunos na comissão.”
	Estrutura orçamentária fechada e centralizada	“[...] Quanto ao planejamento, ele já vem direcionado, eles não passam pra gente como é essa questão que eles dividem pesquisa e extensão. Capacitação é concentrado na reitoria hoje, não vem nada para o campus. A questão de capacitação, assistência estudantil vem, que essa a gente administra, agora, as ações de ensino, pesquisa, extensão, tá mais concentrado na reitoria, Para nós hoje, mais é o funcionamento.”
	Transparência passiva e insuficiente	“Falar em transparência, o pessoal acha que é só colocar aquelas coisas lá que fez pagamento, que fez aquilo. [...] Mas no fundo, no fundo, não tem[...]. Eu não vejo transparência nesse sentido, porque o que acontece, você chega numa reunião, eu já participei de reuniões do Codir, chega lá o orçamento do jeito, ah, isso aqui é desse jeito. Aí eles explicam aqueles coeficientes e tudo mais, mas para quem não sabe o que é, eu pejei para me passarem uma planilha, como é calculado, nunca me passaram como realmente é calculado, pra gente ter uma real transparência, como é que chega o orçamento para nós aqui. Eu acho que deveria ser mais transparente quanto a isso, desde o princípio de como ele vem, a distribuição.”
	Comunicação institucional falha	“A gente faz um planejamento, mostra mais pro final do ano, a gente costuma apresentar também para dizer: “Ó, pessoal, tá assim o nosso orçamento e aí a gente trabalhou isso e isso, mas ainda precisamos fazer várias outras coisas e não temos orçamento

		suficiente. A gente tenta mostrar pra comunidade só de servidores, a questão de acadêmico não nunca foi envolvida. Eu te digo que nunca foi envolvido quanto a questão do orçamento, nem da própria assistência estudantil e apesar que tem alunos na comissão.”
	Orçamento "Engessado"	“Hoje estamos pagando só contratos [...] o que sobra é pouco... transformar custeio em investimento para comprar alguns livros” “Não é suficiente para atender tudo... terceirização, limpeza, vigilância... infraestrutura nem se fala.”
	Gestão e prestação de contas	“Existe o painel de gestão... qualquer pessoa pode olhar [...] mas não é divulgado tanto [...] e a prestação no campus ocorre sem periodicidade.”
	Dissonância entre discurso e prática	“Dizem que é do jeito que é [...] só fazem apresentar [...] mas precisa melhorar.”
	Politização na alocação de recursos	“[...] às vezes, por exemplo, se teu campus, o diretor é oposição a reitoria, né, vamos dizer, aí atrapalha. E eu acho que para funcionar uma instituição como são os IFs tinha que ter imparcialidade, seria melhor do que essa questão de rotular às vezes no campus.”
C2 - Participação com Inclusão Ativa	Participação como princípio democrático	“Alguém tem que incentivar os alunos a cobrarem mais... DCE teria muito poder se quisesse.”
C3 - Viabilidade e Desafios para Implementar o OP no IFTO	Desinteresse e falta de engajamento	"Eu acredito que precisa de pessoas mais atuantes na comunidade acadêmica para exigir. Se tu não é cobrado, tu vai fazer? Se tá confortável para ti, não é isso?"
	Conflitos de interesse	“[...] quando falo em orçamento, que todo mundo quer uma um pedacinho e às vezes não dá para todo mundo. Tem que ser o quê? As prioridades.”
	Limitações orçamentárias	“O orçamento nós estamos pagando só as contas de contratos continuados para manter o mínimo do campus.”
C4 - Diretrizes para Construção de um Modelo	Desenho de um modelo viável	“De princípio, para implantar eu acho que consultivo, de início [...] precisa ter sim participação, vamos dizer consultiva, e esse instrumento, talvez conselhos, audiências, mas e acho que o conselho seria mais ideal [...] porque são as pessoas que estão ali representando as unidades, em nível de IFTO. Agora do campus, eu acho que poderia ser deliberado. [...] eu acredito que o restante do orçamento pode ser trabalhado, pode sim ser deliberativo, um conselho deliberativo, porque aí você trabalha com transparência do que foi usado, aquele restante que ficou pós pagar todas suas contas.”
	Capacitação como ponto de partida	“Teria que ter pessoas com mais conhecimento, né? [...] levar o conhecimento para eles, para eles poderem questionar, porque senão, não vai.”

C5 - Benefícios Esperados do Orçamento Participativo	Eficiência da gestão	“[...] deliberar, planejando com o conselho, porque aí a gente tinha transparência, assim nós não ficamos com orçamento encostado em nada. Aí é questão da transparência e eficiência, porque aí você não atingiu só uma ação. Você pode até atingir até mais ações com isso no todo.”
--	----------------------	--

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.2.7 Codificação e Categorização da Entrevista no *Campus Dianópolis*

Trechos de falas selecionados codificados em unidades de registros, com 5 categorias (C1 a C5) para agrupamentos conforme representação no quadro 16.

Quadro 16 - Codificação e categorização da entrevista - *Campus Dianópolis*.

Categoria	Código/Núcleo de Sentido	Trecho de Fala
C1 - Diagnóstico do Modelo Orçamentário Atual do IFTO	Exclusão e distanciamento da comunidade	“Na parte de custeio, a comunidade acadêmica não tem participado muito, ela não tem muita ciência de como funciona.”
	Transparência passiva e insuficiente	“Agora, essa questão da transparência realmente ela deixa desejar, porque a gente não consegue publicizar isso, não tem realmente, não tá tendo mais essas reuniões, pelo menos nesse período que eu estou aqui.”
	Comunicação institucional falha	“[...] a maior dificuldade que eu consigo observar é que as principais demandas da comunidade acadêmica não chegam à gestão ao setor administrativo. Então, falta essa melhoria na comunicação, conseguir visualizar quais são as necessidades do ponto de vista do setor acadêmico.”
	Orçamento "Engessado"	“[...] mais de 80% estão comprometidos com contratos. Então, a gente vem trabalhando com uma margem muito apertada, até mesmo para manutenções do campus.”
	Gestão e prestação de contas	“Criamos planilha orçamentária mensal... compartilhada com a direção.” “A gente faz prestação de contas, a gente faz reuniões, mas assim com o diretor, com o gerente de ensino, com o pessoal da própria administração para tentar ver a melhor forma da gente continuar trabalhando. Mas pra comunidade acadêmica mesmo, o feedback não está muito bom.”

C2 - Participação com Inclusão Ativa	Participação como princípio democrático	“Agora, quando se trata de assistência estudantil, a gente já nota que a comunidade acadêmica é bem mais participativa. Eles buscam saber como que funcionam os procedimentos, de onde que vem o recurso, fazem uma distribuição ali. Tem a comissão da COLAE que eles são muito ativos e eles divulgam bastante e como que é realizado essa divisão por eixos, a divisão de recursos entre as coordenações e o pessoal acaba acompanhando bastante, então a participação dele se dá mais nessa linha da assistência estudantil.”
C3 - Viabilidade e Desafios para Implementar o OP no IFTO	Falta de conhecimento	“Pois é, porque um grande problema é essa comunidade ter interesse em entender como que funciona.”
	Falta de cultura para o planejamento	“[...] essa falta de compreensão de como que funciona o sistema público, trava muita coisa, porque tem muita situação que a gente conseguiria resolver [...] só que a gente precisa de um tempo para que possa fazer a execução dessas solicitações, porque o que acontece, a as solicitações chegam para você resolver de forma emergencial, para você resolver com dois, três dias e se tratando de sistema público é inviável. Solicitações que deveriam chegar com um mês de antecedência, chega com uma semana.”
	Desinteresse e falta de engajamento	“[...] quando a comunidade não tem interesse em saber como que funciona, acredito que não há muito que ser feito.”
	Limitações orçamentárias	“[...] gente trabalha com um orçamento muito limitado.” “Então, como é tão limitado o orçamento, às vezes é até difícil de você fazer um planejamento adequado à realidade da instituição.”
C4 - Diretrizes para Construção de um Modelo	Representatividade	“[...] discutem bastante entre os coordenadores e os representantes da assistência estudantil, eles discutem bastante essa divisão dos recursos e eles brigam mesmo por cada por cada percentual.”
	Desenho de um modelo viável	“Mais viável na forma consultiva na forma de audiência, explanação [...] deliberativo eu já vejo mais problemas, porque eu acho que isso implicaria em atrasos, em tomadas de decisões.”
C5 - Benefícios Esperados do Orçamento Participativo	Alinhamento com as necessidades reais	“[...] conseguir visualizar as principais demandas dos servidores, conseguir visualizar o funcionamento dos setores na visão deles, na visão dos responsáveis, para que a gente consiga ter uma melhor tomada de decisão.”

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.2.8 Codificação e Categorização da Entrevista no *Campus* Porto Nacional

Trechos de falas selecionados codificadas em unidades de registros, com 5 categorias (C1 a C5) para agrupamentos conforme representação no quadro 17.

Quadro 17 - Codificação e categorização da entrevista - *Campus Porto Nacional*.

Categoria	Código/Núcleo de Sentido	Trecho de Fala
C1 - Diagnóstico do Modelo Orçamentário Atual do IFTO	Exclusão e distanciamento da comunidade	“Geralmente quando chega o orçamento a gente faz uma reunião com todos, mas devido a esse estrangulamento de orçamento que a gente vem tendo durante alguns anos, a gente tem que fazer um pouco de milagre, essa participação de decisões nem sempre vai acontecer.”
	Estrutura orçamentária fechada e centralizada	“[...] o que dá para entender que isso já vem meio que pré-estruturado do nosso ministério.”
	Comunicação institucional falha	“Talvez seria interessante quando fosse realmente discutir de orçamento, que os diretores e gerentes de administração pudessem ser inserido no processo para poder discutir.”
	Orçamento "Engessado"	“O nosso orçamento ele é o mesmo há praticamente 9, 10 anos. Não mudou praticamente nada, inclusive fica muito difícil de gerir os contratos por conta disso. Tem as pactuações, não é tão simples assim.”
	Gestão e prestação de contas	“[...] existe o painel de gestão. Então, por lá você já acompanha tudo, desde o que foi empenhado, que foi executado, lá você consegue entrar no financeiro, ver os pagamentos e tudo. Em relação a prestação de contas da execução orçamentária, ela é muito clara no painel de gestão até uns 3 anos atrás, nem tanto, porque a famosa tela preta, não era qualquer um que tinha acesso.”
	Politização na alocação de recursos	“[...] Então vamos tirar 50 desses, entendeu? Aí também atrapalha um pouco porque cada um tem o seu orçamento e os seus compromissos e às vezes lá na frente o alto escalão não consegue enxergar dessa forma e aí gera um caos maior ainda.”
C2 - Participação com Inclusão Ativa	Participação como princípio democrático	“Quando chega orçamento paralelo (emenda), é discutido com a comunidade [...] abrimos enquête onde eles vão votando e vão dando algumas opiniões em relação a esse tipo de orçamento específico.”
	Responsabilização compartilhada	“Partilhamos com coordenações e colegiados... cada um tem seu centro de custo.”
C3 - Viabilidade e Desafios para Implementar	Conflitos de interesse	“[...] as desvantagens maiores porque a gente não consegue agradar todos.”
	Limitações orçamentárias	“O orçamento é o mesmo... subiu o custo... não é suficiente.”

o OP no IFTO		
C4 - Diretrizes para Construção de um Modelo	Desenho de um modelo viável	“Eu acredito que consultivo, deliberativo não. Teria de ser em forma de conselhos, separar por classes e ali ver o que é melhor. E deliberativo [...] é uma carga muito pesada. Muitas vezes nós encontraríamos até dificuldade para encontrar pessoas que gostariam de tomar essas decisões, porque na hora de falar todo mundo fala, na hora que tem que tomar uma decisão aí é para poucos.”
C5 - Benefícios Esperados do Orçamento Participativo	Alinhamento com as necessidades reais	“Eles dizem como gostariam... tentamos atender de acordo com o orçamento.”

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

5.2.3 Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação dos Resultados

Conforme Bardin (2016) as etapas do tratamento dos resultados da pesquisa envolvem uma síntese, inferência e interpretação dos dados analisados, culminando na elaboração de conclusões. Essas etapas são fundamentais para transformar o conteúdo analisado em resultados significativos e alinhados com os objetivos da pesquisa. Abaixo estão as principais etapas do tratamento dos resultados conforme a autora:

Nesta fase se deu a organização dos resultados das respostas das rodas de conversa e das entrevistas semiestruturadas, objetivando-se a identificação de temas e padrões relacionados ao processo orçamentário atual e às perspectivas sobre a proposição do orçamento participativo na instituição. O tratamento dos resultados envolveu a transformação do conteúdo coletado em unidades de registro em palavras e expressões que apareceram nas falas dos participantes. A partir dessa organização, foram estruturados os dados em categorias temáticas que ajudaram a responder às questões de pesquisa.

Bardin (2016) explica que, nessa etapa, o pesquisador revisa e reorganiza as categorias e temas previamente identificados para que eles reflitam com clareza os aspectos mais relevantes do fenômeno investigado.

A inferência permitiu a dedução de significados e a identificação de relações entre os dados coletados, que foram além do conteúdo explícito. As falas dos participantes permitiram revelar as perspectivas implícitas como padrões e discrepâncias de pensamentos. Além disso, no contexto desse estudo, a inferência ajudou a identificar como os participantes percebem a

viabilidade, os desafios e as vantagens da construção de um modelo de orçamento participativo, com base nas categorias temáticas criadas.

Segundo Bardin (2016) a inferência vai além dos resultados explícitos e permite ao pesquisador explorar as relações, padrões e implicações subjacentes às categorias e temas. Esse processo exige cautela, pois é necessário basear as inferências em evidências sólidas, respeitando as limitações do material analisado.

A interpretação dos resultados foi o momento de atribuir significados, fazendo conexões entre o que foi encontrado nas rodas de conversa e nas entrevistas semiestruturadas, bem como nas teorias ou práticas discutidas na fundamentação teórica da pesquisa. Essa interpretação foi cuidadosa e crítica, levando-se em consideração o contexto específico do IFTO e as particularidades quanto a gestão orçamentária. Isso permitiu que as conclusões pudessem contribuir com sugestões fundamentadas para um modelo de orçamento participativo adaptado à realidade da instituição.

De acordo com Bardin (2016) a interpretação dos resultados, é o momento em que o pesquisador articula os achados com o referencial teórico e com os objetivos do estudo, buscando dar sentido aos dados no contexto da pesquisa. A interpretação exige uma análise detalhada, considerando as nuances e o contexto dos temas encontrados, de maneira que o pesquisador seja capaz de apresentar um entendimento mais profundo dos resultados, relacionando-os a teorias existentes ou propondo novas reflexões sobre o assunto.

5.2.3.1 Interpretação dos Resultados da Roda de Conversas do *Campus* Colinas do Tocantins

As falas dos participantes da roda de conversa em Colinas revelam uma forte percepção de distanciamento entre a comunidade acadêmica e os processos de decisão orçamentária. A ausência de espaços de diálogo e a falta de clareza nas informações institucionais foram pontos recorrentes, traduzindo uma sensação de exclusão dos sujeitos no cotidiano nas decisões do campus.

Pontos inferidos como transparência insuficiente, ausência de comunicação ativa e inexistência de mecanismos participativos, expressam o que Bardin (2016) denomina “núcleos de sentido”, ou seja, conteúdos recorrentes que revelam o campo semântico dominante da experiência coletiva.

Um dos participantes expressou a percepção geral ao afirmar que: “[...] *a gente não tem uma devolutiva do que aconteceu, o que vai acontecer, o que pode estar acontecendo no momento.*”.

Essa fala, associada a depoimentos de outros participantes, evidencia um déficit de linguagem acessível e de devolutiva institucional. A transparência é percebida como formal e documental, não como processo democrático e comunicativo o que, segundo Azevedo (2018), poderia criar mais espaços para a participação de indivíduos que muitas vezes são excluídos mesmo estando formalmente incluídos.

Além disso, os participantes identificam uma estrutura fechada, com consequente limitações no orçamento, mas também expressaram o desejo de participação efetiva e de aprendizado coletivo sobre o funcionamento orçamentário.

Outro fator, extraiu-se que o anseio pela participação aparece, fortemente, não apenas como um direito, mas como processo pedagógico e emancipador, sempre alinhado com o diálogo racional com linguagem acessível e transparência ativa.

O Orçamento Participativo é percebido pela comunidade como instrumento legítimo de democratização, educação e controle social, desde que acompanhado de transparência ativa, formação cidadã e comunicação na base do diálogo, consolidando os ensinamentos de Anjos, Vieira e Abrantes (2018) de que o OP aumenta a transparência e fortalece a cidadania.

A comunidade de Colinas mostra disposição para participar e consciência sobre os limites institucionais, mas também demonstra maturidade democrática, ao reconhecer que a implementação do OP deve ser gradual, pedagógica e compartilhada.

Ademais, o grupo demonstrou interesse em aprender e participar, caso haja espaços claros e pedagógicos para isso. O consenso foi o de que o Orçamento Participativo precisa começar de forma consultiva, formativa e deliberativas por conselhos, com reuniões abertas e devolutivas públicas.

5.2.3.2 Interpretação dos Resultados da Roda de Conversas do *Campus Dianópolis*

No *Campus Dianópolis*, as falas evidenciaram convergência entre percepção crítica e carência informacional. A inferência central da análise revela que o déficit democrático não é uma falha acidental, mas algo concentrado em uma minoria, expressada na fala de um participante: *“Muitas vezes as decisões [...] são decididas apenas por um grupo minoritário que está na gestão. Esse grupo não consulta a base [...]”*.

A falta de transparência orçamentária é vista não como uma dificuldade, mas como uma forma de gestores manter o controle: *“Coordenadores são indicados [...] e às vezes não da área. Então o interesse da gestão define onde o orçamento é aplicado.”*

As falas dos participantes trazem a percepção de que há uma distância entre o discurso de gestão democrática e o que de fato é feito, gerando um profundo descrédito por parte da comunidade acadêmica.

Os participantes reconheceram que há esforços isolados de transparência, mas não um processo sistematizado de envolvimento da comunidade, como na fala de um participante: *“[...] em relação à transparência, por mais que se coloque em planilha, algumas coisas ficam muito soltas, certo?”*.

Essa fala sintetiza um aspecto de transparência passiva, caracterizada por informação unidirecional e ausência de diálogo, reforçando a necessidade de democratização comunicativa.

Algumas falas reiteram que a comunidade acadêmica é pouco envolvida na elaboração e execução orçamentária, o que reforça a necessidade de abertura à ideia do Orçamento Participativo, com sugestões de criação de comissões mistas e conselhos consultivos e deliberativos, como menciona Gaspardo (2018), ao defender que esses mecanismos promove a garantia dos direitos sociais e traz melhorias ao serviço público.

Além disso, a análise mostra que os participantes sinalizam que a gestão é verticalizada e burocratizada na execução do orçamento.

A Interpretação geral demonstra predisposição favorável à participação, mas enfrenta barreiras estruturais, falta de planejamento participativo, de devolutiva e de linguagem acessível. As falas reforçam a importância de criar espaços horizontais e pedagógicos de deliberação, nos moldes do OP formativo proposto pela pesquisa.

Teoricamente, os resultados se alinham ao eixo da democracia participativa defendida por Abraham (2015) que sustenta com um formato em que o cidadão tem voz em todas as decisões e processos, sendo participação indo além ao simples ato de votar. Além disso, converge com o problema pesquisa objeto do estudo.

5.2.3.3 Interpretação dos Resultados da Roda de Conversas do *Campus* Porto Nacional

A análise evidencia que os participantes do *Campus* Porto Nacional reconhecem o baixo envolvimento da comunidade acadêmica, causado tanto por falta de estímulo institucional quanto por falta de conhecimento técnico sobre o assunto. Além disso, a análise

revela que a comunidade reconhece as limitações orçamentárias, mas demonstra maturidade para trabalhar em cima do orçamento discricionário, observada na fala de um dos participantes:

“[...] poderia ser possível essa implementação [...], se sobrar [...] para essa discussão mais participativa, com toda a comunidade acadêmica, demonstrar as necessidades da instituição fixa, e do valor, que sobrou ali, mostrar o que junto com a comunidade acadêmica[...].”

Outros relatos apontaram para engessamento orçamentário como uns dos desafios para a implantação do orçamento participativo: *“[...] praticamente 90% do orçamento a gente já recebe para pagamento de despesas fixas. São despesas que a gente não pode ficar sem dentro da unidade.”*

A análise traz ainda que o IFTO possui uma estrutura orçamentária técnica e com pouco diálogo, limitando a participação aos processos pré-definidos e aos gestores envolvidos.

Contudo, os participantes apresentaram propostas concretas por meio de representatividade mesmo de classe, de grupos, de centros, bem como por audiência pública.

Porto Nacional manifesta uma consciência política mais consolidada, com clareza sobre o papel do controle social e do diálogo. As falas revelam desejo de corresponsabilidade e construção coletiva, validadas por Suett *et al.* (2021), e qualificando como ambiente propício para projetos-piloto de Orçamento Participativo.

5.2.3.4 Interpretação dos Resultados da Entrevista do *Campus* Colinas do Tocantins

A entrevista com o gestor do *Campus* Colinas do Tocantins confirma os padrões discursivos das rodas de conversa. Ele reconhece a ausência de envolvimento comunitário e a dependência do orçamento centralizado, tal como se observa no trecho de fala: *“No meu conhecimento não tem participação da comunidade acadêmica [...] falta muito quem incentive a comunidade acadêmica direcionar eles nesse sentido.”*

O discurso traduz aceitação crítica, ou seja, o reconhecimento de uma limitação estrutural sem resistência ativa. A análise revela ainda que há um quadro de centralização orçamentária e distanciamento da comunidade acadêmica.

Acerca da participação, o gestor destaca a apatia da comunidade e a falta de estímulo institucional à cobrança social, sintetizada na fala: *“Alguém tem que incentivar os alunos a cobrarem mais [...] DCE teria muito poder se quisesse.”*

Essa percepção sugere um cenário atual de dependência de liderança institucional para mobilização participativa, indicando uma cultura política de delegação.

As falas reforçam os entraves estruturais e culturais: o orçamento engessado e falta preparo técnico para o debate público. Contudo, revela que uma proposta de modelo consultivo, inicialmente, com possibilidade de deliberação futura, defendendo a capacitação prévia.

5.2.3.5 Interpretação dos Resultados da Entrevista do *Campus Dianópolis*

O diagnóstico do modelo orçamentário em Dianópolis apresenta uma certa aproximação quando observado o de Colinas, acerca do distanciamento, transparência insuficiente, limitação orçamentária, comunicação falha e ausência de participação ampla. O gestor afirma: *“Na parte de custeio, a comunidade acadêmica não tem participado muito, ela não tem muita ciência de como funciona.”*.

A transparência percebida como incompleta, pois as informações não são publicizadas como deveriam: *“Agora, essa questão da transparência realmente ela deixa desejar, porque a gente não consegue publicizar isso, não tem realmente, não tá tendo mais essas reuniões, pelo menos nesse período que eu estou aqui.”*.

Trata-se de um discurso convergente com o padrão institucional de transparência passiva identificado, em que Santos e Rover (2019) defendem que, dentro dos processos decisórios, só há transparência quando é oferecida, aos cidadãos, uma quantidade maior de informações e acesso às atividades governamentais.

A análise demonstra que o gestor reconhece alta participação apenas na área de assistência estudantil, o que reforça a ideia de que a participação emerge onde há impacto direto e concreto na vida cotidiana dos sujeitos: *“Agora, quando se trata de assistência estudantil, a gente já nota que a comunidade acadêmica é bem mais participativa.”*.

As falas apontam para falta de cultura de planejamento, pouco conhecimento técnico e desinteresse. O entrevistado reconhece que, *“[...] quando a comunidade não tem interesse em saber como que funciona, acredito que não há muito que ser feito.”*, com consequente desinteresse e falta de engajamento por parte da comunidade acadêmica. Entretanto, ao examinar as falas qualitativas das rodas de conversa, percebe-se que o problema não é essencialmente desinteresse, mas desconhecimento e falta de espaço. Assim, a inferência é que há dissonância interpretativa entre gestão e comunidade, o que confirma a necessidade de processos participativos.

Quanto ao modelo de orçamento participativo, o gestor defende um modelo consultivo, evitando deliberação plena para não travar processos burocráticos, evidenciando um otimismo moderado ao reconhecer as dificuldades, mas também o potencial pedagógico e de integração do processo.

Conclui-se que o campus demonstra disposição favorável à participação, especialmente nas áreas em que há histórico de envolvimento, como assistência estudantil. O desafio está em expandir essa cultura participativa para outras dimensões da gestão, o que depende de formação e institucionalização de canais regulares de escuta.

5.2.3.6 Interpretação dos Resultados da Entrevista do *Campus* Porto Nacional

A análise da entrevista revela que o modelo orçamentário no *Campus* Porto Nacional traz um quadro de falta de transparência ativa, engessamento orçamentário e da centralização decisória em instancias superiores, mas destacando que há ambiente favorável à inovação democrática. Relata-se que: “[...] o que dá para entender que isso já vem meio que pré-estruturado do nosso ministério.” Isso é reflexo de que o orçamento chega dividido pela Reitoria.

A falta de participação, a limitação de recursos e o orçamento engessado aparecem como os maiores obstáculos.

O entrevistado defende um modelo consultivo, devido às barreiras no momento das decisões: “*Eu acredito que consultivo, deliberativo não. Teria de ser em forma de conselhos, separar por classes e ali ver o que é melhor. E deliberativo [...] é uma carga muito pesada. Muitas vezes nós encontraríamos até dificuldade para encontrar pessoas que gostariam de tomar essas decisões, porque na hora de falar todo mundo fala, na hora que tem que tomar uma decisão aí é para poucos.*”.

O *Campus* de Porto Nacional apresenta maturidade participativa mais elevada, demonstrando consciência crítica e clareza conceitual sobre a importância da implantação do OP.

5.3 Triangulação dos Dados

Nos questionários, mais de 80% dos respondentes afirmaram não ter participado do planejamento do orçamento do IFTO. Essa constatação converge com as inferências nas falas das rodas de conversa e nas entrevistas com gestores.

O cruzamento dos dados mostra que o problema da participação ativa não está apenas na divulgação de números, mas na ausência de linguagem acessível e canais pedagógicos de diálogo.

Assim, os dados quantitativos validam estatisticamente o que as falas qualitativas expressam subjetivamente, que a comunidade percebe a gestão orçamentária como opaca e distante.

Os dados do questionário revelam que apenas 9% dos respondentes já participaram de alguma forma do planejamento do orçamento do IFTO. Essa baixa participação quantitativa converge com os relatos das rodas de conversa, onde se observou desconhecimento, desmotivação e falta de convites formais para o debate. Nas entrevistas, os gestores reconhecem o problema, mas tendem a explicá-lo como “desinteresse da comunidade”, o que revela dissonância interpretativa entre base e administração.

A triangulação mostra que a baixa participação não decorre de desinteresse, e sim da ausência de espaços institucionais, incentivo e formação cidadã.

Portanto, há uma incongruência perceptiva, pois enquanto os gestores atribuem a baixa participação ao comportamento dos sujeitos, os próprios sujeitos apontam falta de oportunidade e de clareza nos processos.

A análise cruzada das falas e respostas evidencia níveis distintos de maturidade participativa entre os três campi:

- Colinas do Tocantins, predomina o discurso de exclusão e centralização. As falas revelam uma comunidade alheia ao processo orçamentário, com pouca familiaridade com conceitos de gestão orçamentária. O questionário confirma baixos índices de participação e conhecimento sobre orçamento;
- Dianópolis, revela alto grau de falta de participação e transparência com predisposição ao diálogo, bem como ausência de mecanismos consolidados. O questionário mostra interesse crescente, especialmente entre servidores técnicos, embora ainda com baixo impacto nas decisões;
- Porto Nacional, apresenta maior engajamento e criticidade. Os dados quantitativos indicam que há uma boa aceitação e consideram importante a implantação de um modelo participativo.

Em todas as fontes de dados, o Orçamento Participativo foi percebido positivamente, mas com diferentes expectativas e graus de compreensão. Nos questionários, quase a totalidade dos respondentes afirmaram que o OP aumentaria a transparência e a confiança institucional. Nas rodas de conversa, a ideia foi associada à valorização da comunidade e à

corresponsabilidade. Os gestores, por sua vez, interpretaram o OP como instrumento de eficiência administrativa e democrática.

Ademais, a triangulação revela que os três instrumentos de pesquisa convergem na identificação de um mesmo núcleo problemático, a falta de cultura participativa e institucionalizada no IFTO.

Contudo, essa carência não deve ser interpretada como resistência da comunidade, mas como consequência de um histórico institucional centralizado e de práticas administrativas verticalizadas, herdadas da burocracia pública tradicional.

Os dados quantitativos (questionário) demonstram empiricamente o baixo índice de engajamento, enquanto os dados qualitativos (rodas e entrevistas) explicam as razões simbólicas e estruturais desse distanciamento.

O Orçamento Participativo, portanto, não emerge apenas como proposta de gestão, mas como dispositivo de inserção democrática, como um meio de reconstruir laços de confiança e cooperação entre comunidade e instituição, conforme ensinamentos de Costa (2017) ao defender que o OP promove a cidadania e à melhoria do planejamento dos gastos públicos.

A Conclusão da triangulação revela a articulação entre dados qualitativos e quantitativos permitindo validar empiricamente o problema da pesquisa e oferecer um diagnóstico consistente sobre o estágio de democratização do IFTO. Os resultados mostram que as poucas diferenças entre os campi refletem níveis distintos de maturidade política e pedagógica, e não apenas de interesse. E o desafio institucional é traduzir o desejo participativo em prática sistemática, por meio de formação continuada, espaços deliberativos e devolutivas públicas.

6 PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA O IFTO

Este capítulo trará uma proposta de modelo de Orçamento Participativo para o IFTO, buscará fortalecer a gestão democrática, transparente, promovendo o envolvimento ativo da comunidade acadêmica na definição das prioridades orçamentárias. Esse modelo é sugestivo e adaptável, por se tratar de uma proposta, fruto da construção coletiva feita durante as rodas de conversas com representantes dos segmentos TAEs, docentes e discentes, com auxílio das entrevistas com os Gestores, e complementação dos resultados dos questionários estruturados com a comunidade acadêmica em geral dos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

Inicialmente esta proposta é um conjunto de diretrizes que norteará à Gestão, dentro da viabilidade e discricionariedade, quanto a eventual implementação de orçamento participativo no IFTO. Reitera-se que essa proposta, poderá ser adotado como piloto para os campi que desejarem proceder com a implementação.

6.1 Justificativa

Os resultados da pesquisa evidenciaram que, nos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional, a comunidade acadêmica reconhece a importância da transparência, do diálogo e da participação na gestão orçamentária, mas enfrenta dificuldades estruturais e culturais para exercer esse papel.

Os questionários confirmaram que os respondentes desconhecem o destino do orçamento, enquanto as rodas de conversa revelaram forte desejo de participar, e as entrevistas mostraram abertura da gestão para novos mecanismos participativos.

Diante disso, propõe-se um modelo de Orçamento Participativo adaptável à realidade multicampi do IFTO, que combine formação cidadã, consulta democrática, possibilitando à instituição evoluir para espaços de deliberação plena.

6.2 Objetivo Geral

Instituir um processo contínuo e institucionalizado de Orçamento Participativo que viabilize a participação democrática e ativa, a transparência e a eficiência na alocação dos recursos orçamentários do IFTO.

6.3 Objetivos Específicos

1. Promover a transparência, a ampla participação e o controle social na aplicação dos recursos orçamentários do IFTO;
2. Estimular a formação cidadã da comunidade acadêmica, com a geração de conhecimento como ponto de partida e acompanhamento constante na execução do OP;
3. Aperfeiçoar o planejamento institucional, alinhando os recursos orçamentários disponíveis às demandas prioritárias que reflitam as reais necessidades dos campi e da reitoria;

4. Integrar o OP ao PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional);
5. Garantir o processo de melhoria contínua do Orçamento Participativo.

6.4 Escopo e Recursos Envolvidos

O Orçamento Participativo do IFTO abrangerá a distribuição e priorização participativa dos recursos destinados nas categorias orçamentárias de Funcionamento (custeio), Assistência Estudantil e Investimentos (despesas de capital). Os recursos objeto de discussão serão, inicialmente, aqueles de caráter discricionário, excluindo-se as despesas fixas e variáveis com contratos administrativos e outras necessárias ao funcionamento mínimo da instituição.

Cada campus encaminhará suas propostas consolidadas ao Conselho Central do Orçamento Participativo (CCOP), para inclusão na Proposta Institucional de Orçamento Participativo do IFTO.

6.5 Estrutura e Atores Envolvidos

Os atores envolvidos no processo de orçamento participativo se darão por meio dos representantes de toda a comunidade acadêmica, votados por seus pares para exercerem funções dentro de grupos temáticos, conselhos e comissões centrais. Além disso, haverá espaços de democratização, por meio de assembleias gerais, em que participarão toda a comunidade acadêmica. Por fim, os gestores, por meio de Gerentes, Diretores, Diretores-gerais, Pró-reitores e Reitor, são os tomadores de decisões dentro de suas respectivas áreas de competências.

Esses grupos irão atuar desde a proposição de demandas, deliberação, execução e acompanhamento das ações orçamentárias participativas.

O ciclo de planejamento do Orçamento Participativo terá efeitos no exercício seguinte.

6.5.1 Assembleia Geral do Orçamento Participativo (AGOP)

A Assembleia geral do OP será o espaço máximo de participação direta e democrática onde a comunidade acadêmica discutirá e definirá as prioridades de investimento da instituição. Esse será o principal espaço de consulta, transparência e controle social do processo participativo no Instituto Federal do Tocantins.

Composição: composta por toda a comunidade acadêmica, fazendo parte os segmentos discentes regularmente matriculados em cursos técnicos, superiores e de pós-graduação; TAEs e docentes, inclusive seus substitutos.

Funções:

- Propor e discutir as demandas específicas do campus;
- Votar nas prioridades apresentadas pelos Grupos Temáticos Específicos (GTEs);
- Deliberar, em votação final, as demandas a serem encaminhadas à gestão;
- Garantir o quórum mínimo de 1/3 de cada segmento da comunidade acadêmica para quóruns em plenárias;
- Terá caráter consultivo e deliberativo, em demandas específicas e prioritárias;
- Exercer o controle social do planejamento, execução e prestação de contas do orçamento no exercício financeiro.

6.5.2 Grupos Temáticos Específicos (GTEs)

Os GTEs são responsáveis por identificar demandas específicas e levar para votação na assembleia. Além disso, receberão propostas, da assembleia, de demandas não identificadas e postas à votação da comunidade acadêmica;

Composição: com um total de 20 membros eleitos por seus pares, são formados por 5 servidores TAEs, 5 servidores docentes, 5 discentes dos cursos superiores e 5 discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Cada segmento terá ao menos um suplente.

Funções:

- Identificar demandas específicas de suas áreas temáticas e levá-las à assembleia;
- Sistematizar propostas vindas da comunidade e levá-las à Assembleia;
- Instalação de grupos temáticos de debate;
- Planejar o período de inscrição prévia, por meio de formulário eletrônico (Google Forms), para participação da comunidade acadêmica em plenárias;
- Organizar uso de formulários eletrônicos, Google Forms, para registro das propostas previamente;
- Encaminhar ao COPC a lista de prioridades com justificativas e estimativas (custos/escopo/benefícios).

Áreas Temáticas:

- GTE de Infraestrutura e Acessibilidade: responsável pelas demandas de manutenção predial; necessidade de novas construções; reformas e adequações de espaços; além de adaptações para garantir o acesso de pessoas com deficiência a todos os espaços da instituição;
- GTE de TI: responsável pelas demandas de infraestrutura de tecnologia da informação; redes e sistemas de informação; equipamentos e insumos de TI;
- GTE de Assistência Estudantil e PNAE;
- GTE de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- GTE de Aquisições: responsável pelas demandas de aquisição de mobiliários, eletroeletrônicos, insumos, e outras demandas específicas para o pleno funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas.

Cada GTE será subdividida dentre os membros, compondo-se por 1 TAE, 1 docente, 1 discentes dos cursos superiores, 1 discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 1 um suplente.

6.5.3 Conselho do Orçamento Participativo do Campus (COPC)

Essa é uma instância máxima dentro do campus, com direito de deliberar sobre as propostas recebidas e deliberar naquelas que serão encaminhadas para a administração do campus. O conselho selecionará as demandas, conforme a disponibilidade de orçamento, e levará para votação final nas plenárias. Serão encaminhadas à gestão, as demandas selecionadas por maioria absoluta da assembleia, sendo necessário quórum mínimo de um terço da comunidade acadêmica.

Composição: com um total de 5 membros, sendo 4 eleitos por seus pares dentre os membros do GTEs e 1 servidor responsável pela gestão orçamentária do campus. Será eleito o presidente, não sendo possível candidatar-se o representante da gestão do campus.

Funções:

- Apresentar a proposta de orçamento participativo;
- Avaliar a viabilidade orçamentária e técnica das propostas oriundas dos GTEs;
- Elaborar a proposta consolidada do Campus com base nos recursos disponíveis em custeio, assistência estudantil e capital;
- Submeter propostas, conforme as limitações orçamentárias, à votação final na Assembleia Geral;

- Encaminhar as demandas aprovadas à gestão máxima do campus para submetê-la ao Conselho Central do Orçamento Participativo (CCOP);
- Acompanhar o planejamento, execução e prestação de contas do orçamento anual;
- Gerar conhecimento à comunidade acadêmica, por meio de oficinas e palestras;
- Convocar a Assembleia Geral e plenárias.

6.5.4 Conselho Central do Orçamento Participativo (CCOP)

É o Conselho de caráter permanente, sediado na Reitoria, sendo responsável por coordenar, padronizar, orientar e avaliar o processo de Orçamento Participativo em todos os campi, garantindo coesão e alinhamento institucional às limitações orçamentárias.

Composição: com um total de 12 membros, sendo os presidentes dos COPCs dos onze campi e o Pró-Reitor de Administração do IFTO, sendo o presidente o representante da PROAD.

Funções:

- Coordenar, padronizar e avaliar a execução do OP em todos os campi;
- Homologar as propostas recebidas e consolidar o Relatório Geral do OP/IFTO;
- Assegurar equidade orçamentária entre os campi;
- Emitir parecer técnico e encaminhar ao Reitor as prioridades definidas pela comunidade.

6.5.5 Plenárias do Orçamento Participativo

A Assembleia geral ordinária será realizada anualmente em três grandes plenárias, podendo ocorrer em formato presencial ou remoto, garantindo-se a ampla participação. Havendo necessidade de debater e deliberar outros assuntos, a Assembleia geral será convocada extraordinariamente no mesmo rito que a ordinária.

Plenária 1 – Assembleia de Diagnóstico e Proposição:

Período: fevereiro

Objetivos:

- Avaliação do exercício anterior e planejamento para o exercício corrente;

- Exposição, por meio dos Gestores, da composição e limites orçamentários para o exercício financeiro, bem como o montante de recurso discricionário a ser discutido;
- Apresentação e debate de propostas e demandas específicas levantadas pela comunidade acadêmica em conjunto com os GTEs;

Metodologia:

- Inscrição prévia, por meio de formulário eletrônico (*Google Forms*), para participação em plenária;
- Uso de formulários eletrônicos, *Google Forms*, para registro das propostas previamente. O prazo de coleta das propostas deve ser de no mínimo 30 dias;
- Escolha das propostas e demandas prioritárias que serão levadas, pelo GTE, para serem avaliadas pelo Conselho do Orçamento Participativo do Campus (COPC);
- Debate e votação aberta, com registro em ata pública;
- As propostas devem ser detalhadas e viáveis, podendo não ser objeto de incorporação nas demandas a serem deliberadas.

Plenária 2 – Assembleia de Deliberação e Priorização:

Período: maio

Objetivos:

- Apresentação, por meio do COPC, das demandas consolidadas da 1ª plenária, em ordem de prioridade e hierarquizada, observando-se o impacto orçamentário;
- Promoção do debate, negociação e votação das prioridades dentro do orçamento discricionário disponibilizado pela Gestão.

Metodologia:

- Inscrição prévia, por meio de formulário eletrônico (*Google Forms*), para participação na plenária;
- Exposição das propostas consolidadas por eixo temático e ação orçamentária
- Debate e votação aberta, com registro em ata pública;
- Definição das prioridades em ordem de hierarquização;

Plenária 3 – Assembleia de Prestação de Contas:

Período: dezembro

Objetivos:

- Apresentar a prestação de contas geral e participativa do exercício financeiro;
- Expor justificativas para demandas não executadas;
- Avaliar a satisfação da comunidade com o processo participativo;
- Definir propostas de aperfeiçoamento para o exercício seguinte;
- Aprovação, pela Assembleia Geral, da prestação de contas.

Metodologia:

- Inscrição prévia, por meio de formulário eletrônico (*Google Forms*), para participação na plenária;
- Apresentação de relatório final pela COPC em conjunto a Gestão;
- Feedback e votação aberta, com registro em ata pública;
- Aplicação de pesquisa de satisfação (survey eletrônico).

6.5.5.1 Regras de convocação, registro e transparência

Convocação: antecedência mínima de 15 dias corridos por edital, com ampla divulgação por e-mail institucional, murais, site, redes oficiais do campus, mobilização em salas de aulas e afins.

Quórum para plenárias: mínimo de 1/3 para cada segmento da comunidade acadêmica. Quando o quórum não for atingido, convocar-se-á nova plenária com o mínimo de 10 dias de antecedência, garantindo a sua realização com qualquer quórum.

Moderação: será conduzida pelo presidente COPC; concedido tempo de fala equilibrado por segmentos (estudantes/docentes/TAEs).

Registro: ata padronizada em modelo institucional de forma física, com lista de presença por segmento, gravação (quando remota), deliberações numeradas, anexos técnicos e planilhas.

Transparência: publicação das atas e materiais em até 5 dias úteis nos portais e sites institucional.

Acessibilidade e inclusão: linguagem cidadã, sinalização acessível, Intérprete de Libras sempre que houver demanda. No caso de plenárias presenciais, horário matutino ou vespertino para participação dos discentes em regime integral e noite para participação dos discentes em horário noturno, no sentido de ampliar a participação da comunidade acadêmica.

6.5.6 Metodologia de Priorização das Demandas e Critérios de Pontuação

As propostas serão avaliadas e classificadas pelo COPC, sendo que a ordem de priorização das propostas se dará conforme a nota recebida de 0 a 100 pontos, obedecendo rigorosamente os critérios e seus pesos estabelecidos.

No caso de a proposta guardar muita pertinência ao critério a ser julgado, receberá peso e nota máximos. Se a proposta guardar pouca pertinência ao critério a ser julgado, receberá a metade do peso e consequentemente metade da nota.

Quadro 18 - Critérios de pontuação com pesos e notas.

Nº	Critério	Descrição	Peso	Ponto
1	Impacto social e educacional	Benefício direto à comunidade acadêmica e à região de abrangência do campus.	3	30
2	Viabilidade técnica e financeira	Compatibilidade com o orçamento disponível e com a capacidade de execução.	2,5	25
3	Urgência e relevância	Grau de necessidade imediata para o funcionamento ou segurança institucional.	2	20
4	Sustentabilidade e inovação	Potencial de promover eficiência, inovação ou economia de recursos.	1,5	15
5	Participação da comunidade	Envolvimento e legitimidade social da proposta (número de apoiadores).	1	10
TOTAL				100

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O quadro acima mostra o peso e pontuação máxima, caso haja a proposta guarde muita pertinência em todos os cinco critérios.

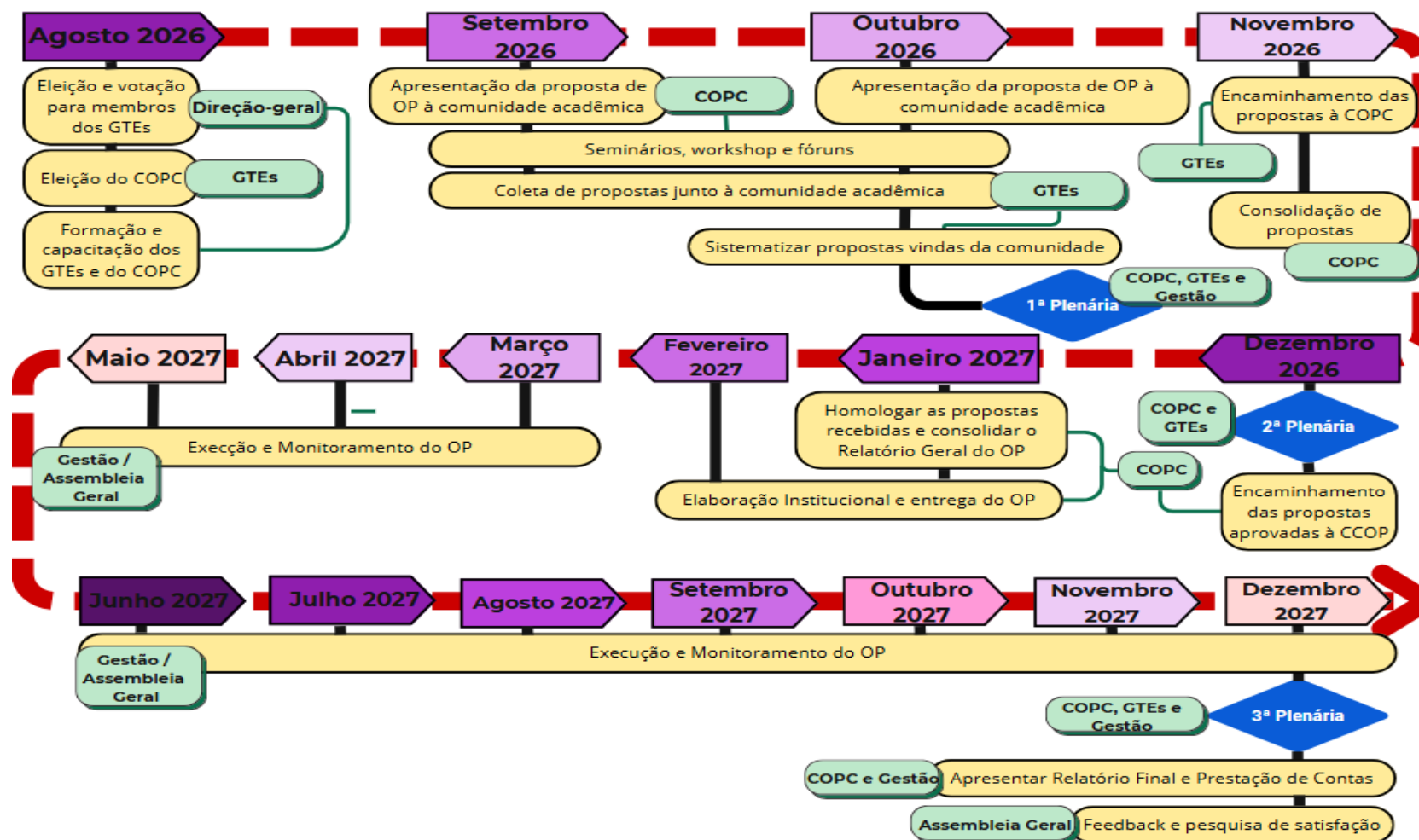
Havendo empate, aplica-se desempate na seguinte ordem: maior pontuação no critério 1; maior pontuação no critério 2; maior pontuação no critério 3; maior pontuação no critério 4; maior pontuação no critério 5. Persistindo o empate o presidente do COPC decidirá sobre a proposta.

6.5.6.1 Programa de Capacitação para o Orçamento Participativo do IFTO

Desenvolver competências e promover a formação cidadã de toda a comunidade acadêmica, assegurando o entendimento, a transparência e a qualificação técnica dos participantes em todas as fases do Orçamento Participativo (OP). O Programa contará com seminários, workshop e fóruns abordando temas de Gestão Democrática; Orçamento Público; Orçamento Participativo; Governança; e outros.

6.5.7 Fluxograma do Orçamento Participativo

Figura 29 - Fluxograma das etapas de execução do Orçamento Participativo.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

6.5.8 Cronograma do Orçamento Participativo

Etapa	Responsável	2026					2027											
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Eleição membros dos GTEs	Direção-geral	X																
Eleição do COPC	GTEs	X																
Formação e capacitação dos GTEs e do COPC	Direção-geral	X																
Apresentação da proposta de OP à comunidade acadêmica	COPC		X															
Seminários, workshop e fóruns	COPC		X	X														
Coleta de propostas junto à comunidade acadêmica	GTEs		X	X														
Sistematizar propostas vindas da comunidade	GTEs			X														
1ª Plenária	COPC, GTEs e Gestão			X														
Encaminhamento das propostas à COPC	GTEs				X													
Consolidação de propostas	COPC				X													
2ª Plenária	COPC, GTEs					X												
Encaminhamento das propostas aprovadas à CCOP	COPC					X												
Homologar as propostas recebidas e consolidar o Relatório Geral do OP	CCOP						X											
Elaboração Institucional e entrega do OP	CCOP						X	X										
Execução	Gestão								X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento do OP	Assembleia								X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3ª Plenária	COPC, GTEs e Gestão																	X
Apresentar Relatório Final e Prestação de Contas	COPC e Gestão																	X
Feedback e pesquisa de satisfação	Assembleia																	X

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo central desenvolver uma proposta de Orçamento Participativo para o Instituto Federal do Tocantins, partindo do diagnóstico de que o modelo de gestão orçamentária vigente carece de mecanismos que garantam a ampla participação da comunidade acadêmica. O estudo se propôs a responder como a implementação de um OP poderia fortalecer a gestão democrática, a transparência e a eficiência na alocação dos recursos públicos na instituição.

A pesquisa iniciou com a contextualização sobre Orçamento Público; Teoria da Democracia e Sistemas de Participação; Orçamento Participativo; Orçamento Participativo Digital; Governança; Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida foi abordado sobre a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; um pouco sobre o Instituto Federal do Tocantins e o cenário orçamentário de 2023, 2024 e 2025.

A pesquisa-ação diagnóstica foi realizada em uma amostra de três unidades do IFTO nos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional, utilizando-se uma abordagem predominante qualitativa, sendo complementada quantitativamente, mostrando-se robusta e adequada à complexidade do tema. Os instrumentos de coletas dados utilizados foram a aplicação de questionários para o levantamento quantitativo das percepções da comunidade acadêmica; análise documental de relatórios orçamentários e normativas; entrevistas semiestruturadas com gestores; e rodas de conversa com representantes dos segmentos TAEs, docentes e discentes.

A triangulação dos dados foi fundamental para conferir validade e profundidade aos resultados. A análise quantitativa revelou um forte anseio por participação, com a maioria dos respondentes acreditando que o envolvimento direto da comunidade pode aprimorar a gestão e a transparência. A análise qualitativa, fundamentada na Análise de Conteúdo de Bardin, aprofundou esses achados, desvelando as percepções sobre as fragilidades do modelo atual, percebido como centralizado e pouco transparente, e os contornos de um modelo participativo desejado. As falas dos participantes convergiram para a necessidade de um processo que seja, ao mesmo tempo, inclusivo, educativo e progressivo, sugerindo um modelo inicialmente consultivo, evoluindo para formas deliberativa em demandas específicas, conforme as limitações orçamentárias.

A análise do histórico orçamentário do IFTO, no período de 2023 a 2025, evidencia um cenário estável, porém marcado por limitações estruturais na execução dos recursos, especialmente no que se refere aos investimentos. Observou-se que, embora o orçamento

global da instituição tenha apresentado um leve crescimento, a maior parte desses recursos está concentrada nas despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais. A execução orçamentária demonstra que as despesas de custeio e assistência estudantil estão com percentuais de empenho e liquidação relativamente satisfatórios, mas enfrenta sérias dificuldades na execução dos investimentos.

Os resultados dos três exercícios financeiros, demonstram que há uma acumulação de restos a pagar não processados, especialmente na ação de investimentos, indicando problemas de planejamento fragilidade estrutural no ciclo de execução orçamentária. O orçamento de capital poderia ser uma das principais ações a ser posta para debate na comunidade acadêmica, porém está com execução lenta e sem discussão.

Em síntese, a dissertação demonstra que o fortalecimento do planejamento orçamentário participativo é condição fundamental para superar as limitações históricas de execução de investimentos e para consolidar uma gestão mais democrática, transparente e comprometida com os princípios de eficiência e responsabilidade social. O IFTO, ao incorporar práticas de gestão compartilhada e de controle social do orçamento, poderá avançar em direção a um modelo de administração pública mais inclusivo, eficiente e capaz de transformar recursos financeiros em resultados concretos para a comunidade acadêmica e para o desenvolvimento regional.

A principal contribuição deste trabalho é a proposição de um Orçamento Participativo híbrido, progressivo e pedagógico, concebido a partir das demandas e realidades diagnosticadas. A viabilidade e a pertinência da proposta foram corroboradas de maneira expressiva durante o próprio processo de pesquisa-ação, que coincidiu com o período eleitoral para Reitor e Diretores-gerais de campi do IFTO quadriênio 2026-2030.

7.1 Respostas aos Objetivos da Pesquisa

A pesquisa conseguiu alcançar plenamente o objetivo geral e os objetivos específicos, integrando de forma coerente a análise documental dados orçamentários e as percepções da comunidade acadêmica.

O Objetivo Geral foi atingido por meio da articulação entre diagnóstico institucional, análise dos dados orçamentários e a construção participativa de uma proposta de orçamento democrático e inclusivo. A pesquisa adotou uma abordagem de pesquisa-ação diagnóstica, o que permitiu que o pesquisador não apenas observasse a realidade orçamentária do IFTO, mas

também participasse de forma colaborativa, promovendo o diálogo entre técnicos-administrativos, docentes e discentes.

A partir das informações coletadas nas entrevistas, questionários e rodas de conversa, foi possível identificar fragilidades no processo de gestão e propor um modelo de orçamento participativo.

O Objetivo Específico 1 foi cumprido por meio da entrevista semiestruturada com os gestores e da análise documental e orçamentária. A execução da entrevista e a investigação dos relatórios orçamentários e do Plano de Desenvolvimento Institucional, permitiram descrever o processo atual de planejamento e gestão do orçamento no IFTO. Essa etapa permitiu compreender como o orçamento é elaborado, distribuído e executado, destacando a predominância de despesas obrigatórias, a baixa execução de investimentos e o acúmulo de restos a pagar.

Essa descrição crítica revelou gargalos no planejamento e na execução financeira, como atrasos, lentidão nos investimentos e ausência de mecanismos de controle social no processo orçamentário, evidenciando a necessidade de uma gestão mais participativa e transparente.

Objetivo Específico 2, foi alcançado com a aplicação de questionários estruturados com toda a comunidade acadêmica, entrevistas com gestores e rodas de conversa com representantes dos segmentos da comunidade, realizados nos Campi Colinas do Tocantins, Dianópolis e Porto Nacional.

Os resultados mostraram que há desconhecimento e distanciamento da comunidade em relação ao processo orçamentário, mas também grande interesse em participar ativamente das decisões financeiras. As sugestões coletadas serviram de base para a construção dos princípios e diretrizes da proposta de orçamento participativo.

O Objetivo Específico 3 foi contemplado com base na triangulação entre os resultados dos dados coletados, com a base teórica do estudo, culminando na elaboração da proposta de Orçamento Participativo adaptado à realidade do IFTO. Essa proposta tem uma estrutura metodológica que define etapas, atores, instrumentos de participação e mecanismos de acompanhamento, permitindo a institucionalização do processo participativo como política permanente da gestão orçamentária.

Em conjunto, os resultados demonstram que a pesquisa não apenas diagnosticou o cenário orçamentário do IFTO, mas também transformou o conhecimento produzido em uma proposta prática de gestão democrática.

7.2 Contribuições

Uma contribuição relevante da pesquisa foi demonstrada em um dos diálogos durante as rodas de conversas. Ficou demonstrado que o desinteresse da comunidade não é uma condição permanente, mas uma consequência da falta de canais de engajamento, conforme observado no seguinte trecho:

Pergunta: *“Como a conversa nos ajudou a refletir sobre o tema e o que precisamos fazer para melhorar?”*

Resposta: *“[...] essa roda de conversa ajudou bastante, [...] é um tema que não é do meu interesse, mas eu sei que ele é importante, até porque eu a instituição, [...] mas assim, eu vejo que nessa conversa, nesse diálogo aqui que a gente teve, [...] me ajudou a refletir nisso, em relação à importância e a partir disso, com certeza, eu vou ter um outro olhar, uma outra dimensão para o assunto.”*

Essa fala é uma poderosa evidência que justifica o estudo da proposta de Orçamento Participativo para IFTO. Ela mostra que o modelo a ser implementado não pode ser apenas um mecanismo burocrático de votação, mas uma criação contínua de espaços de diálogo, como as rodas de conversa, que sirvam para educar, sensibilizar e mobilizar a comunidade, transformando gradualmente uma cultura de distanciamento em uma cultura de participação ativa e consciente.

Além disso, o impacto do debate desenvolvido pela pesquisa foi tão significativo que, propostas para a implantação do Orçamento Participativo foram incorporadas aos planos de gestão de candidatos a Diretores-gerais nos Campi Dianópolis e Colinas do Tocantins, evidenciando a capacidade da pesquisa de não apenas diagnosticar, mas também de provocar transformações reais, conforme os seguintes trechos:

“Implementar um modelo de orçamento participativo, realizando reuniões periódicas com os setores para discutir prioridades e garantir que a alocação de recursos reflita as necessidades da comunidade.” (Candidato 1, Campus Colinas do Tocantins).

“Implementar práticas de orçamento participativo no campus. Prazo de implementação, curto.” (Candidato 2, Campus Colinas do Tocantins).

“Orçamento participativo: criação de plataforma digital para consulta e priorização de investimentos pela comunidade.” (Candidato 1, Campus Dianópolis).

“Desenvolver estudos para implementação de um Orçamento Participativo local, possibilitando que servidores, estudantes e colegiados contribuam com a definição das

prioridades de investimentos, assegurando o uso racional dos recursos.” (Candidato 2, Campus Dianópolis)

7.3 Dificuldades da Pesquisa

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram identificadas diversas dificuldades de natureza metodológica, institucional e operacional que influenciaram o andamento do estudo.

Inicialmente, destaca-se a burocracia e a morosidade processual na apreciação ética da pesquisa. A tramitação e aprovação do processo de submissão nos Comitês de Ética em Pesquisa da UFT e IFTO foram engessadas e demoradas, em especial ao CEP/UFT, o que postergou o início da coleta de dados. Outro fator, as solicitações de alterações, para melhorias, sugeridas pela banca de qualificação exigiram nova submissão do projeto, ao ampliar o campo e amostra de pesquisa, bem como os instrumentos de coleta de dados, o que implicou em readequações no cronograma e nas estratégias metodológicas.

A pesquisa também enfrentou dificuldades de engajamento da comunidade acadêmica. Apesar do envio de questionários a toda a população-alvo, a taxa de resposta inicial foi baixa, exigindo reforço na comunicação por e-mail, aplicativos de mensagens e ações presenciais, em parcerias com professores, para sensibilizar dos discentes quanto a importância da participação. Ademais, a realização das rodas de conversa dependia da conciliação de disponibilidade dos participantes com agendas diversas, atrasando ainda mais as ações planejadas.

O pesquisador teve dificuldade de obter dados e informações solicitados junto ao IFTO, mesmo a pesquisa estando formalmente autorizada e com aprovações éticas.

Houve ainda a dificuldade de interpretar os dados orçamentários e a falta de atualização de painéis. As informações orçamentárias do IFTO, embora públicas, encontram-se com alguns erros de percentuais e valores que, provavelmente, decorrem por falta de atualização do Painel de Gestão. Por exemplo, os exercícios orçamentários de 2023 e 2024 foram, até o presente momento em 15 de agosto de 2025, atualizados até janeiro de 2024 e janeiro de 2025 respectivamente, trazendo informações desatualizadas quanto a liquidação dos restos a pagar ao longo do exercício financeiro seguinte. O painel de gestão, como instrumento de transparência, não está de fácil entendimento, principalmente para a comunidade acadêmica que não detém conhecimentos técnicos para compreender o assunto e o progresso atual da ferramenta.

No campo técnico, observou-se desafios na integração dos métodos quantitativo e qualitativo. A triangulação dos dados exigiu cuidadosa interpretação, a fim de garantir coerência entre os resultados financeiros e as percepções subjetivas da comunidade. Essa etapa demandou maior tempo de análise e reflexões interpretativas para evitar vieses e assegurar a validade das conclusões.

Todo esse dispêndio, com um prazo relativamente apertado para conclusão do programa de mestrado, tendo que conciliar trabalho, família e pesquisa de forma minimamente humana, tornou-se uma das principais barreiras a ser superada pelo pesquisador.

Por fim, a própria natureza do tema representou um obstáculo, pois a complexidade da gestão orçamentária e a linguagem técnica dos documentos relatórios, exigiram aprofundamento teórico e atenção redobrada na tradução dessas informações para o contexto acadêmico e participativo.

7.4 Trabalhos Futuros

Com base nas análises realizadas e nas limitações identificadas ao longo da pesquisa, recomenda-se que estudos futuros aprofundem a compreensão do processo orçamentário do IFTO sob novas perspectivas e enfoques complementares.

Em primeiro lugar, sugere-se a ampliação do campo de pesquisa para todos os campi do IFTO, permitindo uma análise comparativa entre diferentes realidades regionais da instituição. Tal ampliação possibilitaria identificar desigualdades na distribuição e execução orçamentária, bem como compreender melhor os fatores locais que influenciam o desempenho financeiro e a eficiência da gestão orçamentária.

Outro fator, é estender o estudo para as fases de implementação e avaliação com a criação de um projeto-piloto no IFTO como um todo, ou em uma ou mais unidades, demonstrando que essa implementação permitirá avaliar a viabilidade técnica e administrativa do modelo, além de mensurar os impactos da participação da comunidade acadêmica na transparência, eficiência e legitimidade das decisões orçamentárias. Ressaltando-se que o estudo executado por meio dessa pesquisa é um diagnóstico, com a finalidade de sugerir uma proposta de OP para a instituição

Além disso, trabalhos futuros podem explorar o uso de ferramentas tecnológicas e sistemas digitais de gestão participativa, como plataformas online para consulta pública, votação de prioridades e acompanhamento em tempo real da execução do orçamento. Tais

inovações podem fortalecer a transparência e ampliar o engajamento da comunidade acadêmica, democratizando ainda mais o processo de gestão orçamentária.

Também, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes Institutos Federais, a fim de identificar boas práticas de gestão orçamentária e de participação social que possam ser adaptadas à realidade do IFTO.

Por fim, é importante que futuras pesquisas investiguem a relação entre planejamento orçamentário e resultados educacionais, analisando como a alocação e execução de recursos impactam a qualidade do ensino, a infraestrutura e as políticas de permanência estudantil.

Em suma, os trabalhos futuros devem buscar consolidar o orçamento participativo como um instrumento permanente de gestão democrática e transparente no IFTO, promovendo uma cultura institucional baseada no diálogo, na corresponsabilidade e na eficiência na utilização dos recursos orçamentários.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Marcus. Orçamento público como instrumento de cidadania fiscal. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba/PR, v. 17, n. 17, p. 188–209, ISSN 1982-0496, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/596>. Acesso em: 10 maio 2024.
- ADAMY, Edlamar Kátia; ZOCHE Denise Antunes de Azambuja; VENDRUSCOLO, Carine; SANTOS, José Luis Guedes dos; ALMEIDA, Miriam de Abreu. Validação na teoria fundamentada nos dados: rodas de conversa como estratégia metodológica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.l.], 71(6):3299-304, p. 3299–3304, ISSN 1982-0496, nov./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0488>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/5ZfVsKjNX6znX3rZPgVWmTz/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- ALMEIDA, Hellen Martins de; COSTA, Antonia Vadelucia. Orçamento Público como Mecanismo de Planejamento para a Gestão. **ID on Line – Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, [S.l.], v. 13, n. 43, 1, p. 559-577, SSN 1981-1179, dez. 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1555>. Acesso em: 6 maio 2024.
- ANJOS, Daniela Araújo dos; VIEIRA, Michelle Aparecida; ABRANTES, Luiz Antônio. Participação Social na Elaboração do Orçamento Público Municipal: Uma Análise do Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). **Revista Gestão & Conexões**, Vitória/ES, v. 6, n.º 2, p. 134–153, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2014.6.2.14894.134-153>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/14894>. Acesso em: 10 maio 2024.
- ARAÚJO, Carolina Lopes; SILVA, Janaína Siqueira; VASCONCELOS, Lia Teles; CARMO, Eliane Almeida do. Afinal, onde chegamos? Avaliação de um projeto colaborativo da perspectiva de seus participantes. **New Trends in Qualitative Research**, [S.l.], v. 4, p. 435-450, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.435-450>. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/59>. Acesso em: 10 maio 2024.
- ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; MENDES, Lucas. Democracia representativa e congruência política: uma relação de causalidade. **E-Civitas**, Belo Horizonte/MG, v. 13, nº. 2, p. 152-168, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/2919>. Acesso em: 10 maio 2024.
- AZEVEDO, Daniel Abreu de. Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa. **Geografares**, [S.l.], v. 4, nº. 38, p. 1-20, ISSN: 2175-3709, ago. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/6556>. Acesso em: 10 maio 2024.
- AZEVEDO, Ricardo Rocha de; CARDOSO, Ricardo Lopes; CUNHA, Armando Santos Moreira da; WAMPLEAR, Brian. O orçamento participativo e a dinâmica orçamentária no setor público. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S.l.], v. 16, p. 1-14, e193141, fev. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2022.193141>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/193141>. Acesso em: 14 maio 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, 3ª reimp. da 1ª ed. São Paulo/SP: Edições 70, 2016.

BELINOT, Virginia; GOMES, Victor Leandro Chaves. TEORIA DEMOCRÁTICA:: UMA BREVE ANÁLISE. *O Cosmopolítico*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 09–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/53787>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BOGO, Rodrigo Sartori. O orçamento participativo de Braga sob uma perspectiva territorial. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 18, nº. 36, p. 278-307, e-ISSN: 1679-768X, out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/583>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. **Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília/DF, Conselho Nacional de Saúde [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília/DF, Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dados Por UF**. Brasília/DF, Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal/institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. **Instituições da Rede Federal**. Brasília/DF, Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF, Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio 2000. LRF**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília/DF, Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. **Lula anuncia criação de 100 novos Institutos Federais que abrirão 140 mil vagas em cursos.** Brasília/DF, Agência Gov. Educação, [2024]. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais-1#:~:text=Atualmente%2C%20s%C3%A3o%20682%20unidades%20e,sendo%20702%20campi%20de%20IFs>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. **Manual Técnico de Elaboração dos Orçamentos – MTO 2025.** Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal, 4ª ed. 2025, ago. 2024. Disponível em: <https://www1.sio.pplanejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2025:mto2025.pdf>. Acesso em: 7 maio 2024.

BRASIL. **Norma Operacional nº 001, de 2013. Organização e funcionamento do Sistema CEP/Conep e procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.** Brasília/DF, Conselho Nacional de Saúde [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/norma/norma-operacional-no-001-de-2013.pdf/view>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. **Orçamento Público.** Brasília/DF, Portal da Transparência. Controladoria-Geral da União, [2024]. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Participação Social: Experiências municipais, estaduais e internacionais colaboram para modelo de orçamento participativo do Brasil.** Brasília/DF, Secretaria-Geral, out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/outubro/experiencias-municipais-estaduais-e-internacionais-colaboram-para-modelo-de-orcamento-participativo-do-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Revista Organizações & Sociedade**, [S.l.], p. 370-395, ISSN 1984-9230, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/HjzrZXnPcTkyY5Q77GssnfH/#>. Acesso em: 17 maio 2024.

CEFET. **Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Campus Itaguaí.** Campus Itaguaí – Apresentação, [2024]. Disponível em: <https://www.cefet-rj.br/index.php/campus-itaguaí>. Acesso em: 21 maio 2024.

CEFET. **Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.** Memória - Liceu Industrial de Minas Gerais, [1939]. Disponível em: <https://www.memoria.cefetmg.br/epocas/liceu-industrial-de-minas-gerais/>. Acesso em: 21 maio 2024.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba/PR, v. 25, p. 83-106, ISSN: 0104-4478, nov. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2024.

COLOMBO, Irineu Mario. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices? **Educar em Revista**, Curitiba/PR, v. 36, p. 1-28, e71886, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.71886>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSDjhGzGr3FR#>. Acesso em: 21 maio 2024.

COSTA, Wallerson Pereira da. Orçamento público: a importância do orçamento participativo na gestão pública. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, Fortaleza/CE, v. 15, n. 2, p. 210-234, ISSN-e 2525-3387, ISSN 1980-086X, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6522441>. Acesso em: 6 maio 2024.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; COELHO, Taiane Ritta; POZZEBON, Marlei. Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo/SP, v. 54, nº.3, p. 296-308, ISSN 0034-7590, maio-jun 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020140305>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/z863tSHCDW7mbNVpQqTDNzS/#>. Acesso em: 15 maio 2024.

CREPALDI, Sílvia Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle** 1ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Saraiva, 2013.

DE LIMA, Cacilda Vilela; ANNUNCIATO, Mariana Riccitelli. Tipos de Democracia. *Revista Ágora Filosófica*, Recife, PE, Brasil, v. 18, n. 1, p. 45–65, 2018. DOI: 10.25247/P1982-999X.2018.v1n1.p45-65. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/1226..> Acesso em: 30 nov. 2024.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; SILVA, Sandro Damião Ribeiro da. O Método Indutivo e a pesquisa em Geografia: aplicação no mapeamento de unidades da Paisagem. **Caderno de Geografia**, São Paulo/SP, v. 28, nº.54, p. 731- 7345, ISSN 2318-2962, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2018v28n54p731-745>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/17830>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DINIZ, Luciano Matias; PADOAN, Fatima Aparecida da Cruz; CIVIDAT, Mariana. Orçamento participativo: um estudo nos municípios do Norte do Paraná. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo/SP, v. 13, nº.3, p. 1336-1352, ISSN 2178-9010, set.-dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v13i3.1404>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1404>. Acesso em: 14 maio 2024.

FUKUYAMA, Francis. What is governance? **Center for Global Development Working Paper, Administration, and Institutions**, n.º 314, p. 1-22. Doi: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2226592>. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2226592. Acesso em: 17 maio 2024.

GASPARDO, Murilo. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, v. 32, nº.92, p. 65–88, abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jGVkdSF8SjLPjQkxCckWTQG/#>. Acesso em: 10 maio 2024.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**, 19ª ed. Barueri/SP: Atlas, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 4ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Marciana Aparecida Hilário Pena; DUARTE, Priscila da Silveira; BERNARDES, Roseli da Silva; MARTINS, Simone. Experiências com a implementação do Orçamento Participativo no contexto municipal brasileiro: uma revisão integrativa. **Revista Foco**, Curitiba/PR, v. 16, nº.10, p. 01-24, e3036, out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n10-205>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3036/2358>. Acesso em: 14 maio 2024.

GUERRA, Avaetê de Lunettae Rodrigues; MATOS, Diego de Vargas; COSTA, Michel da; ROZENDO, Jefferson Florencio; MELO, Nedilson José Gomes de. Procedimentos Metodológicos de Classificação das Pesquisas Científicas. **EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR**, Umuarama/PR, v. 23, nº. 1, p. 303–311, ISSN 1982-1123, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.25110/educere.v23i1-018>. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/educere/article/view/9980>. Acesso em: 30 jun. 2024.

IFF. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Fluminense, Campus Campos Centro**. Conferência dará início às comemorações dos 110 anos da Escola de Aprendizizes Artífices, [2018]. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-centro/noticias/coordenacao-de-arte-e-cultura-organiza-eventos-comemorativos-dos-110-anos-da-escola-de-aprendizes-artifices>. Acesso em: 21 maio 2024.

IFMT. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Reitoria**. Centenária Escola Técnica Federal completa 114 anos, [2023]. Disponível em: <https://ifmt.edu.br/conteudo/noticia/centenaria-escola-tecnica-federal-completa-114-anos/>. Acesso em: 21 maio 2024.

IFPB. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Fachada principal da Escola Industrial Coriolano de Medeiros, [2021]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/exposicao-112-anos/fotos/etapa-4/01.jpg/view>. Acesso em: 21 maio 2024.

IFTO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**. Apresentação, [2021]. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/ifto>. Acesso em: 22 maio 2024.

IFTO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**. Logo horizontal colorido. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/imagens/identidade-visual/marca-ifto-assinatura-1.png/view>, [2019]. Acesso em: 22 maio 2024.

IFTO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**. Painel de Gestão Institucional, [2025]. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proad/execucao-orcamentaria-e-financeira/painel-de-gestao-institucional>. Acesso em: 15 ago. 2025.

IFTO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**. Página Vestibular 2024/2, [2024]. Disponível em: <https://seja.iftto.edu.br/20242/campi/>. Acesso em: 22 maio 2024.

IFTO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024 (1ª Atualização), [2022]. Disponível em: <https://www.iftto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2020-2024-iftto.pdf/view>. Acesso em: 22 maio 2024.

IFTO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI DO IFTO 2025-2029, [2024]. Disponível em: https://portal.iftto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi_iftto_2025_2029_.pdf/view. Acesso em: 20 agosto 2025.

LIMA, Rivânia Rayane Dantas de; MEDEIROS, Jássio Pereira de. A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PÚBLICO: A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE APODI-RN NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO. **Empírica BR – Revista Brasileira de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação**, [S.l.], v. 1, nº. 1, p. 56-78, ISSN - 2447-178X, abr., 2019. DOI: <https://doi.org/10.15628/empiricabr.2018.7540>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/7540>. Acesso em: 06 maio 2024.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; BOGO, Rodrigo Sartori. Instabilidade e declínio dos orçamentos participativos em municípios no Brasil e em Portugal (2016-2019). **Opinião Pública**, Campinas/SP, v. 28, nº. 3, p. 716-749, set.-dez., 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283716>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/C8gMN9mfrBJY86WQ94WdX4N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2024.

LÜCHMANN, Lígia; MARTELLI, Carla Giani; TABORDA, Luana. Desafios do Orçamento Participativo um estudo no Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais). **Estudos de Sociologia**, Araraquara/SP, v. 26, nº. 50, p. 213-251, jan.-jun., 2021. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.14726>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14726>. Acesso em: 15 maio 2024.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARQUETTI, Adalmir; SILVA, Carlos E. Schonerwald da; CAMPBELL, Al. (2012). Participatory Economic Democracy in Action: Participatory Budgeting in Porto Alegre, 1989–2004. **Review of Radical Political Economics**, [S.l.], vol. 44, issue 1, p. 62-81. DOI: <https://doi.org/10.1177/0486613411418055>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275554414_Participatory_Economic_Democracy_in_Action_Participatory_Budgeting_in_Porto_Alegre_1989-2004. Acesso em: 15 maio 2024.

MASCHIO, Itamar; SILVA, Fernando Amorim da; NETO, Luis Moretto; OSTROSKI, Sinésio Stefano Dubiela. A participação popular no orçamento público: orçamento participativo em quatro municípios do sul do Brasil. **Editora Unilasalle**, Canoas/RS, vol. 6, n.º 1, p. 85-102., marc. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18316/desenv.v6i1.3147>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/3147/0>. Acesso em: 14 maio 2024.

MEDEIROS, Nayara Fátima Macedo de. DEMOCRACIA CLÁSSICA E MODERNA: DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO NA TEORIA DEMOCRÁTICA. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.5380/recp.v6i2.42359. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/42359>. Acesso em: 30 nov. 2024. out. 2025.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 16 maio 2014. DOI: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60233>. Acesso em: 30 nov. 2024.

MENEZES, Vânia de. Orçamento Participativo (OP): como um novo instrumento desenvolvimentista implementado no município de Maringá-PR. **Revista Vernáculo**, [S. l.], n.º. 38, p. 224-237, ISSN 2317-4021, 2º semestre, ago., 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/issue/viewIssue/2070/348>. Acesso em: 15 maio 2024.

MESQUITA, Iohana Coelho da Silva; GIMENES, Loham Amorim; RIBEIRO, Liessandro Fernandes; GUERRA, Toni Bastos; FOFANO, Clodoaldo Sanches. A necessidade da democratização do orçamento público. **Revista Transformar**, [S. l.], v. 14, n.º. 2, p. 34-52, E-ISSN:2175-8255, ago.-dez., 2020. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/481>. Acesso em: 6 maio 2024.

MINEIRO, Eliane Cristina Gualberto Melo; LOPES, Frederico Antonio Mineiro. Processo histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: das origens da Educação Profissional à criação dos Institutos Federais. **Revista Labor**, [S. l.], v. 2, n.º. 24, p. 279–302, ISSN: 1983-5000, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v2i24.60233>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60233>. Acesso em: 21 maio 2024.

MORAES, Adílio Moreira de; FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 1ª ed. Sobral/CE: Inta, 2017.

MONTEIRO, Lorena Madruga; MOURA, Joana Tereza Vaz de; LACERDA, Alan Daniel Freire de. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, Porto Alegre/RS, v. 17, n.º 38, p. 156-191, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/52706>. Acesso em: 10 maio 2024.

MOURA JUNIOR, J. F.; SILVA, A. C. da. Tecendo redes participativas a partir de uma pesquisa-ação com povos indígenas e quilombolas no Ceará: Relato de experiência do processo de investigação social. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 7, n. 39, p. c33168, 2024. DOI: 10.21680/1982-1662.2024v7n39ID33168. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/33168>. Acesso em: 5 out. 2024.

NARDES, João Augusto Ribeiro. **Da Governança à Esperança**. Editora Fórum, 1ª edição, 2018.

NOVAES, Flávio Santos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal - a experiência de Vitória da Conquista (BA). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 48, n.º 4, p. 797-820, jul./ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121668>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/F9yxGcgmVpdQHN5sW8TvrGb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ana Claudia Pedrosa de; BARBOSA, Julia Delgado; KRONEMBERGER, Thais Soares. Formação da Agenda do Orçamento Participativo Híbrido de Volta Redonda-RJ à luz do Modelo de Múltiplos Fluxos. **Revista de Administração Pública & Gestão Social**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 1-16, abr./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v15i3.14364>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/14364>. Acesso em: 16 maio 2024.

OLIVEIRA, Priscila Borges Ribeiro; GAMA, Renata Prenstteter. Roda de Conversa: um instrumento metodológico tecnológico-formativo-coletivo na Pesquisa em Educação. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 1-14, maio/ago. 2024, ISSN 8346. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n2a2024-71286>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/14364>. Acesso em: 30 no. 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/DF, São Paulo/SP: Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/institutos-federais-uma-revolucao-na-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 maio 2024.

PALMAS. **Manual Técnico de Orçamento – MTO 2021**. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Palmas/TO, ed. 2021, 1ª versão, maio, 2021. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Manual-Tecnico-de-Orcamento-2021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da; FREITAS, Diego. Uma introdução aos métodos mistos em Ciência Política. **Sociologias**, [S. l.], v. 18, n. 42, 2016. DOI: 10.1590/15174522-018004221. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/54268>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PERES, Ursula Dias. Dificuldades institucionais e econômicas para o orçamento participativo em municípios brasileiros. **Caderno CRH**, Salvador/BA, v. 33, p. 1-20, e020007, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33972>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Vq5cBRCXq5BvTQx8KdngFyR/>. Acesso em: 16 maio 2024.

PORTELLA, André Alves; FLEXOR, Maria Helena Ochi; PACHECO, Rubens Mario Ribeiro. Participação popular no processo de elaboração do orçamento participativo. A experiência de Porto Alegre. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro/RJ, v. 13, nº. 03, p. 1540-1571, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/rqi.2020.46836>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/46836>. Acesso em: 14 maio 2024.

REDE FEDERAL. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília/DF, [2008]. Disponível em: <https://portal.redefederal.org.br/instituicoes>. Acesso em: 22 maio 2024.

SAEGER, Márcia Maria de Medeiros Travassos; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Diretrizes para a implantação da Gestão da Informação e do Conhecimento no Orçamento Participativo de João Pessoa/PB. **Revista Gestão e Organizações**, [S.l.], v. 5, nº. 1, p. 87-106, ISSN 2526-2289, jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/2526-2289v5n1p87-106>. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/4510>. Acesso em: 15 maio 2024.

SANTOS, Gilmara de Castro Santos; MOURA, Ana Lúcia Vaz Ferreira. Orçamento Participativo: o processo de implantação no município de Teresina. **I Livro Interdisciplinar do CESVALE- Editora Epitaya**, Rio de Janeiro/RJ, cap. 8, ISBN: 978-65-87809-50-2, p. 115-129, 2022. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/480/422>. Acesso em: 15 maio 2024.

SANTOS, Rael Bispo. A importância do orçamento participativo na criação de políticas públicas. **Captura Críptica: direito, política, atualidade**, Florianópolis/SC, v. 8, nº. 1, p. 40-61, set. 2019. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3698>. Acesso em: 15 maio 2024.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 53, n. 4, p. 732–752, ISSN: 1982-3134, jul./ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180084>. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/79919/76382>. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Danrley Santos da; COSTA, Kaic Ramon Lemos; SÁTIRO, Tennyson Rafael Prado; SOUZA, Diego Silva. **NORMATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO. UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Gestão Contemporânea**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 139-157, ISSN on-line: 2238-4170, nov. 2021. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/gestaocontemporanea/article/view/55>. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Luciele Costa Candido da; SANTOS, Adilson Pereira dos; SANTOS, Vinicius de Souza. ORÇAMENTO PÚBLICO - TRANSPARÊNCIA DAS NECESSIDADES SOCIAIS. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 1943–1959, out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n5p1943-1959>. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/772>. Acesso em: 6 maio 2024.

SILVA, Rosilene de Lima Machado; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e; ABREU, Júlio Cesar Andrade de. Democracia local e orçamento participativo: análise da experiência de Cambuí (Brasil). **Revista Iberoamericana de Estudios Municipales**, Santiago/CHL, nº. 23, ISSN 0719-1790, p. 81-104, jan./jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.32457/riem.v23i1.566>. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-17902021000100081. Acesso em: 15 maio 2024.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima; MARZULO, Eber Pires. Da democracia participativa à desdemocratização na cidade: a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre. **Cadernos Metrópole**, São Paulo/SP, v. 23, n.º 50, p. 399-421, jan./abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/kwSGSgGLdWLVBh6yHLKqSYq/>. Acesso em: 15 maio 2024.

SOUSA, Mayara Rodrigues da Silva; SILVA, Fernando Ygor Oliveira; SANTOS, A. R Alexandre Rodrigues. Governança e orçamento público: uma revisão sistemática. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte/MG, v. 13, n. 1, jul. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/338>. Acesso em: 17 maio 2024.

SOUZA, Celina. Participatory budgeting in Brazilian cities: limits and possibilities in building democratic institutions. **Environment and Urbanization**, [S.l.], v. 13, issue 1, p. 159-184, abril 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/095624780101300112>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/095624780101300112>. Acesso em: 15 maio 2024.

SOUZA, Raquel Eugenio de; MEZA, Maria Lúcia Figueiredo Gomes de. As dimensões dos arranjos institucionais na política de expansão da rede federal de educação profissional científica e tecnológica. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba/PR, v. 11, n.º 4, p. 892-927, ISSN: 2317-2363, dez. 2022. DOI: 10.3895/rbpd.v11n4.14851. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/14851>. Acesso em: 06 maio 2024.

SUETT, Waidson Bitão; LIRA, Rodrigo Anido; FRANÇA, José Felipe Quintanilha; LOUREIRO, Fernando Antônio. Democratização da Gestão Pública: um estudo de caso do Orçamento participativoda Cidade de Campos dos Goytacazes. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba/PR, v. 7, n.º.1, p. 11211-11227, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1856>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23977>. Acesso em: 14 maio 2024.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação [livro eletrônico]. 1ª. ed. – São Paulo: **Cortez Editora**, 2022.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18ª. ed. – São Paulo: **Cortez Editora**, 2011.

TIUSSI, Denise Ton; DUARTE, Jemerson Lima; DUARTE, Jenerson Queiroz Lima. Estudo das origens do orçamento participativo no município de Porto Velho/RO. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo/SP, v. 14, n.º. 3, p. 3893-3910, e020007, mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-766>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1856>. Acesso em: 14 maio 2024.

TIUSSI, Denise Ton; OLIVEIRA, Diego Dorabiallo. Análise do histórico de implementação do orçamento participativo de Porto Velho. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba/PR, v. 2, n.º. 2, p. 1605-1621, ISSN 2596-1934, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34140/bjbv2n2-048>. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/11831>. Acesso em: 15 maio 2024.

TOCANTINS. **Governador Wanderlei Barbosa participa do PPA Nacional no Tocantins e aponta prioridades para o Estado do Tocantins**. Palmas/TO, Secretaria da Comunicação, jun. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governador-wanderlei-barbosa-participa-do-ppa-nacional-no-tocantins-e-aponta-prioridades-para-o-estado-do-tocantins/2mdpglqf5qs5>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TOUCHTON, Michael Ryan; WAMPLER, Brian; PEIXOTO, Tiago Carneiro. Of Governance and Revenue: Participatory Institutions and Tax Compliance in Brazil. **Policy Research Working Paper**, [S.l.], n.º 8797, 37 Pages, march 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3362641. Acesso em: 15 maio 2024.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica . **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 443–466, 2005. DOI: 10.1590/S1517-97022005000300009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27989>. Acesso em: 5 out. 2024.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, v. 17, n.º 54, p. 1067-1084, ISSN 1518-3483, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.17.054.DS01>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/21938>. Acesso em: 21 maio 2024.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Arendt e a democracia representativa: comentários introdutórios. **Sapere aude**, Belo Horizonte/MG, v. 11, n.º 21, p. 70-81, ISSN: 2177-6342, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/23111>. Acesso em: 10 maio 2024.

ZORZAL, Gabriela. Democracia representativa e democracia Participativa: limites e complementaridade. **Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo**, [S.l.], v. 1, p. 1-21, nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scsufes/article/view/8567>. Acesso em: 10 maio 2024.